

CAPITULO III:

POR OUTRA HISTÓRIA: “É POR ISSO QUE A GENTE LUTA”

Tenho tanta vontade de ter um sítio, mais cedo o mais tarde, hoje ou mais amanhã, eu vê o futuro de meus filho ir pra frente, eles tudo trabalhano, a gente ter um lugar sossegado pra morar, né? Foi por isso, então, *por isso que a gente luta, é por isso, nossa luta é essa* (ELEONORA, Entrevista, 11.10.2006).

3.1 Ser sem -terra: a adesão de trabalhadores aos movimentos sociais de luta pela terra

A gente vai pros bairros mesmo, se você não conhece você procura por associação de bairro, ou se não tem associação, sempre tem alguém que busca alguma coisa, ou a Igreja, ou a coordenadora do grupo de família... (NAIR, Entrevista, 13.12.2005).

Nós ia passando na rua e daí nós viu uma reunião de gente, aí eu falei pro meu marido: “João, que diacho que é aquilo ali”? Ele falou assim: “ah, Neia, não sei não, acho que é o povo que ta reunindo pra ir pro sem terra. *Mas isso não é coisa de gente não*”. Meu marido falou, né? Aí eu falei: “ah, eu vou ali”. Daí nós chegemo, né? aí eles começaro fala, fala, daí eu falei, depois que cabou a reunião falei pro João: “ah, e eu vo!” (EDINÉIA, Entrevista, 14.12.2005).

O acampamento é um espaço de inúmeros conflitos e composto por relações complexas, no entanto, os conflitos iniciam antes mesmo da chegada desses sujeitos a esse novo espaço. A decisão de acampar, em muitos casos, é tomada em meio a um conjunto de sentimentos antagônicos, divergências, dúvidas, medos, expectativas, esperanças; para muitos a decisão de participar de um ocupação/acampamento se torna a única saída possível e surge como consequência de uma vida de sofrimentos e privações.

Diante das experiências de vida e de trabalho narradas por esses sujeitos, é possível compreender o porquê de estarem vivendo à margem das estradas, sob um vulnerável barraco de lona, a espera de um lote de terras. Essa espera, muitas vezes, marca a última esperança, a única saída possível, mesmo que tão incerta. A vida sob o barraco de lona é o possível naquele momento. Esse processo contempla uma gama variada de lutas e de sonhos, entre os mais evidentes estão o sonho de ter um pedaço de terra, a necessidade de sobrevivência e a luta por trabalho e moradia, aspirações estas que estão neste espaço/tempo sendo alimentadas pela expectativa de um projeto de reforma agrária.

Importa, neste momento, compreender a gênese desse processo de luta. Como acontece a adesão desses trabalhadores aos movimentos sociais de luta pela, já que não se trata de movimentos *espontâneos*, mas sim mediados, pensados e organizados por entidades como o MST, a CUT e a FETAGRI. Esse processo evidencia uma vida marcada por problemas sociais, como dramas familiares, habitacionais, de emprego e subsistência.

Esses sujeitos constituem o que Martins identificou como “um conjunto grande de descartes sociais e de alternativas de vida não realizadas” (2003, p. 17).

Ao aderirem aos movimentos, muitos desses sujeitos deixam casas, escolas, vizinhos, amigos, família e trabalho; são rupturas que, em muitos casos, não se pode reatar; são mudanças que transformam o mundo de sociabilidade desses sujeitos. Essa adesão envolve, além de questões práticas, como a mudança de espaço, questões relacionadas aos referenciais, aos princípios, à constituição de uma identidade de sem-terra. Essas transformações e rupturas ficam mais evidentes nos grupos mediados pelo MST, isso porque esse Movimento defende uma *mudança* real das famílias para o acampamento, o que não ocorre com os outros mediadores. Congregar pessoas é um caminho que se faz necessário a qualquer movimento social, na luta pela terra isso acontece de maneira bem específica no MST, na CUT e FETAGRI.

Segundo Fernandes, o espaço de socialização política em que acontecem os trabalhos para uma ocupação de terras possui três dimensões: a) *o espaço comunicativo* – que se constrói nas primeiras reuniões, nas apresentações e nas definições de objetivo; b) *o espaço interativo* – momento em que se desenvolvem sentimentos de interação, de identificação, com trocas de experiências de vida (“onde vem os exemplos”, como disse dona Leonice), em alguns casos pode ser visto até como um espaço de formação; c) *o espaço de lutas e resistências* – quando através da ocupação os trabalhadores vêm a público e percebem a própria vida transformada (2000, p. 283-284).

Embora na relação de conhecimento e aproximação entre trabalhadores, e/ou grupos sociais, com propensão a participarem de uma ocupação de terra e os mediadores, essas dimensões possam ser visualizadas, é importante salientar que, no estudo em questão, tais dimensões não são lineares ou estanques, mas apresentam variações e algumas são até suprimidas em determinados casos.

O *espaço comunicativo* é o momento em que os sujeitos sociais são apresentados à proposta do movimento, ocasião em que os trabalhadores participam das primeiras reuniões e recebem as propostas para a ocupação. Esse início de adesão acontece de formas diversificadas: alguns, diante das dificuldades em que vivem, procuram representantes de movimentos e sindicatos; outros são convidados por amigos, vizinhos e parentes que estão decididos a ir para o acampamento; há também àqueles que têm conhecidos que conseguiram um lote de terra e decidem partir para luta impulsionados pelo exemplo de êxito e existem também muitos filhos de assentados pleiteando um lote de terra para si; entre outras situações.

Há casos em que os movimentos ou sindicatos buscam o contato com famílias interessadas pela causa, no entanto, em determinadas situações, o inverso também acontece. Há casos em que os próprios grupos, ou família, procuram o apoio do MST ou de sindicatos, isso acontece, principalmente, em momentos de grandes dificuldades, como, por exemplo, a falta de trabalho, de habitação, os problemas familiares ou a perda de emprego.

A metodologia de trabalho dos mediadores é diferenciada nesse primeiro contato com as famílias. O caráter sindical e municipalista da FETAGRI e da CUT imprime uma forma diferenciada de congregação dos sujeitos sociais. Com o auxílio desses mediadores, o trabalho é feito pelo sindicato municipal que são constituídos por pessoas da comunidade local, ou ao menos intercedida por elas. Os associados representam grande parte dos sujeitos que ingressam nas ocupações propostas por esses mediadores. O MST, que não possui um representante em cada município (sindicato), apresenta forma diferente de atuação, ele busca o contato com esses sujeitos por meio de reuniões feitas pelos militantes dentro de determinados grupos sociais. Trata-se de uma atividade institucionalmente chamada de *trabalho de base* desenvolvida por militantes do setor de *Frente de Massa*.

O setor de *Frente de Massa* é um dos muitos setores criados pelo MST para a organização da luta pela terra, sua função é exercer um trabalho, denominado de *trabalho de base*, que consiste em organizar as ocupações e trabalhar no sentido de efetivá-las, indo aos municípios selecionados, buscando apoio, agregando pessoal, fazendo as reuniões e montando os acampamentos.

O acampamento Oito de Março foi detalhadamente articulado por cerca de seis integrantes da direção estadual do MST. Pessoas estas que tomaram decisões como a escolha da área, data, estratégias de contatos com as famílias e com militantes para o *trabalho de base*.

Para montar o acampamento foi escolhida uma das maiores propriedades de Itaquiraí, a fazenda Santo Antônio, que embora produtiva pelas definições legais, possuía cerca de cinco mil hectares não documentados. A fazenda, de propriedade do Grupo Bertin, possuía 19.679 ha registrados e ocupava na prática 25.560 há, tinha sua produção voltada para criação de gado de corte destinada ao abastecimento da rede frigorífica do grupo.

O *trabalho de base* para a articulação dessas mais de duas mil famílias durou apenas três meses, o que evidencia um contingente de trabalhadores sem-terra já

previamente articulado. O Movimento planejava uma grande mobilização, que tivesse repercussão nacional, com um contingente de pessoal significativo. Para isso, tudo tinha que estar adequado: a área, a data, o número de famílias, e incluindo, também, o sigilo da ocupação.

Em comunicação oral, os militantes do MST narram como esse trabalho de construção do *espaço comunicativo* se efetiva:

Geralmente é assim... quando você vai pra um município você procura pessoas assim... o sindicato, alguns movimentos que apóiam o Movimento Sem Terra, né? Então a gente faz contatos com pessoas que apóiam o Movimento, e daí a gente inicia os trabalhos, né? Tem alguns municípios que a gente já tem esse contato, tem outros, que não tem e aí a gente tem que fazer, né? [...] Você vai lá hoje: “Olha, eu vim aqui, sou do Movimento Sem Terra, nós estamos fazendo um trabalho de base conscientizando as pessoas pra ocupação”. Vamos *colocar os objetivos*, o que a gente quer com isso, né? E aí a gente marca a reunião, na data que a gente marcou a gente volta, aí começa... você faz várias reuniões... Aí, assim... tem dez, né? Esses dez, na próxima, tão encarregados de convidar outras pessoas. E assim por diante... (NAIR, Entrevista, 13.12.2005).

Na verdade a gente buscou contato com a igreja, com o PT, com os sindicatos nesses municípios e as famílias que vinham procurar a gente. Então a gente deslocava algumas pessoas pra esses municípios. Militantes do movimento, que parava na casa de pessoas interessadas, e lá ia organizando o pessoal. Fazendo as discussões das dificuldades que teria dentro do acampamento da dificuldade do enfrentamento com a Polícia, com o governo e... pra realmente fazê um *processo de conscientização* (LUCIO, Entrevista, 09.10.2005).

Nesse “processo de conscientização”, ou no trabalho de “colocar os objetivos”, é que se define o objeto, e é nesse momento que as famílias, ou os indivíduos, ficam tentados a participar ou repudiam a ação. “Conscientizar” e “convencer” são as estratégias usadas pelos militantes para que os sujeitos participem da luta. Os que simpatizam-se com a proposta passam a freqüentar as reuniões e poderão, ou não, participar da ocupação. Da eficiência dessa didática militante depende a decisão desses sujeitos, mas não apenas dela, pois os referenciais constituídos ao longo da vida do indivíduo influenciam, ou não, na aceitação desse *imaginário mobilizador*, assim como também as condições financeiras, habitacionais e familiares são condicionantes na decisão de acampar ou não.

Quero com isso dizer que o fato de se tornar sem-terra pode envolver sentimento de pertença, pode constituir um imaginário mobilizador e uma consciência de classe, mas não necessariamente. Nesse sentido, vejo as identidades sociais, a partir de uma definição posta por Chartier, como uma construção e resultado “de uma relação de força entre as representações impostas por aqueles que têm poder de classificar e de nomear e a definição, submetida ou resistente, que cada comunidade produz de si mesma”,

aceitando assim, que cada classe, grupo ou meio, possa ser compreendido como um “ser-percebido”, capaz de constituir sua própria identidade (2002, p. 73).

Além do trabalho de *conscientização*, outros fatores, como a escolha a área a ser ocupada, são preponderantes para que uma ocupação ocorra e para que o Movimento consiga levantar um contingente de pessoas para a luta. A ocupação da fazenda Santo Antônio fez parte de uma agenda de lutas proposta para acontecer em nível nacional; lideranças estaduais articularam uma mobilização que realmente tivesse repercussão e atendesse às expectativas do Movimento. A esse respeito, um dos líderes do acampamento comenta como foi feita a escolha da área:

A área, na verdade, foi feita uma pesquisa em toda região onde ta sendo trabalhado, e aí a definição da área vai pelo um... na verdade a gente queria pegar um latifúndio que fosse grande, de grande extensão e que desse uma repercussão no Estado e a nível nacional. E realmente naquele período a gente conseguiu fazê isso. E é de um grupo importante, o grupo dos Bertin, que são os maiores exportadores de carne hoje do Brasil (LUCIO, Entrevista, 09.10.2005).

Para a escolha, da área também prevaleceu outros aspectos, como a presença de várias lideranças e coordenadores estaduais do MST naquela região, imediações do município de Itaquiraí e também, a questão de acessibilidade para as famílias. A propriedade estava localizada em uma área estratégica, o que facilitava o deslocamento de famílias vindas do Paraguai, Paraná e todo sul do Estado. Ao todo pude identificar a participação de trabalhadores sem-terra de 18 municípios sul-mato-grossenses (Sete Quedas, Tacuruí, Iguatemi, Japorã, Mundo Novo, Itaquiraí, Eldorado, Naviraí, Nova Andradina, Juti, Caarapó, Dourados, Fátima do Sul, Gloria de Dourados, Vicentina, Jatei, Ivinhema e Novo Horizonte), famílias de *brasiguaios* e alguns grupos de famílias paranaenses.

A esse respeito Leonice, uma militante que colaborou no trabalho de base, comenta as estratégias do Movimento na tentativa amenizar os gastos e assim facilitar a locomoção dos trabalhadores:

Por questão que nessa região aqui tinha mais gente mobilizado. Ficaria mais perto, tinha mais condições financeiramente do pessoal chegá até a área. Porque quem tinha que pagá o frete era eles mesmo, que paga, lona... tudo, tudo. A cesta, a alimentação, tudo eles. Então a gente definiu que nessa região aqui, vindo do Paraguai, vindo de Mundo Novo, Itaquiraí, Naviraí, Iguatemi, é... essa região aqui pra cima. Então ficaria mais perto do que nós dali deslocar a pessoal de Caarapó pra lá, então ficava mais longe o frete. Então nos teve que mais o menos, defini a metade (LEONICE, Entrevista, 14.12.2005).

Os contatos com as famílias para o *trabalho de convencimento* e constituição do acampamento Oito de Março não foge ao de outras ocupações do Movimento.

Militantes foram enviados aos municípios selecionados e, após contatos com Sindicatos de Trabalhadores Rurais, associações de bairros e instituições religiosas, eles chegaram até as famílias, sobretudo, à população pobre que residia no meio urbano. A partir deste momento começa o *trabalho de base*, várias reuniões foram marcadas e a cada uma delas mais pessoas são convidadas a participar; as pessoas presentes são instigadas a convidar um amigo, um vizinho, um parente para participar das reuniões.

Dona Edinéia lembra como resolveu participar da ocupação. Andando pelas ruas de Mundo Novo avistou um aglomerado de pessoas, por curiosidade resolveu entrar e conferir. Como supunha seu marido, que no momento a acompanhava, era uma reunião do MST. Sentiu-se atraída pela proposta do Movimento e resolveu: “Eu vou pra isso aí”. Decidida, dona Edinéia teria a batalha de convencer o restante da família.

Essas reuniões, como a que dona Edinéia participou por acaso, geralmente acontecem na casa de um morador, mas podem ocorrer também nas dependências de igrejas de bairros, nos sindicatos municipais e até mesmo no meio da rua. Existem relatos de que carros de som são colocados nas ruas para convidar os moradores a participarem das reuniões.

Em alguns casos, o *trabalho de base* é feito por moradores da própria comunidade que conhecem o Movimento de outras mobilizações, ou mesmo que já tenham conseguido um lote de terra e voltam à militância convidando um grupo de conhecidos. Há casos, ainda, em que as reuniões são organizadas por moradores de outros lugares, que com sua experiência de vida e alguns contatos prévios, conseguem juntar um grupo de pessoas, conversar e efetivar o *espaço comunicativo*. Segundo Fernandes, o trabalho de base nasce sempre da própria necessidade das comunidades e é resultado da espacialização e/ou da espacialidade da luta pela terra (2000, p. 282).

Já no processo de congregação das famílias feito pela FETAGRI e pela CUT, a metodologia e as estratégias usadas são outras. A coordenação do movimento busca parceria com o sindicato local, em alguns casos o sindicato municipal já tem previamente um contingente de trabalhadores disposto a lutarem por um pedaço de chão, e buscam o apoio ou da Federação ou da CUT.

Os coordenadores estaduais da FETAGRI mantêm relação com os STR's (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) e esses efetivam o trabalho de congregação das famílias, de levantamento de áreas e as possibilidades de ocupação, tendo em vista suas experiências de vida e de trabalho naquela comunidade. A Federação também investiga possibilidades de ocupação buscando informações sobre possíveis desapropriações de

áreas junto aos órgãos estaduais. Nesses casos, os sindicatos são incumbidos de levantar um contingente de trabalhadores sem-terra disposto a se direcionar a essa determinada área.

Quando um acampamento é efetivado em uma região e o sindicato municipal não possui um número de sem-terra suficiente para aquela área, a FETAGRI entra em contato com outros Sindicatos e oferece *vaga* para acampamento. As vagas são ofertadas em números específicos, isso porque a FETAGRI tem como método de trabalho montar acampamentos com número de famílias aproximado aos que poderão ser assentados na área ocupada.

Os representantes sindicais municipais são os que fazem a construção do *espaço comunicativo*, apresentam propostas, expõem objetivos e buscam apoio na comunidade local para viabilização das ocupações. A FETAGRI e a CUT fazem um trabalho de mediação entre coordenadores de acampamento e presidentes de sindicatos com órgão estaduais, INCRA, Secretaria de Segurança Pública. Cabe ainda a esses mediadores a reivindicação para a viabilização de cestas básicas e desapropriação de áreas junto ao governo estadual e ao INCRA.

A CUT, que apresenta na região um número reduzido de coordenadores estaduais, também trabalha em parceria com os STRs, mas não possui uma *hierarquia* previamente estabelecida, os coordenadores estaduais buscam atuar em todas as esferas, muito embora isso não lhes seja possível, tendo em vista as limitações humanas.

Os sindicatos dos municípios envolvidos na pesquisa, embora possuam filiação também à CUT, tendem a trabalhar de forma mais contundente com a FETAGRI, por isso, grande parte dos acampamentos organizados pelos STRs no extremo sul do estado são mediados por ela. Segundo alguns presidentes de sindicatos isso acontece por que “a FETAGRI dá mais abertura pra gente”, “atende mais o sindicato” ou mesmo “é melhor de trabalhar”. Essa preferência pelo apoio da FETAGRI está relacionada também a questões de infra-estrutura, já que a CUT possui uma atuação relativamente recente em relação aos acampamentos rurais e um grupo pequeno de pessoas para atuar.

Para a organização do acampamento Pedro Ramalho, articulado pelas lideranças do STR de Mundo Novo, com apoio da FETAGRI, foi de suma importância a interação desses representantes sindicais com a comunidade local. Segundo o então presidente do sindicato: “Nós tinha na época um tipo de um cadastramento das pessoas que não tinham terra, dos trabalhado rural sem-terra, e das pessoa interessada em pegar terra” (Entrevista, Valdir, 30.04.2007). A partir desse reconhecimento da realidade local –

pessoas dispostas a lutarem pela terra e as propriedades que poderiam ser passíveis de desapropriação – esses sujeitos, ou pequenos grupos sindicais, passam a idealizar as ocupações.

Os sujeitos que estão inseridos nos STRs são geralmente naturais da cidade onde exercem suas funções ou já construíram uma vida de sociabilidade junto à elas, isso permite-lhes conhecer as necessidades da população local, identificar onde estão os grupos de famílias mais propensos a participação na luta e a quem devem ser delegadas a função de coordenador, além de saberem, ainda, se existem áreas passíveis de desapropriação.

Com esses dados levantados e famílias previamente articuladas, finda o processo inicial de comunicação, a primeira etapa é vencida e há ainda muito trabalho pela frente.

As famílias percebem esse momento ainda com bastante receio e, em muitos casos, resolvem participar das reuniões “pra vê como é que é”.

O trabalho de *convencimento* presente nas falas de militantes do MST, consiste em apresentar aos sujeitos propensos a participar da luta a possibilidade de conseguir um pedaço de terra com a mediação do Movimento. É na verdade, um processo interativo, constituído por um trabalho de convencimento, feito na base da mobilização.

As reuniões que antecedem as ocupações, sobretudo do MST, podem ser vistas como espaços de formação política, é esse contexto que determina quem irá participar da luta. Na ocupação da fazenda Santo Antônio, esse trabalho foi realizado por cerca de 15 pessoas e dele dependia o êxito da ocupação. Os militantes foram enviados aos municípios escolhidos com a incumbência de agregar pessoas para a luta. Detentores de um discurso mobilizador, e de grande poder de convencimento, temas como a legitimidade bíblica da luta pela terra, o direito de volta às raízes, o inconformismo com a exploração e os perigos da vida na cidade, são recursos utilizados nesse trabalho e facilmente absorvidos por pessoas em difíceis condições de sobrevivência, desempregadas, que levaram uma vida errante, marcada por sofrimentos, humilhações e dificuldades de toda ordem.

A esse respeito, a senhora Leonice, militante do Movimento e uma das coordenadoras do acampamento Oito de Março, relata em forma de diálogo como acontece esse trabalho:

Você chega lá num presidente de bairro de uma comunidade, você chega lá conversa com o presidente, conversa com o presidente do sindicato, entendeu? Conversa com a Igreja, com o padre, com as irmãs, com as freiras, como queira que se trata e coloca o quadro.

E lá na base deles eles falam: fulano lá é presidente de bairro, cê pode chegar ali conversa com ele e vê se tem possibilidade. Você vai numa reunião que já tem

de bairro e você abre o jogo lá. Coloca o quadro, fala ô: “reforma agrária não existe de hoje, existe de muito tempo, que a gente sabe que existe muito tempo. A luta pela terra não começo hoje, começo a muito tempo, desde Cristo, que andava 40 anos pra consegui um pedaço de terra. E que, terra nós sabemos que tem. A situação na cidade vocês sabem que é difícil e cada vez complicando”[...].

Aí nós pega um exemplo, uma pessoa mais velha lá da reunião: “Quantos anos Sr. tem? Nos fala”.

“Há eu tenho 50!”

“Sr. começou trabalhar com que ano”?

Aí ele vai fala: “Eu comecei trabalha com 9 ano”.

“De 9 ano até hoje, Sr. trabalhou quantos anos? O que o Sr. têm? O que Sr. conseguiu?”

“Eu não tenho nem uma casa pra mim mora”.

Outra vez:

“Só tenho uma casa pra mim mora”.

“Então, custa o Sr. fica na luta pela terra? Fome o Sr. não vai passa. Dificuldade Sr. ta passando tanto aqui como Sr. passa lá. Entendeu? É difícil Sr. fica lá na luta pela terra, que amanhã ou depois Sr. vai adquiri um pedaço de terra pro Sr.? Sr. fica 3-4 ano e Sr. consegue, sendo que com 30 anos Sr. não consegui, 40 anos Sr. não consegue nada! Só consegui produzi fio e os fio aí..

É aí que vem os exemplo: “Há o meu fio foi até morto aí na gangue”.

Então é o exemplo. Nós coloca os exemplo. E aqueles, um vai avisando os vizinho que quera vim, e participa de outra reunião e vai se interessando. *Esse era o serviço meu* (LEONICE, Entrevista, 14.12.2005).

A metodologia de trabalho narrada por dona Leonice é, na prática, aquilo que ficou conhecido por meio de Paulo Freire como a Pedagogia do Diálogo. Um diálogo com forte conotação política, que engendra uma práxis, que não é puro verbalismo, mas sim, que leva a uma ação transformadora. Para Paulo Freire, “o diálogo dos oprimidos, orientados por uma consciência crítica da realidade, aponta para a superação do conflito destes com seus opressores” (GADOTTI, 1998, p. 15).

O “conscientizar” de dona Leonice é um ato de educar, de transformar, uma ação que requer inquietação, superação de velhos valores, referenciais e preconceitos. Essa práxis requer rupturas na forma de ver o mundo e a sociedade em que esses sujeitos estão inseridos.

Os “exemplos” de dona Leonice são significativos e carregados de poder de convencimento. Enquanto que esses militantes esclarecem a conjuntura nacional da luta pela terra, a estrutura agrária e as questões sociais do país, esses sujeitos são instigados a questionar sua própria posição na sociedade. Ao se reconhecerem como explorados e marginalizados, inicia-se um processo de conscientização de seus direitos e de busca pela superação dessa situação.

O militante responsável pelo *trabalho de base* escolhe alguém de dentro do grupo para possíveis contatos, uma espécie de coordenador que fica responsável em receber recados, repassar comunicados, agendar reuniões, entre outras atribuições. O

processo de formação política que se inicia ainda neste estágio da luta pela terra é formador de militância e continua por toda a luta. Nas primeiras reuniões, os sujeitos com mais espírito de transformações, mais questionadores, que se destacam nas discussões, são logo escolhidos como coordenadores de grupo e passarão a ter também funções de responsabilidade quando o acampamento se efetivar.

A mobilização de mais de duas mil famílias contou com um forte sigilo no que diz respeito à área e a data da ocupação. Apenas as lideranças do Movimento tinham essas informações, todo o *trabalho de base* foi feito sem especificar a área e a data da ocupação. Um possível infiltração de jagunços, ou pessoas de pouca confiança, que pudessem delatar as estratégias, fez com que todo o trabalho fosse feito sem maiores esclarecimentos. A maioria dos grupos sabia que o acampamento aconteceria no sul do Estado, e nada mais. A data da ocupação foi comunicada no dia da viagem e a especificação da área só foi anunciada na chegada das famílias.

O Movimento planejou a hora em que cada grupo sairia de suas cidades, tendo em vista a distância da cidade de Itaquirai, para que todos chegassem quase juntos ao local, de forma a massificar a mobilização e dificultar uma possível ação policial:

Na verdade, o sigilo na época era total, né? Tinha que sê o máximo possível. Na verdade, a gente só se comunicava com as coordenação. E também já era feito todo trabalho de preparação pra que isso não vazasse. Porquê não interessava de maneira nenhuma, é... que a própria Secretaria de Segurança do Estado, e os próprios fazendeiros ficasse sabendo. Isso dificultaria muito a ação que a gente ia fazê, e acho que o sigilo que a gente manteve na época, e toda a estratégia, foi o que garantiu a ocupação sem problemas, né? Porque a gente sabe da reação da fazenderada, no caso deles descobrirem onde seria a ação. E que sabia, a área que tava definida, não era mais do que quatro pessoas, antes da noite da ocupação. Como? Só eram em torno de quatro pessoas que sabiam qual seria a área que a gente ocuparia. Não tinha mais do que isso (LUCIO, Entrevista, 09.10.2005).

Segundo o senhor Lúcio, um dos articuladores do acampamento, eram apenas cerca de quatro pessoas que sabiam a área a ser ocupada. O corporativismo em torno das informações mencionadas por Lúcio é relatado também pelos trabalhadores sem-terra que participaram da ocupação; é comum os relatos de total desinformação em relação ao local e à data. Ao ser indagado se sabia para onde iria, o senhor Celso responde: “Não, sabia não. Vim no escuro, sem saber de nada”.

Muitos receberam no final da tarde a notícia que, durante a noite, sairiam os caminhões. Alguns já mantinham há dias a decisão, e por isso, já haviam preparado roupas, mantimentos e as lonas para a viagem; outros foram pegos de surpresa e a decisão de participar da ocupação teve que ser tomada rapidamente. Foi o caso do senhor Celso, que

recebeu o convite na última hora, ao encontrar um amigo que iria acampar e resolveu ir também:

No último dia. No outro dia nós já viemo. Ele só chegou e me avisou assim que ia... a turma tava vindo acampar de novo. Que ele tinha ido. Encontrei ele e perguntei pra ele como é que ele tava, se tinha pegado a terra. Ele falou que tinha, que tava atrás de outro acampamento pro pai dele e ia vim. Ele falou: “Nem sei certo, mas é... da manhã pra depois nós ta indo”. Aí ele falou: “Você não quer não?”. Eu falei: “Vô”. Aí cheguei e vim mesmo, só que foi naquele dia (CELSO, Entrevista, 14.12.2005).

Mas a decisão de participar de uma ocupação de terras raramente é rápida assim. O senhor Celso era divorciado, morava com os pais e fazia empreitadas em fazendas, há algum tempo já cogitava a possibilidade de acampar. O mais comum é que essa decisão envolva sentimentos, dúvidas, medos e desentendimentos familiares. Mudar-se para um acampamento não significa somente a possibilidade de possuir um pedaço de chão, mas também uma transformação na própria vida desses sujeitos, um questionamento aos referenciais e aos princípios de vida. Um mundo de sociabilidade é deixado para trás, a vida tem que ser refeita, muitas vezes sem a esposa, sem o marido, sem os filhos; outras vezes a vida deve ser refeita sob um barraco de lona, às margens da estrada, com o casal e sete filhos, como aconteceu com dona Eleonora e sua família.

A transformação que uma ocupação de terras oferece, ao mesmo tempo em que lhes apresenta uma possibilidade de melhoria de vida, causa medo, estranheza e desconforto. Dona Edinéia, que há dez anos vive com a família no barraco de lona, conta as dificuldades que encontrou para levar a família para o acampamento:

Ele falou [marido]: “Néia não adianta, Néia. Não adianta você ir por que não vai dar certo pra nós.” Daí ele pegou e falou: “Você quer ir você vai, só que eu não vou.” Eu falei: “se você não vai então eu vou sozinha” (EDINÉIA, Entrevista, 14.12.2005).

Dona Edinéia ainda se recorda da promessa que lhe foi feita naquele momento de interação com lideranças do Movimento – a de que com seis meses estaria em sua própria terra. A promessa foi tentadora. O que lhe custaria ficar seis meses morando sob o barraco de lona para conseguir sua propriedade se morou a vida toda em casebres e nunca teve nada? Na história narrada por dona Edinéia, a fala dos militantes mexeu com seus sentimentos e despertou nela vontade de mudar de vida. O discurso que ela ouviu nesse espaço de interação a convenceu que o melhor para ela e para a família, naquele momento, era partir para a luta juntamente com aquelas outras famílias em busca de um pedaço de chão.

Bastante convencida disso, dona Edinéia recorda que, com relação à negação do marido em acompanhá-la, foi taxativa:

Se você não vai, você fica aí, eu vou catar minhas duas filha e vo. Nós vai! Nós vai ganhar terra, uai, com 6 mês nós vai ganhar. Aí ele falou: então que ir vamos. “*Se você nunca entrou num inferno você vai entrar agora.*” Cheguei em casa juntei os trem, né? E fomo mesmo (EDINÉIA, Entrevista, 14.12.2005).

Claudinéia, filha de dona Edinéia, que em 1997 tinha apenas 13 anos de idade, confessou ter ficado espantada com a notícia, mesmo não sabendo ao certo do que se tratava. Sabia que iria deixar a escola, as amizades, a casa onde vivia e os poucos pertences. O que tinham era muito para ser deixado pra trás, mas pouco diante da possibilidade de ver a família esfacelada.

Que a mãe chegou em casa e falo assim: “Vamo pro acampamento”. Eu nem sabia o que era acampamento, nem sabia como é que era. Aí eu falei assim: “eu não vô não”. E ela falou assim: “se você não vai você fica com seu pai então porque eu vô”. Mas eu sempre fui meio agarrada com minha mãe, nunca que eu ia dexa ela sozinha, foi indo até que a gente veio (CLAUDINÉIA, Entrevista, 14.12.2005).

Entre deixar a mãe e ir a um lugar desconhecido, longe de tudo e de todos, as duas filhas e o pai decidiram acompanhá-la.

Dona Edinéia conta que viveu quase a vida toda na roça. Anos depois do casamento, o marido já não encontrava mais trabalhos em fazendas, a saída foi mudar para a cidade com as duas filhas que tiveram, compraram uma casinha de madeira e passaram a trabalhar de bóia-fria. No momento em que dona Edinéia decide resistir na decisão de acampar na tentativa de resgatar um modo de vida deixado para trás, ela revela também uma superação no processo de dominação imposto às mulheres. Lutar por um pedaço de terra significava, naquele momento, mais do que a possibilidade de volta às raízes, mas foi necessário sua imposição em relação a vontade do marido.

Thompson (1987), em seus estudos sobre a participação feminina nos motins da Inglaterra do século XVIII, já evidenciava a resistência das mulheres quando a sobrevivência, ou a harmonia da família eram abaladas, e a participação feminina na revolta contra a alta de preços e ações ilegítimas do mercado.

Para Marx, “a evolução de uma época histórica é determinada pela relação entre o progresso da mulher e da liberdade, [...] o grau da emancipação feminina determina naturalmente a emancipação geral” (*Apud*, SILVA, 2004, p. 88). A participação feminina, no entanto, é menos evidente entre os outros mediadores. As diferentes concepções de luta

dos mediadores aqui analisados se distinguem nessa etapa inicial da mobilização. A FETAGRI, com sua concepção mais defensiva, apresenta outros valores para o convencimento dos sujeitos que irão ingressar em seus acampamentos. A adesão de mulheres à CUT e à FETAGRI é relativamente menor os homens formam a maioria nos grupos, e são eles, quase exclusivamente, que efetivam as ocupações.

O trabalho de busca à adesão de trabalhadores, construído pela FETAGRI e também pela CUT, é menos elaborado, mais rápido e não visa a construção de um espaço de formação política e consciência de classe.

Ao recordar de como o marido resolveu ir para a ocupação da fazenda Laguna Peru, dona Lurdes conta que ele recebeu o convite e partiu no mesmo dia. Como já enfrentavam crise financeira devido às enchentes do rio Paraná no final da década de 1990, o esposo, o senhor Luiz, aceitou o convite e foi para a ocupação.

De repente chegou um homem lá em casa e falou assim: “Dona Lurde, cadê o seu Luiz?” Eu falei: “o Luis ta pra ilha”. Ele disse: “Tem como ele chega hoje?” Eu falei: “Não, ele vai chegar sábado”. Ele falou: “Justo sábado nós vamo invadi uma fazenda”. Eu falei: “Não, mais o Luiz não qué esse negócio de invadi fazenda mais”. Ele falou: “Mas nós vamos entra na fazenda, na bera da estrada, e em 45 dias vai saí essas terra” [...] Aí o Luiz chego, eu falei: “Luiz o Cirço veio aqui chama você pra i invadi uma fazenda aqui perto, com 45 dia já corta os lote”. Ele pensou, e falo: “Ah, acho que eu vo” (LURDES, Entrevista, 20.07.2006).

Essas pessoas eram um grupo de trabalhadores que, com o apoio do sindicato, resolveram ocupar a fazenda Laguna Peru, no município de Eldorado. A fazenda fica bem próxima à cidade e, segundo os relatos dos trabalhadores, estava abandonada. A esperança da conquista desse espaço é evidenciada na fala de dona Lurdes com a proposta que recebeu: *a de que com pouco mais de um mês as terras sairiam*.

A maioria dos entrevistados guardam na memória a proposta que receberam nas reuniões que antecedem as ocupações, uma estimativa de tempo que quase sempre não se concretiza. O senhor Luca, já com idade avançada e há oito anos morando sob o barraco de lona, recorda com rancor que no dia em que saiu de casa para acampar: “eles disse a terra ia saí amanhã, e até hoje...”

De fato, nos trabalhos de interação feitos para organizar famílias de trabalhadores sem-terra para ocupações, os coordenadores trabalham com uma estimativa um tanto mais convincente do que a média de tempo que habitualmente tem demorado a sair uma desapropriação de terras, mas o caso da fazenda Laguna Peru, embora não

incomum, foi específico; diversos impasses ocorreram nesse caminho que inviabilizou a desapropriação dessa área (assunto melhor discutido no capítulo IV).

No acampamento Mambaré, em Mundo Novo, o sindicato que tinha a FETAGRI como a principal representante, já possuía previamente um contingente de trabalhadores cadastrados para participarem de ocupações. Cada grupo passou a ser representado por um líder que levava as discussões para o sindicato e repassava as posições e propostas. Essa estratégia de organização é relatada na fala do senhor João Valdir:

Em cada grupo, em cada localidade, cada bairro da cidade a gente montô um líder, que ficava responsável por aquelas famílias daquele bairro, daquela localidade. E aí ficava fácil porque a gente reunia os líderes e discutia, é... é... e tomava as decisões e o líder reunia o grupo dele as famílias que tinha na lista dele e passava as decisões que a gente tinha tomado. E foi nessas reuniões, nesses encontros com as lideranças que nós decidimo ocupar a fazenda Pouso Alegre, determinada fazenda Mambaré (JOÃO VALDIR, Entrevista, 30.04.2006).

As famílias de brasiguaios representavam grande parte dos sujeitos que participaram dessa ocupação. Ainda no Paraguai, alguns grupos de famílias buscaram apoio do sindicato de Mundo Novo para retornarem ao Brasil. A partir dessa iniciativa, o sindicato passou a pensar na possibilidade de uma ocupação de terra no município.

A adesão desses trabalhadores aos movimentos sociais de luta pela terra envolve uma série de aspectos que evidencia uma vida marcada por problemas de ordem financeira, familiar e habitacional. Apesar de diferentes, as histórias narradas por esses sujeitos sobre a decisão de aderirem aos movimentos de luta pela terra, elas se assemelham com relação a um passado de crise de um determinado modo de vida ou trabalho, de dificuldades financeiras e de projetos de vida não efetivados.

A experiência de assumir a identidade de sem-terra, de reconhecer-se como tal, inicia-se nesses primeiros momentos de interação com os movimentos e grupos sindicais, quando esses sujeitos decidem participar de uma ocupação de terras. Essa decisão pode trazer uma história de superação de velhas relações de dominação e exploração, mas não necessariamente. Tomada a decisão, muitos percalços ainda virão pela frente, um mundo de sociabilidades tem que ser deixado e a vida refeita.

3.2 (Des) socialização na luta por um pedaço de chão

...o que dura se esvai. E o novo que ali se anuncia ainda não tem sentido, porque ainda não é e nem sempre será (Martins, 2003, p. 50).

O espaço/tempo do acampamento que muito tem sido analisado como um período de socialização entre os acampados, e assim entendido pelo MST, é aqui visto também como um período de dessocialização. Quando se muda para um acampamento uma vida de sociabilidades é deixada para trás e o *novo*, ainda não tem sentido, e pode nem chegar a ter, no entanto, nesse processo de perda social se dá também a construção de novos valores e referenciais.

É na reconstrução, ou não, desses novos valores que se confirma a formação (ou não) de uma identidade comum ou de um processo de identificação pelos sujeitos da luta pela terra, sujeitos esses que se convencionou chamar de sem-terras. Sem adentrar na discussão da ambigüidade ou legitimidade do termo *sem-terra*, busco nesse momento compreender o que se renova, o que se mantém e o que é involuntariamente suprimido na vida desses sujeitos ao fazerem a *opção* pela vida no barraco de lona dos acampamentos rurais e assim, conseqüentemente, à vida de sem-terra.

É impossível negar que exista um processo de perda social, de separação de um universo anterior e desconstrução de relações sociais durante o tempo de luta, no entanto, esses são processos relativos e apresentam variações. Isso porque existem inúmeras formas de se tornar um acampado, um sem-terra, o que varia desde o mediador às próprias condições de vida, de trabalho, de moradia, de organização familiar e até mesmo de concepção de vida e de reforma agrária.

Existem acampados que se mudam completamente para os barracos com a família toda, inclusive animais domésticos; deixam a moradia, levam os móveis, utensílios, juntam tudo o que conseguiram adquirir durante uma vida toda de trabalho em um pequeno amontoado de coisas e passam a viver cotidianamente sob os barracos de lonas. No acampamento Oito de Março, foi identificado um número maior de famílias vivendo sob os barracos, isso de deu, em grande parte, pela postura do MST em defender a presença da família (homens, mulheres e crianças) no acampamento, mas isso não é uma regra. Nesses

casos, as transformações são mais bruscas, mais dolorosas e, muitas vezes, sem volta. É um processo contraditório, conflituoso, desagregador, que dilui as velhas formas de relações sociais e faz iniciar outras. A família permanece junta, é uma dissociação a menos. Os filhos, no entanto, ficam um tempo sem estudar, podem não mais voltar à escola, a família perde as relações de amizade, ao menos reduz (se considerarmos que muitos grupos de amigos, vizinhos e parentes partem para a luta juntos), entre inúmeras outras rupturas e perdas.

Em muitos casos, porém, a vida sob o barraco de lonas dos acampamentos não difere muito, em questão estrutural, da vida que mantinham até então nas periferias das cidades ou mesmo nas terras de outrem. Para alguns as dificuldades são muitas, mas superáveis; outros, acostumados com uma vida toda de privações e extrema pobreza, vêem a estrutura do acampamento como um local que não destoa muito da vida que sempre levaram; muitos, no entanto, não suportam o cotidiano marcado pelas carências, não agregam novos valores e desistem. A esperança permeia os casos de permanência. A narrativa de dois acampados são importantes para a apreensão dessas questões:

Me acostumei rápido no acampamento por causa que... que eu já era de ficar acampado pra trabalha. Nê? Pegar as empreita pra trabalha, me acostumei fácil. Agora tem gente que passa dificuldade, não acostuma. A lona é triste... na hora do sol quente ela esquenta demais, a noite o sereno... ela fica pingando aquele sereno em cima das pessoa. É perigoso adoecer. Só que pra mim não, já tava acostumado sempre em barraco de lona mesmo (CELSO, Entrevista, 14.12.2005).

Agora até que num ta... *eu achava difícil, mais num é*. Não tem muito... nada assim difícil, não. A gente tando com saúde tudo é bom né? O problema é se a gente tiver meio doente. Daí a gente desanima e num qué mais, no mais tá normal, tudo bem (ELEONORA, Entrevista, 11.10.2006).

Mesmo reconhecendo as dificuldades daquele espaço, o senhor Celso diz não ter sentido muito a mudança para o acampamento, pois já vivia acampado em fazendas da região, onde morava para trabalhar. Trocar a vida de andarilho, como disse em outro trecho da conversa, pelo acampamento, significou para o senhor Celso uma perspectiva, embora vivendo sob as limitações do acampamento de sem-terras, essa nova situação proporcionava-lhe a expectativa de conseguir um lugar, uma terra, um trabalho e uma moradia, diferente das relações vividas anteriormente.

Partindo da concepção de que o sujeito social se constitui na experiência, em um processo contínuo, a fala de dona Eleonora se torna indispensável. Oito anos sob o barraco de lona, ela diz que “achava difícil” a vida naquele espaço, mas com o tempo viu que “não é”. Isso não significa que as dificuldades tenham sido suprimidas e a vida tenha

se abrandado, mas significa, que a experiência imprimiu-lhe novos conceitos, novas formas de vida.

É a partir da relação comum entre esses sujeitos, pela busca por um pedaço de chão, por dignidade e cidadania, que tais indivíduos se identificarão como pertencentes a um mesmo grupo. O auto reconhecer-se sem-terra funda-se a partir de relações e ações de um grupo, que embora composto por sujeitos de origens e hábitos distintos, agem em busca de um objetivo comum, “isso equivale dizer que são construções mentais que dão significado ao mundo e que permitem a identificação, o reconhecimento, a classificação e a atribuição de valor a realidade.” (PESAVENTO, 2003, p.209).

Em alguns casos, a permanência é acompanhada pela expectativa em partir, principalmente nas crianças e adolescentes que, diferente dos pais, não vislumbram a perspectiva da conquista, mas também ocorre quando, na relação marital, uma das partes tem que, obrigatoriamente, acompanhar a outra. Claudinéia que vivia na expectativa de voltar para casa, acabou por viver por dez anos sob o barraco:

Aí quando foi um dia, não sei o que deu lá, que meu pai, minha mãe resolveu quere ir embora: Vamo embora, vamo embora... Aí eu falei: ah, agora beleza, né? Sempre pensando em volta, i embora. Não tinha acostumado, eu olhava aquela lona assim... (CLAUDINÉIA, Entrevista, 14.12.2005).

Se para Claudinéia o espaço do acampamento parecia estranho quando o desejo de ir embora estava relacionado a busca pela conservação da vida social que conhecia, para seus filhos, com seis e três anos de idade, que nasceram no acampamento, não há outro espaço de moradia, é o lugar que conhecem, onde aprenderam a viver e onde se sentem *em casa*:

Os meus já até acostumo. Nasceu aqui. Quando saí pra cidade, às vezes fica uns dia fora, eles já tica tudo chamando pra vim pro barraco, já fica tudo doído querendo volta pro barraco. Num fica. Esses tempo mesmo eu fui para um curso lá em Nova Alvorada do Sul, pra se professora do EJA. Aí levei aquele daí, í..., foi os 4 dia chamando pra vim embora. Daí chega, a hora que eles vê o barraco... mais fica todo feliz. Na cidade acho que se i pra lá que eles não acostuma não, só um pouquinho eles já qué voltá (Claudinéia, Entrevista, 14.05.2005).

É muito comum, ainda, encontrar relatos em que as pessoas tiveram que se desfazer dos poucos bens materiais que possuíam para se manterem acampados. Durante o processo de lutas, muitos vendem casa, gado, automóvel, e houve relatos, também, de imóvel que foi queimado, depreciado, saqueado durante o período em seus proprietários estiveram morando nos acampamentos, como se pode inferir pela fala dos acampados:

A gente vendeu casa na cidade pra vim, em poco tempo vendeu tudo. Porque num é fácil, né? ficá assim. Eu que tinha a mãe que trabalhava, daí ela deu apoio

né, por que a pessoa ficá ali por conta num agüenta né? (ERONDI, Entrevista, 11.10.2006).

Oia, eu tinha uma casinha em Mundo Novo e eu pegava o aluguel na minha casinha, né, recebia cinqüenta de aluguel, até que por fim queimaram a minha casa... *minha casa agora é aqui!* Num tenho outra casa. Ficou só o terreno e a única coisa que eu fiquei foi as coisas que eu trouxe pro acampamento... Aí nós vendeu né, porque... esse tempo todo debaixo da lona tinha que come né, e meu marido é muito doente tamém né. Mas Deus tem em dobro pra mi dá, se Deus quiser! (EDINÉIA, Entrevista, 14.12.2005).

Nós conseguimos essa terra aqui por luta nossa, Né? Inclusive, quando eu vim pra cá, eu tava com seis criação. Tive que vende. Quando eu entrei aqui [no lote] não tinha mais nenhuma, tinha comido tudo aqui mesmo, pra consegui essa terrinha aqui (JOÃO, Entrevista, 20.07.2006).

São três relatos que apresentam histórias comuns entre os acampados. Mesmo resguardando toda simplicidade possível, sobrevivendo com o essencial, esses sujeitos precisam se alimentar, comprar uma peça de roupa e remédios eventualmente, necessitam deslocarem-se entre o acampamento e os núcleos urbanos, atividades que demandam uma reserva econômica de que eles não dispõem. Como a oferta de trabalho diário é esporádica e nem sempre suficiente, a alternativa é se desfazer das poucas coisas que possuem. Por outro lado, essas ações revelam as prioridades definidas por esses sujeitos. Na luta por um pedaço de chão, e diante da expectativa de possuírem terra, trabalho e moradia, eles assumem os riscos, se desfazem do pouco que conseguiram com uma vida toda de trabalho para se manter na luta e defender um sonho.

O mesmo não acontece com relação ao trabalho, quando se tem um emprego que ofere um mínimo de condição de vida, ele é mantido e o membro que detém o emprego contribui com a manutenção financeira da família acampada. O mais comum, no entanto, entre os sujeitos que se mudam para um acampamento, é não ter um emprego fixo, são em sua maioria diaristas, autônomos, com pouca ou nenhuma escolaridade.

“Minha casa agora é aqui!” Dona Edinéia, após quase dez anos sob o barraco de lonas à margem das rodovias, abdicou da vida que levava até então, as velhas relações de amizades foram desfeitas, os contatos com parentes se tornaram raros e os velhos amigos se perderam no tempo e no espaço. Ao mesmo tempo em que sua história nos remete a um exemplo de perseverança, revela também de uma vida marcada pelo imprevisto, por uma espera incerta e pela evidência de que ela e sua família teceram um caminho de difícil retorno em busca de um sonho que pode não chegar a se concretizar. Nesse longo período, dona Edinéia casou as duas filhas, teve seus netos e o que era para ser transitório, tornou-se uma nova forma de organizar a vida e as relações sociais.

É prática, também, nos acampamentos somente a presença de um dos membros da família sob o barraco, quase sempre a dos homens, maridos ou filhos mais velhos, enquanto as esposas e as crianças permanecem em suas casas. A presença desses sujeitos no acampamento, quando a decisão não é de se *mudar* para o barraco, é mais esporádica; é possível, em muitas ocasiões, passar a semana no trabalho e visitar o barraco nos finais de semana, ou ainda passar a semana nos barracos e voltar finais de semana para casa, com casos até de visita mensal ao acampamento, ou pagar para alguém cuidar do barraco. Não há uma regra, mas esses casos são mais comuns nos acampamentos da FETAGRI e da CUT, onde a presença nos barracos é majoritariamente masculina e grande parte concilia a luta pela terra com um trabalho e um lar que requer sua presença.

Dona Lurdes, que há anos acompanha a saga do marido entre o acampamento e o pequeno lar que mantêm em um projeto habitacional na cidade de Eldorado, diz que nunca acompanhou o marido para morar no barraco, apesar de visitá-lo. Ressentida, reclama da ausência do marido em casa para se dedicar ao sonho da terra:

Eu não fui junto, eu nunca ia junto. Luiz foi e nunca saiu desse acampamento, era lá direto. Ele vinha aqui no sábado e já voltava no domingo de novo, quando vinha na sexta-fera, já voltava no sábado, criava galinha lá, um mundarel de galinha que ele tinha lá. Diz ele que nunca desistia (LURDES, Entrevista, 20.07.2006).

Além da convicção em nunca desistir, seu Luiz construiu um novo espaço de referência, a criação de galinhas, assim como o barraco e a própria luta precisava de seus cuidados e de sua atenção. Mesmo mantendo a casa e a esposa na cidade, o barraco era mais que um meio de chegar à terra, era uma referência, um espaço a mais de vida e de moradia.

No descrédito em relação a uma luta que perdura por oito anos, dona Lurdes continua a narrar o quanto insistiu para que o marido desistisse e voltasse para casa:

Quanta vezes eu saí daqui pra i pra lá busca ele, né? Falava: “Luiz! Vamo embora pra casa, não da nada isso aqui não”. Aí ele: não, que não ia desistir, não ia desisti. E ta lá há oito ano. Eu por mim ele já tinha desistido disso já, ainda mais agora que não ta vindo mercadoria, não ta vindo cesta, ta vindo nada lá (LURDES, Entrevista, 20.07.2006).

O fato de não estar vivendo o cotidiano do acampamento não significa que dona Lurdes não esteja participando da luta e que sua vida não tenha sido transformada. Apesar de optar pela vida na casa da cidade, dona Lurdes acredita na conquista da terra e torce por ela. A participação daqueles que não estão presentes diretamente remete-me aos

estudos de Comerford, que diz que nem sempre é preciso existir um conflito concreto para estar *lutando* (1999).

Quando os sujeitos aderem aos acampamentos, inicia-se um processo de rupturas de valores e de relacionamentos em sua vida, mas também de continuidades e permanências. Sem resistências o processo de desenraizamento poderá se concretizar com o assentamento. Essa resistência é evidenciada na história de um grupo de 34 famílias, do acampamento Oito de Março, que estavam, no ato da pesquisa, acampadas por dez anos, e que rejeitaram o assentamento em áreas distantes, com o propósito de serem assentados na região onde sempre viveram e onde moram os familiares, essa recusa se deu devido a insistência desse grupo pela manutenção de suas raízes. O senhor Dércio conta porque o grupo não deu a “mão à palmatória”, e aceitou o assentamento em lugares distantes:

Aí em Ponta Porã saiu, mais a gente não dá a mão pra palmatória né? Que nem, a fazenda Itamarati nois num quizemo í pra lá, no caso que nem eu, eu sô daqui da região mais vim do Paraná, meu pai morreu em 2002, tava com 45 ano que mora em Alto Paraíso (morava), minha mãe ta com 42. Minha mãe é viva né. Então a gente sempre quiz ficá aqui na região né, de Caarapó pra cá. Tinha uns que tinha 20 anos de Eldorado e outros de Mundo Novo. Portanto não adianta fazer alguma coisa de má vontade né? Se nos tivesse ido pra lá, o que podia acontece? Às vezes fica quatro ou cinco anos lá e não se adapta, aí volta pra cá. Aí acaba desfazendo da propriedade e desmoralizano o Movimento Sem Terra (DÉRCIO, Entrevista, 14.12.2005).

Embora esses sujeitos vivam um momento de rupturas, isso não ocorre, em muitos casos, sem certa resistência; há a tentativa de manutenção da vida social e de sustentação das raízes, embora nem sempre isso seja possível. No acampamento Laguna Peru, após oito anos de existência do acampamento, alguma famílias aceitaram a transferência para um acampamento de outro município, já que não havia mais possibilidade de assentamento na área pleiteada. Existe também a questão dos brasiguaios, para quem, geralmente, não há um referencial, um lugar para onde se queira voltar.

Todos os entrevistados, ao serem indagados se já haviam pensado em desistir, foram taxativos ao dizer que “sim”. Contudo, a não desistência estava relacionada a esperança, mas também a questões de ordem prática, como o fato de não terem para onde retornar. Para muitos é um caminho sem volta, a desistência não é um retorno, mas um recomeçar de novo.

A persistência parece um misto de esperança e desapontamento. Só se mantém acampado quem ainda espera, ao mesmo tempo em que aquela esperança é nutrida por um sentimento de desapontamento; por não vislumbrar alternativa de vida, de trabalho e de moradia. A saída “é tentar lá”, como fala o senhor Tadeu:

Até hoje eu sinto, até hoje, não porque hoje ta mais organizado, mais é... bastante gente desistiu. Você só tenta lá porque você não tem outra coisa pra fazer, digo em outra coisa pra fazer você não tem uma profissão, num tem nada, né? Então tem que tentar porque se você num pode comprar terra, se você for fazer outra coisa, você não sabe fazer nada, né? Então tem que tentar lá, até... não sei até quando. Mas tem que tentar, fica lá até sair essa tal terra né? (TADEU, Entrevista, 11.10.2006).

A expressão usada pelo entrevistado, de que “barraco por barraco fica aqui”, para justificar a sua permanência, parece ser bastante legítima naquele espaço. A vida fora dos conflitos do acampamento pode não trazer um cotidiano menos árduo; a condição social desses sujeitos contribui para a permanência. Ir embora para onde? É uma pergunta comum que eles mesmos se fazem. Por isso, vejo que deixar o acampamento, em muitos casos, não é ir embora, mas recomeçar:

Então nós ficamos 4 anos ali sem área, sem destino pra nada, pelo menos no momento é isso aí, não sabe pra onde vai aonde num vai. Então... você fica naquela mas você vai pra onde? Não tem aonde ir. Você pensa: eu tenho que ir embora mas vou embora pra onde? Embora por ir embora, *barraco por barraco fica aqui* (TADEU, Entrevista, 11.10.2006).

Num tinha. Não tinha porque eu tinha vindo do Paraguai e... e eu trabalhava lá, a gente veio pra cá, eu tava sem serviço, né? Morando em casa alugada. Então a *nossa casa era um barraco de beira de estrada*, se não desse nada certo eu não sei o que ia acontecer [...] Aí você não sabe se você continua ou se você desiste, porque é uma luta que você não tem... não tem uma certeza que você vai conseguir, né? Então, chega um ponto que a pessoa cansa, é difícil... (ANTÔNIO, Entrevista, 11.10.2006).

Muitos, muitos desistiu e muitos conseguiu, né... já foram assentados. **E o que levou essas pessoas a desistirem?** Há, eu acho que cansavam do sofrimento aqui né, porque *se a gente for olhar o sofrimento da gente aqui, a gente num fica não...* Só que os que desistiu tá pior do que eu aqui... (EDINÉIA, Entrevista, 14.12.2005).

São três histórias de vida distintas, cada uma de um acampamento analisado, mas que refletem uma crise de rupturas sociais. A incerteza, narrada pelo senhor Antônio, acompanha todo o processo de luta e acaba por tomar uma conotação de maior insegurança quando a luta por um pedaço de chão, por meio do acampamento, torna-se a única saída possível. Ao analisar o acampamento América Rodrigues da Silva, Farias evidencia a difícil caminhada desses sujeitos na busca pela construção de *outra* história:

Muitas famílias deixaram casas, empregos, carregando pertences e filhos, sem rumo e sem destino. Mesmo vivendo uma situação de pobreza, opressão, almejando uma melhoria significativa de vida por meio da posse da terra, não é possível negar que deixaram seu canto, seus costumes, seus modos de vida e a casa com sua história a fim viverem outra história, uma história a ser construída (1997, p. 106)

O acampamento é um espaço de conflito, não só pela perspectiva da luta, como também por agrupar em um espaço sujeitos tão distintos, de hábitos culturais

diferenciados, principalmente se pensarmos na situação de fronteira, como é o caso do sul de Mato Grosso do Sul, e também na perspectiva de individualidade de cada família.

Mas se existe a desconstrução de determinados modos de vida, de concepções morais e aspectos culturais, existe também a construção de novos valores e um processo de adaptação. E isso pode ser inferido pela permanência desses sujeitos em até dez anos nesse processo. Segundo Martins, o acampamento exerce uma função de “ralentação da transição”, das mudanças que ocorre na vida desse sujeito (2003, p. 46).

Aspectos como religiosidade e outras formas de manifestações culturais são dificilmente suprimidos, pelo contrário, diante de tantas carências, a fé religiosa se revigora e ganha adeptos. Cultos, missas, novenas, assim como manifestações de maior magnitude, dentro da concepção religiosa, como batizado e casamento, são também elementos vivenciados nesse espaço.

Portanto, podemos dizer que as diversas manifestações festivas possuem certa unidade e recriam uma rede de sociabilidade sob novas formas de expressão, procurando preencher as ausências de antigas referências, romper o estado de anomia que caracteriza o ser acampado, estar sem família e sem território definido. Sem tais mecanismos o acampamento se “desfaz no ar” (FARIAS, 2002, p. 132). [Aspas no original].

Esses elementos, associados às relações cotidianas de vizinhança e amizade, que engendra as práticas da luta, forjam um sentimento de pertencimento grupal. A identidade de sem-terra passa a ser constituída pela união, pela luta no enfrentamento por interesses comuns, mas são também processos mediados e mesmo direcionados pelos grupos organizadores.

Fazer parte desses grupos vai além de aspectos políticos, pois está ligado também a sentimentos de representações culturais. As identidades podem, nesse caminho, ser vistas como uma *celebração móvel*, ou seja, são constantemente transformadas de acordo com as relações culturais que os rodeiam. A identidade unificada perde sua razão de ser quando se reconhece que é formada histórica e culturalmente (HALL, 2001, p.13). Segundo Chartier, as diferenças culturais não devem ser vistas como divisões estáticas e imóveis, mas como efeito de processos dinâmicos (2002, p. 76).

Embora esses sujeitos carreguem um conservadorismo que está aquém do imaginário mobilizador defendido pelos movimentos, em especial o MST, muitos desses sujeitos passam por um processo de rompimento e/ou de transformação de regras de comportamentos sociais. Tanto é assim que, implicitamente, os acampados buscam legitimar atos que, para eles próprios, outrora seriam ilegítimos, prova disso é a

substituição dos termos saques por recuperações, invasão por ocupação, a fome como justo precedente aos abates de animais e pedágios nas estradas. Nesse sentido, vê-se que as circunstâncias criam as necessidades e as legitimam.

Ao comentar as piores dificuldades enfrentadas no acampamento, Erondi recorda o quanto era difícil ouvir as ofensas da sociedade em relação aos acampados:

A maior dificuldade era o alimento, né? E a humilhação. A gente vinha no ônibus, e escutava as pessoa falá dentro do ônibus assim... e a gente num podia falá nada, né? Mais a maioria do pessoal hoje ta acampado lá na saída de Eldorado, as pessoa falava mal da gente mesmo. Depois que a terra saiu aqui, aí foi muita gente pra lá (ERONDI, Entrevista, 11.10.2006).

Embora as representações sociais desqualificadoras, em relação aos acampados, gerem um desconforto imediato, podendo ser uma marca para a vida toda, há por parte dos acampados um repúdio a esse desmerecimento. As desqualificações são combatidas no imaginário dos acampados dentro da perspectiva de uma situação transitória, isso é refletido na fala de Erondi, ao dizer que quando se tornaram assentados, muitos dos que os humilhavam também se sujeitaram às mesmas condições.

Em relação às desqualificações sofridas por acampados urbanos em São Paulo, Souza faz uma análise que se torna oportuna também aos sem-terras:

Os ocupantes, ao se defrontarem com essas situações do cotidiano, recusaram a denominação de invasores. Foram elaborando reflexões e falas, que resultaram na composição e um universo de representações, para legitimar a sua situação de ocupantes, superando a desqualificação que sofriam (1995, p. 108).

A área de estudo em questão, o extremo sul de Mato Grosso do Sul, composta por pequenas cidades com considerável população rural, é uma região onde os acampamentos fazem parte do cotidiano social. É comum vê-los ao longo das rodovias e parte da população conhece parentes e amigos acampados, ou já assentados, o que não impede que se perpetue no imaginário popular a vinculação desses sujeitos a certos segmentos da sociedade, como vagabundos, aproveitadores, “desabusados”, para usar uma expressão de Paulo Freire. Se o homem do campo já carrega o estigma do atraso, do jocoso, do retardatário e do preguiçoso no imaginário popular, os sem-terras carregam ainda o peso de andarem na contramão de uma sociedade capitalista, de questionarem as práticas do agro-negócio e do absentéismo.

Não se pode negar também que esses sujeitos fazem parte de classes sociais que estavam à margem de discussões políticas. A inserção aos movimentos, em muitos casos, engendra saberes e práticas nunca antes pensadas, não só em relação ao suprimento de determinados valores como algo pejorativo, mas também na valoração desse ser

enquanto ser social capaz de se organizar, impor-se e lutar por uma vida mais digna. É a expressão da autonomia, da imposição em detrimento ao comodismo e ao paternalismo. Em alguns casos essa autonomia política pode não chegar a ser apreendida, pode durar apenas o tempo do acampamento, em outros, (em número reduzido, diga-se) ela é agregada à vida toda, em ações de militância, em coordenação de grupos de moradores, de cooperativas e associações, como também na inserção à carreira política.

O período transitório de acampamento, na maioria das vezes, dura mais que o esperado. É um momento de muitas carências, mas também de lutas, de resistências, de sonhos e de esperanças. A união em meio a um ambiente tão conflituoso é algo indispensável à consolidação da luta. Nos grupos do MST, em especial, a *mística*³¹ é algo que lhes encoraja e lhes dá força. Trata-se de um ritual simbólico presente em todas as reuniões, festas, assembléias e mesmo no dia-a-dia dos acampados. Expresso por cantos, símbolos, teatros, encenações, fotos e discursos inflamados, são magnetizantes e ainda melhor apreendidos diante de momentos de tantas carências. São embasados em fatores sociais, éticos, morais e buscam ressaltar mártires da luta no âmbito local e regional e também os nacional e mundialmente conhecidos.

As práticas culturais desenvolvidas pelo MST para a formação *de um novo sujeito social* buscam criar conteúdos com os quais aqueles sujeitos se identifiquem e se sintam pertencentes à aquele grupo. Oliveira argumenta que todo processo de transformação social envolve a constituição de uma memória coletiva e, para isso, trava-se uma grande batalha simbólica em nome daqueles que devem ser lembrados, daqueles que devem ser considerados extraordinários e os que devem ser esquecidos (2003, p.68). No processo de luta pela terra não é diferente, na busca pela composição de um imaginário mobilizador, seus heróis são construídos ressaltando em seu meio acontecimentos e personagens que lhe são mais significativos.

São construções que partem de algo muito próximo de suas realidades, de acontecimentos do dia-a-dia. São figuras consagradas por fatos que marcam a luta, pessoas conhecidas, o que atribui mais veracidade, paixão e encantamento a essas construções.

Alguns nomes são comuns a todos os grupos, independente da organização mediadora da luta, entre eles podemos destacar Dorcelina Folador, que fora militante do MST, assassinada em 1999 na varanda de sua casa, período em que cumpria mandato

³¹ O ritual simbólico, praticado nos grupos de acampados do MST, conhecido como a *Mística da Terra*, foi assunto tratado por BORGES, 2004, principalmente no capítulo VI: *Mística da Terra: Sonhos de Liberdade*; e por FARIAS, 2002, capítulo II; entre outros.

como prefeita da cidade de Mundo Novo – MS; Chico Mendes, líder sindicalista, seringueiro desde criança que trabalhava como defensor dos trabalhadores rurais no estado do Pará, assassinado em 1988 também na porta de sua residência; Índio Galdino, que teve o corpo queimado em 1997 enquanto dormia em um ponto de ônibus em Brasília; as 19 vítimas do Eldorado dos Carajás, assim como o ícone internacional Che Guevara e outros homens fortes e líderes revolucionários, que são perpetuados na memória desses trabalhadores como aqueles que morreram em nome de um ideal de vida, contrapondo-se aos poderes elitistas e em busca de uma sociedade mais igualitária.

Entre os grupos do MST se destacam também as vítimas da luta em âmbito regional, geralmente lideranças que morreram na luta e pela luta, como, por exemplo, Valdecir Padilha, Antônio Tavares, Ronilso da Silva, Airton Vieira e Marcelino Pereira da Silva.

Os nomes atribuídos aos acampamentos, sobretudo aos do MST, são carregados de simbolismos. Entre os nomes de militantes mortos citados, que aparecem não raramente nomeando acampamentos, também se destacam datas comemorativas e significativas para a luta. Exemplo, disso foi a escolha do dia da mulher (08.03) para ocuparem a fazenda Santo Antônio com a maior ocupação de terras registrada no país até então. Os outros dois acampamentos mantiveram o nome da fazenda ocupada (Laguna Perú e Mambaré), somente após o assentamento das famílias é que o nome Mambaré foi substituído por Pedro Ramalho, em homenagem a um tradicional sindicalista da cidade de Mundo Novo.

Segundo Oliveira:

“As batalhas simbólicas para a construção de heróis envolvem tanto a memória histórica quanto apelo a lendas e mitos. A memória lança mão de uma narrativa tradicional sobre o passado, explica a origem, os feitos e as glórias dos heróis” (OLIVEIRA, 2003, p. 68).

Aqueles que perdem a vida lutando pelo direito à terra são sempre lembrados e ressaltados, levando a uma mitificação desses sujeitos, afinal, o fato de serem sem-terra, ou mesmo defensores da causa como tais, delega um sentimento de indignação e revolta. A batalha na construção desse imaginário envolve, além dos mitos, dos heróis e dos mártires, artifícios como os discursos, as imagens e os símbolos, construindo uma força que busca superar anseios, suprir carências, encorajar e unificar os grupos.

É por meio do imaginário que se pode atingir não só a cabeça, mas também o coração, ou seja, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. “É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu

passado, presente e futuro”. Esses são processos extremamente importantes em momentos de mudanças sociais e de redefinição de identidades (CARVALHO, 2000, p. 10-11).

No trabalho do MST existe uma maior organização em torno dos aspectos simbólicos, discursivos e formadores de opinião usados em suas relações com os trabalhadores sem-terra. No entanto, um grande paradoxo se apresenta nessa relação. Vejo que a *massa*³² busca, anseia e luta por um pedaço de terra que seja seu, por moradia e por trabalho, enquanto os anseios das lideranças estão relacionados ao ideal de uma sociedade transformadora, o que nem sempre é apreendido por esses sujeitos.

Ao estudar o Acampamento América Rodrigues da Silva, na cidade de Três Lagoas – MS, Farias faz considerações às formas com que essa relação é tangida:

Entre os discursos presentes na mediação da luta, encontramos várias marcas, vários sentidos e formação discursivas, que vão se compondo, afirmando-se durante os embates e confrontos, ora desnudando a realidade e a própria dominação, ora mascarando e fortalecendo a ideologia dominante (FARIAS, 1997, p. 32).

A crença na legitimidade das palavras, e em quem as pronuncia, dá-se em vista do sentido que exprimem e da receptividade dos sujeitos que as incorporam (BORGES, 2004, p.133). As mensagens expressas não são apreendidas de forma *natural*, não há denotado nas palavras um peso por si só, mas seu sentido depende de quem as ouve e de quem as pronunciam.

Assim, entendo que a composição da identidade de sem-terra, que acontece no decorrer da luta, é mediada, induzida e construída, fazendo-se necessário onde tantas forças os reprimem. O sem-terra não nasce pronto, é formado a partir de uma condição social de marginalidade, ou tendente à marginalização e está relacionado a um sentimento de pertencimento. O grau de profundidade com que esses sujeitos tornam-se verdadeiros defensores da causa é bastante variável. Aqueles que apreendem de forma mais contundente, tornam-se, não raro, futuras lideranças. As práticas envoltas na agregação em torno da luta envolvem as relações de forças entre as representações impostas e as relações que esses sujeitos tem de si mesmos, gerando um processo pelo qual se identificam como sem-terra.

Nesse novo espaço muitos rompimentos são verificados, quebra de laços de amizade, parentesco, vizinhança, valores, concepções, referências de uma vida; muitos

³² O termo *massa* utilizado pelo MST, com inspiração nos escritos marximianos de *massa revolucionária*, é discutível e criticado. Segundo Chauí (2002) essa categoria é produto de uma divisão entre elite “cultura” e massa “inculta”, faz referência a algo sem forma, sem rosto, sem identidade, como se fossem um conjunto homogêneo, de sujeitos indiferenciados (Cf. FARIAS, 2002, p. 100).

outros, no entanto, são engendrados. Constitui-se ao longo da luta uma identificação, uma *identidade em transição*, que poderá ser desfeita após o assentamento. Em meio a tantas ambigüidades e paradoxos, o que se pode inferir é que esses sujeitos vivenciam no espaço/tempo do acampamento aquilo que Chauí chamou de *conformismo e resistência*, são sujeitos que, na luta, “descobrem a diferença entre *o que é e o que poderia ser* e que por isso mesmo transgridem a ordem estabelecida, mas não chegam a constituir uma outra existência social” (1994, p. 1780) [grifos no original].

Para aquele sujeito que se muda com a família, seus poucos pertences e o último fio de esperança para o acampamento, esse espaço se torna, em muitos casos, um processo sem volta; a decisão de acampar está relacionada a uma vida de dificuldades, de faltas e de conflitos. Muitas famílias deixam para trás uma vida de sociabilidade, mesmo que seja apenas uma casa alugada e um trabalho em diárias, mas é a forma de sobrevivência que foi negado pelas famílias ao decidirem partir para o acampamento, reavaliar tal decisão, deixar o acampamento e reconstituir a vida anterior não é um processo fácil, e isso faz com que muitas famílias continuem a luta por um período tão longo, de oito e até dez anos, como em muitos casos analisados.

3.3 O sonho da terra prometida nas representações dos sem-terras

É... minha fia, é o sonho de ter um pedacinho de terra, né? Um lote pra gente trabalha e te umas criaçãozinha em cima, né? Não tenho vontade de sair daqui em quando eu não ganhar terra, só se for pro cemitério mesmo, senão acho que eu não saio não. (EDINÉIA, Entrevista, 14.12.2005)

Sonho. Talvez essa seja a palavra mais significativa para compreender as razões que movem esses sujeitos a traçarem caminho aos barracos de lona às margens das estradas. Sonho não só de chegar à terra, mas sonho de conquistar, ou recuperar, a dignidade; sonho de se ver e ser visto como *gente*; sonho de abandonar a vida errante; sonho de ter um referencial, um *porto seguro*; sonho de que suas necessidades básicas: casa, comida, saúde, educação, sejam um dia sanadas; sonho de terem direito a sonhar e de construir para si e para os filhos um projeto de vida.

Todas essas expectativas de vida não sanadas são no espaço/tempo do acampamento mediadas pela perspectiva da reforma agrária, pela conquista de um lote de terras. Assim é possível compreender e dimensionar a frustração na chegada aos lotes sem a infra-instrutora necessária.

Esses sujeitos têm em comuns histórias de vidas marcadas pela expropriação, pela exploração, pela exclusão, pela violência, ainda que uma violência *simbólica*, mas talvez a mais perversa e silenciosa, a que humilha, a que maltrata, a que destrata e a que também fere. Sujeitos vitimados por processos sociais excludentes, que desenraizados da terra também não puderam encontrar seu lugar no meio urbano, lugar em que as condições objetivas do sistema capitalista são ainda mais excludentes e seletivas. A ambigüidade desses sujeitos entre o campo e a cidade produz o que Tutatti denominou de uma indefinição de identidade:

Ademais, a lembrança do modo de vida no campo não se configura como uma nostalgia positiva, pois muitos dos acampados a vivenciaram já sob o julgo do dono da terra, se não apenas a conhecessem pelos relatos de pais e avós. A cidade, por sua vez, não os integrou em sua classe média assalariada; ao contrário, lançou-os aos setores mais baixos e desprezados do processo produtivo e/ou à economia informal. Ainda assim, incutiu em seu imaginário o desejo de obter o status de cidadão-consumidor, condição à qual o estabelecimento no meio rural poderia impedi-los de atingir [...] (2005, p. 75).

A grande maioria dos acampados já teve experiência de vida nas cidades e muitos em trabalhos tipicamente urbanos; outros, em número considerável, moravam nas cidades, mas dirigiam-se ao campo para trabalhos diários de *bóia-fria*; embora quase todos tenham origem rural, mesmo que de segunda geração. No entanto, esses sujeitos já incutiram, ao logo desse processo de *hibridação cultural*³³, um imaginário capitalista e valores tipicamente urbanos que serão contraditoriamente contraposto com a tentativa de retorno a terra, ação essa totalmente compreensível se considerarmos a situação de marginalização vivenciada por esses sujeitos.

Diante das dificuldades de uma inclusão social digna, esses trabalhadores enfrentaram todo tipo de problemas: fome, frio, desespero, desemprego, mortes, dramas familiares e diante de um quase estado de anomia, a terra lhes é *apresentada* ou representada como a única saída possível. Digo que a terra foi apresentada, tendo em vista que muitos trabalhadores passaram a idealizar uma vida na terra a partir do momento em que ela lhe foi *oferecida* como uma saída à situação de miséria por representantes de órgãos mediadores da luta. Outros, no entanto, guardam consigo a representação nostálgica

³³ Segundo Canclini, hibridações são “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existem de forma separada, combinam-se para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (2003, p. XIX).

desse espaço como produto de uma tradição cultural, vendo-a como único lugar possível de felicidade, na lembrança da vida na terra, na esperança de um dia poder ter um “pedaço de chão com umas criaçãozinha”, na busca por um lugar onde ele possa “morrer tranquilo”.

Segundo o conceito de hibridação proposto por Canclini, a formação cultural do homem do campo pode ser vista como uma “estrutura discreta”, uma vez que não possuem uma cultura fechada, pura, estanque, ou seja, sem nenhuma hibridação. Esse processo começa mesmo quando esses sujeitos ainda residem no meio rural, já que, ainda nesse meio, as relações com o urbano são tecidas.

Na relação direta com as famílias acampadas, vê-se o quanto aspectos culturais *tipicamente* urbanos e rurais misturam-se, hibridam-se, complementam-se. Não compreendo os sujeitos analisados como grupos homogêneos, mas falo das características que mais se apresentam, mais aparentes e mais latentes entre eles. Sua formação cultural, ou tudo aquilo que esses homens e mulheres viveram ao longo de suas vidas, é o que determina a representatividade que *a terra* tem para cada um deles.

O repúdio ao patrão e a vontade de controle de seu tempo³⁴, o sonho de conseguir um pedaço de terra, de poder trabalhar para si e não para os outros, a angústia de viver na expectativa de perder o emprego, de não conseguir área de trabalho, de não poder arcar com os custos de uma casa, com aluguel, água e energia são representações comuns nas falas dos trabalhadores rurais sem-terra, como se pode inferir nos relatos a seguir:

Eu trabalhava em terra dos outros, eu e meu esposo, e eu sonhava, eu falava pra ele assim: “eu tenho um sonho tão grande na minha vida de um dia ter um pedacinho de terra pra ser nosso. Pra nós viver naquela terra, pra nós criar os filho, os neto, tudo dentro daquela terra”. E eu sonhava com isso. Eu falava pra ele: “um dia será que a gente vai alcançar isso? mas não vai alcançar, por que quem trabalha de empregado pros outros nunca vai conseguir” (TERESINHA, Entrevista, 21.04.2006).

[...] eu sempre lutei pra ter um pedaço de um pedaço de terra. Meu pai tinha, ele falou: “ô isso aqui eu consegui com suor”. E eu falei: “mas eu to lutando, o senhor vê que eu to lutando, que eu sou um cara trabalhador e não consigo. Não tem jeito”. Na época deles talvez teria sido mais fácil de ele te conseguido, né? E como ele tinha... Ele conseguiu também assim... que a gente era em oito irmãos, né? E todos trabalhavam, aí todos deram uma mão. Agora que nem eu que sou sozinho? Não tem jeito. (CELSONO, Entrevista, 14.12.2005).

É tudo no sítio. Trabalhava assim de arrendatário, né? E daí depois eu casei, aí eu morei um tempo na cidade, outro tempo na roça, né? [...] já trabalhou muito na roça. Meu Deus! É roceiro mesmo. Toda vida, igual ele mesmo fala, ele toda vida trabalhou em terra dos outros, né? Meu pai também toda vida em terra dos outros (EDINÉIA, Entrevista, 14.12.2005).

³⁴ O repúdio ao patrão, assim como a ânsia pelo controle de seu próprio tempo, são também evidências presentes nos trabalhadores sem-terra analisados nos trabalhos de FARIAS, 2002 e MENEGATI, 2003.

Moradia, trabalho e família constituem a tríade que guia o sonho desses sujeitos. A terra prometida, expressão de forte cunho religioso, é antes de tudo a representação de lugar de sossego, de segurança, de lugar para criar os filhos. A terra é muitas vezes representada como possibilidade de futuro, mas também revela referência nostálgica ao passado, ao sítio dos pais, que por algum motivo, desfizeram-se da posse, a vontade dos pais de possuírem um pedaço de terra, quando passaram uma vida toda trabalhando em terras de outrem. E esse *futuro* está muito ligado a expectativa de uma vida melhor para os filhos. Nesse sentido, dona Eleonora conta porque se mantém a sete anos acampada na luta por um pedaço de chão:

Mais não desistimo, tanto por causa que a gente pensa na criançada, senão por mim eu já tinha desistido. Tem dia que aborrece embaixo de dessas lona, aí, não dá vontade de ficar assim. Mais o que que é eu vô fazer? (ELEONORA, Entrevista, 11.10.2006).

Um ex-acampado, mesmo tendo enfrentado dificuldades recentemente em seu lote com a questão da aftosa e a matança do gado, diz saber que pode ficar tranquilo, por que ali ele está “instalado”. As experiências de trabalho como empregado, incluindo o período em que viveu no Paraguai, sempre foram marcadas pela instabilidade, pela insegurança, sentimento que não vislumbra mais em seu lote de terras. A terra é vista como aquela que gera frutos e garante a sustentabilidade da família, mesmo em tempos difíceis:

Porque era uma oportunidade de ter um lugar da gente mesmo né? E as coisa ta difícil, esses dia o negócio da aftosa, aqui a gente sabe que tem lugar pra morar né? Sabe que tem uma segurança. Trabalha prus outro, trabalha de empregado ou no hotel lá no Paraguai, a gente num tem segurança né? Porque uma hora a gente tem outra hora a gente num tem, então aqui a gente esta instalado! (ERONDI, Entrevista, 11.10.2006).

A fala de Erondi expressa a expectativa dos sujeitos acampados: segurança, estabilidade, um referencial, trabalho, casa... Segundo Martins, “a luta não é primariamente pela terra e sim luta contra a desagregação das relações sociais tradicionais, que resulta na incerteza do desenraizamento, na perda de um lugar de referência” (2003-b, p. 23).

Vendo as representações como fruto de tradições culturais, e reconhecendo-as como processos dialéticos, que se fazem e refazem nas relações com os sujeitos e com o meio, não se pode negar que entre os sem-terras, existem representações que se distinguem de um imaginário com laços afetivos voltados para terra. O importante, no entanto, é poder inferir que quando esses sujeitos decidem partir para a luta pela terra, eles estão tentando (res) construir para si outra história, e é por isso e para isso que lutam, estão, na prática “fazendo-se” a partir da experiência vivida e assim lutando pelo direito de uma vida mais digna e um mundo possível.

CAPÍTULO IV

VIDA PROVISÓRIA, EXPERIÊNCIA E COTIDIANO NOS ACAMPAMENTOS

A experiência não espera discretamente, fora de seus gabinetes, o momento em que o discurso da demonstração convocará a sua presença. A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio [...] (THOMPSON, 1981, p. 17).

Talvez não seja inútil sublinhar a importância do domínio desta história “irracional”, ou desta “não-história”, como o diz ainda A. Dupront. O que interessa ao historiador do cotidiano é o Invisível... Não tão invisível assim. (CERTEAU, 1996, p. 31).

4.1 Ocupação de terras: o preâmbulo em busca de um novo lugar

[...] por mais que os sem-terra tenham constituído experiências diversas, a espacialização de uma ocupação nunca é um fato completamente conhecido, tampouco desconhecido (FERNANDES, 2000, p. 292).

A gente sabia que ia pra uma ocupação de fazenda, só que num sabia onde né? Mais eu topava tudo, queria vim, porque eu queria ganha terra... tava disposta a tentar o que viesse (EDINÉIA, Entrevista, 14.12.2005).

A primeira ocupação da fazenda Santo Antônio Agropastoril Ltda, localizada no município de Itaquiraí, ocorreu na manhã do dia oito de março de 1997, dela participaram cerca de 1300 famílias. Inúmeros caminhões e ônibus transportando trabalhadores se destinaram a MS-487 naquela manhã. Apesar do sigilo em torno das informações dessa ocupação, a polícia estava nas estradas e interceptaram alguns veículos, no entanto muitos já haviam chegado à área e a ação policial foi voltada mais a uma intimidação, do que realmente a uma desarticulação da ocupação.

Lúcio, que foi um dos organizadores dessa ocupação, lembra que a polícia já tinha conhecimento da ação do Movimento, já que os *trabalhos de base* nos últimos meses haviam sido intensos e envolvido muitas pessoas, mas a ação policial ficou limitada, tendo em vista que apenas os organizadores (cerca de cinco pessoas) sabiam exatamente a fazenda que seria ocupada:

Teve algum bloqueio nos municípios, teve uma operação da DOF pra impedi a ocupação, como já vinha com 600-700 famílias de uma localidade, eles tentaram impedi o pessoal passa por Itaquiraí, só que aí, vinha o pessoal, em torno de 500 famílias da região de Eldorado e que aí a polícia não conseguiu segurar. É que o pessoal já vem preparado pra realmente não volta pra trás. Pelo menos isso, né? E quando a gente faz o trabalho de base, faz o trabalho: “se algum lugar tivé uma barreira da polícia, descarrega o caminhão e faz o acampamento ali mesmo, aonde tiver a barreira”. Como era muita gente, a polícia era pouca, não conseguiu segurar (LÚCIO, Entrevista, 09.10.2005).

Porque assim é muita gente. Nós chegamos na área era mais ou menos umas seis horas, tava amanhecendo o dia, né? Na verdade quando a gente chego ali na entrada tinha vários camburão, né? Aí a gente ficou assim... “meu Deus será que já passou muita gente ou não passou, né?” [...] Mas aí a gente desceu, eles perguntaram pra onde a gente tava indo. A gente falo que a gente tava indo pra Santo Antônio. Não tinha como a gente esconder mesmo. Fizeram algumas perguntas e tal, mas aí deixaram a gente ir, porque a maioria já tinha passado mesmo, né? (NAIR, Entrevista, 13.12.2005).

Os sem-terras foram barrados por quatro viaturas do Departamento de Operações de Fronteira (DOF) e por um grupo de elite da Polícia Civil. Os policiais tentaram bloquear os primeiros veículos, mas foram surpreendidos com o tamanho da organização. Devido ao grande número de pessoas e veículos que se aglomeraram em pouco tempo de paralisação do tráfego da rodovia, os policiais liberaram a pista e acompanharam os veículos até o local da ocupação (*O Progresso*, 10.03.1997).

Os trabalhadores, conforme a fala de Lúcio, estavam orientados para que, caso fossem interceptados por ação policial, montassem seus barracos onde estivessem. O que não deviam fazer, em hipótese alguma, era recuar e voltar para trás. Para essas decisões, medidas que devem ser tomadas rapidamente e sem hesitação, havia um ou dois coordenadores em todos os veículos que se destinavam à ocupação.

O medo da repressão policial é marca presente nas falas dos sujeitos que se destinam à uma ocupação de terras e também um dos maiores empecilhos impostos ao ingresso na luta pela terra. Ressalta-se, ainda, um sentimento de estar cometendo ilegalidades; muitos vão à luta, mas ainda guardam ressalvas em relação a legitimidade da ação. É um momento doloroso, marcado por sentimentos antagônicos, que se desdobra entre vergonha, esperança e culpa. Conflitos que Martins chamou de *dilemas da transgressão*:

No fundo, há uma grande violência envolvida na sua mobilização e na sua indução para saltar por cima da lei e das regras que ordenam as relações sociais responsáveis pelas injustiças de que é vítima. Essa talvez seja a razão de um grande número de desistências já no momento da mobilização (MARTINS, 2003-b, p. 47).

Nas proximidades de Itaquiraí, os ônibus, caminhões e carros foram se encontrando e formaram uma fileira de veículos. O enfrentamento com a polícia, nesse momento, apesar de perturbador, foi pacífico, alguns caminhões ficaram um tempo retido e foram liberados, outros nem chegaram a ser parados.

Daí chegemo ali... e polícia na estrada, minha fia. Cercando. E aquele monte de caminhão, nós mesmo veio de caminhão. Tinha ônibus de Eldorado, aquele monte de gente, Né? Acho que de Mundo Novo veio uns dois ou três caminhão cheio, lotado mesmo de gente e daí foi encontrando né? Foi juntando aquela fileira de gente, aquela fileira de gente e ônibus, caminhão, foi encontrando de Japorã e de tudo quanto foi lado, né? **A polícia chegou a parar vocês?** Parou, mas nós passamo (EDINÉIA, Entrevista, 14.12.2005).

O tamanho da comitiva organizada, que fez com que a polícia recuasse em uma possível ação de desmobilização, também surpreendeu os próprios sem-terras que se destinavam a ocupação. São comuns as lembranças de espanto ao avistarem aquele “mundão de gente” e a enorme fileira de veículos.

O momento de maior choque foi mesmo a chegada ao local de acampar. Todos recordam-se da má impressão ao chegar ao lugar, um “lugar horrível”, “desértico”, “longe”, “parecia o fim do mundo”. O percurso feito na estrada BR-487, após os veículos deixarem a BR-163 no entroncamento entre Itaquiraí e Naviraí, parecia não ter fim. A estrada de terra, com cascalho e muitos buracos, dificultou ainda mais o trajeto que foi feito em caminhões e ônibus velhos. Lotados de pessoas, esses veículos ainda transportavam lonas, colchões, mantimentos e alguns utensílios.

Aí a gente chegou assim... no início a gente... na entrada quando a gente chegô, já tava clareando o dia, era um lugar horrível assim, a estrada. Hoje, não porque hoje tem asfalto, mas no início era tudo chão... a gente entrou assim naquela estrada parece que não acabava mais, parece que era pro fim do mundo que a gente ia. Era um lugar deserto. Hoje ta totalmente diferente. Aí a gente chegô, quando a gente chegô lá já tinha muita gente que tava começando montar o barraco... um monte de gente... muita gente. O pessoal já tava se organizando, o local de fazer as barracas... (NAIR, Entrevista, 13.12.2005).

Nair, que também ajudou nos *trabalhos de base* para formação do acampamento, coordenou alguns caminhões pelo trajeto, e assim como as famílias que ela acompanhava, espantou-se com o lugar para onde estavam indo *morar*. Na imagem seguinte, tirada na chegada ao local, já dentro da fazenda Santo Antônio, ela aparece de camisa clara e boné vermelho do MST, no momento em que chama atenção do pessoal para algumas informações. O caminhão, ao fundo, abarrotado de colchões, utensílios domésticos, mantimentos e objetos de uso pessoal, era o mesmo que transportou os trabalhadores.



Figura 5: Chegada das famílias à fazenda Santo Antônio, em Itaquiraí, dia 08.05.1997. Foto cedida por Nair.

A imagem, tirada na manhã do dia oito de março, que mostra um campo coberto por uma vegetação verde e uma reserva de mata ao fundo, era um tanto mais aconchegante que aquela infundável estrada de terra que parecia não levar a lugar algum. A imagem revela, na prática, uma ocupação segundo o modelo defendido pelo MST, ou seja: uma ação que envolva toda a família, com mulheres e crianças, inclusive algumas ainda muito pequenas e bebês de colo.

Na imagem a seguir, produzida por André Dusek, que ilustrou a reportagem da revista *Isto é* do dia 27.08.1997, sob o título: “Rastilho de pólvora: Invasões e acampamentos promovidos pelo MST se multiplicam na região mais fértil de Mato Grosso do Sul”, mostra a precariedade da estrada por onde os caminhões passaram e que causou tanto espanto e desconforto. Segundo dona Leonice: “Não tinha estrada aqui, tinha uma estrada no picadão véio que era uma hora e pouco pro cê saí daqui lá no asfalto, era duas hora que você gastava de ônibus”.



Figura 6: Visão geral do acampamento Oito de Março. Imagem veiculada na *Revista Isto É* em, 27.08.1997.

Seu Celso lembra que vieram em cinco caminhões lotados de Ivinhema, e ao avistar o local para onde se dirigiam, constatou que não eram os únicos e que o local já estava cheio de pessoas e caminhões. As expressões de espanto na chegada ao local evidenciam um sentimento de medo no enfrentamento dessa nova realidade. Frases como: “Eita bexiga, e agora...” e “Meu Deus, onde eu vim parar?” refletem até mesmo um certo arrependimento, um sentimento ambíguo entre ver sua própria vida transformada na iminência de uma vida melhor ou a manutenção das dificuldades já conhecidas que não requer desinquietação.

Ah, eu... saia assim, você via aquele mundão de gente, nós viemos em cinco caminhão junto com nós. O nosso era da frente, aí quando nós viu já tava cheio,

assim. O dia tava chovendo assim, que eu olhei assim... já meio lá do alto que nós veio por aqui, olhei aqui na baixada aquele monte de caminhão. Eu falei: “Eita bexiga, e agora...” (risos) (CELSO, Entrevista, 14.12.2005).

Há! Quando a gente chegamo ali, que a gente vinha, né, eu falava pra mãe: “Mãe como que vai se esse negócio lá?” Aí chegamo de madrugada, né? Amanhecendo o dia, até erramo a entrada, entramo por outro lado. Aí que eu desci eu falei: “Meu Deus aonde eu vim parar?” (risos). Aí a mãe falou: “Agora nós vamo te que fica aqui”. Ah, nos primeiro dia eu queria, porque queria ir embora, e não queria fica, nem eu, nem minha irmã, né? Olhava pra um lado, olhava pro outro e falava: “Onde nos viemo pará nega?” (CLAUDINÉIA, Entrevista, 14.12.2005).

Claudinéia, que no ato da ocupação tinha apenas 13 anos e que se opôs a essa mudança, tentou buscar na mãe um conforto diante do medo e das incertezas presentes naquele trajeto. A mãe tentou tranquilizar as filhas quando estavam rumo à ocupação, mas revela que também ficou assustada. Apelando a Deus, dona Edinéia sentiu que se destinava ao fim do mundo. O fato de ter sido tão incisiva com relação a ida da família à ocupação, pareceu gerar um sentimento de culpa, o medo que enfrentou naquele trajeto se sobrepôs, ao menos naquele momento, às certezas que mantinha até então. O marido que foi contrariado, as filhas adolescentes que relutaram na ida e que foram amedrontadas, e ela agora diante de tantas incertezas... a saída foi se apegar a Deus e enfrentar a odisséia “naquele fim de mundo”.

Aí quando chegou no dia né? Foi oito de março... pra amanhecer oito de março, nós vem. *Quando chegou na estrada mas me deu um medo*, menina do céu. Falei: “e agora meu Deus o que nós vamo enfrentar lá?” Aí nós veio. Quando chegamos ali, meu pai do céu, *isso aqui era fim de mundo*. Mas era horrível esse lugar aqui, sabe? (EDINÉIA, Entrevista, 14.12.2005).

Poucos entrevistados já haviam participado antes de outra ocupação, a maioria vivenciava aquele sentimento pela primeira vez. Para as lideranças, que embora tenham enfrentado esse momento com maior lucidez, também é notório que não se trata de um processo fácil, as expectativas são enormes e as dúvidas também. Tanto trabalho poderia ser diluído com uma repressão policial, mas na ocupação da fazenda Santa Antônio tudo havia sido minimamente pensado e articulado, as chances de desarticulação, embora existissem, eram muito pequenas.

Passado esse momento de choque com as primeiras impressões do local, era hora de se organizarem, o dia estava chuvoso e frio, as famílias teriam agora a difícil tarefa de se estabelecerem naquele local. Durante toda manhã, veículos continuaram a chegar, transportando as famílias. No início da tarde as lideranças reuniram todo o pessoal em assembléia, para orientarem-nos quanto à organização, como, por exemplo, a questão da água, da segurança, da retirada de madeira para construção dos barracos e também,

segundo um dos coordenadores, para conscientizar as famílias quanto à proibição de desmatamento e abate de animais silvestres. Propositalmente, a ocupação ocorreu em um sábado, para que eles tivessem o final de semana livre para se organizar e montar os barracos sem ameaça de despejo, o que poderia ocorrer na segunda-feira, com a volta das atividades judiciais.

Nesse momento, o MST ainda mantinha a postura de efetivar uma ocupação com um determinado número de famílias e assim se manter, assim pessoas continuaram chegando para acampar ainda por cerca de uma semana, depois desse tempo, as famílias que apresentassem interesse em participar de um acampamento deveriam esperar a articulação de outra ocupação. Algum tempo depois, e ainda hoje, a entrada de famílias se tornou permanente. Assim, algumas famílias mais receosas se direcionam ao acampamento somente depois da ocupação efetivada e o acampamento montado. Esse procedimento também é adotado pela CUT e FETAGRI. As famílias interessadas podem se dirigir ao acampamento e após contatos com lideranças, montar seu barraco.

As estratégias usadas para ocupação de terras nem sempre são tão definidas e articuladas. A ocupação das fazendas Laguna Peru, em Eldorado, e Mambaré, em Mundo Novo, organizadas pela CUT e FETAGRI, respectivamente, assumem características diferenciadas.

A ocupação da fazenda Laguna Peru ocorreu no dia três de março de 1999. Aproximadamente oitenta famílias organizadas pelo sindicato de trabalhadores rurais do município de Eldorado se dirigiram à área durante a noite. O trajeto foi rápido, a fazenda se localiza na BR-163, entre as cidades de Itaquiraí e Eldorado. A maioria desses sujeitos era do município de Eldorado, mas também tinham aquelas que, como a do senhor Tadeu e a da Dona Eleonora, vieram do Paraná.

O sindicato fez um trabalho de cadastro das famílias com interesse em participar da ocupação e organizou-as para destinarem-se à fazenda Laguna Peru, que naquele momento era, segundo os entrevistados, “puro mato”.

Ah, chegamo lá que é... é na época nos chegemo lá meia noite por aí, 11 horas por aí. Depois... que nós se reuniu aqui na cidade, lá umas oitenta famílias parece na época que foi né? I... chegamo lá é mais num... já era assim, organizado (TADEU, Entrevista, 11.10.2006).

O senhor Tadeu foi um participante dessa ocupação, veio do Paraná, e com a ajuda de um amigo assentado, ficou sabendo dessa possível ocupação. As famílias, assim como ocorreu na ocupação da fazenda Santo Antônio, não sabiam o local da ocupação,

sabiam que era uma fazenda próxima a Eldorado e improdutiva. Saíram durante a noite e fizeram a ocupação da fazenda, que ocorreu sem intervenção policial.

Dona Lurdes era contra a decisão do marido de participar novamente de uma ocupação de terra. O esposo, o senhor Luiz, já havia participado da ocupação da fazenda Santo Antônio, desistiu depois de um ano e, em 1999, aceitou o convite que recebeu de última hora para ocupar a fazenda Laguna Peru:

Aí ele falou: “arruma minhas coisa que eu vou lá procura o Cirço”. Aí eu arrumei. Arrumei cochão, arrumei umas panelas pra ele, mercadoria... Aí ele voltou. Chegou em casa e falo: “tá tudo certo, vai viajar de noite, umas 11 hora”. Aí nós foi tudo pra casa dele lá, levemo tudo as coisa pra casa dele lá, eles foram embora pra lá e ta inté hoje nessa (LURDES, Entrevista, 20.07.2006).

As famílias reuniram-se na casa de um dos coordenadores e, entre às 23:00 e 24:00 horas, saíram rumo à fazenda Laguna Peru. A ocupação foi articulada pelo sindicato e por alguns trabalhadores que tomaram decisões e planejaram rapidamente a ação; as pessoas receberam o convite com poucos dias de antecedência, e a decisão entre lutar ou não por outra história teve que ser rápida.

A ocupação da fazenda Mambaré, em Mundo Novo, ocorreu em 28 de março de 1999. As famílias que já estavam organizadas a espera da definição da data saíram em grupo, cada qual com seu coordenador, durante a noite. Das 64 famílias, apenas 28 conseguiram chegar à fazenda e efetivar a ocupação, os outros grupos foram desarticulados pela Polícia, que interceptou a ação em vários bairros da cidade.

Mesmo com menos da metade das famílias previstas, o movimento articulado e coordenado pelo então presidente do sindicato, o senhor João Valdir, conseguiu ocupar a fazenda. As outras famílias chegaram nos dias posteriores. A área está localizada na BR-163, a 8 km da cidade de Mundo Novo, na fronteira com o Paraguai e divisa com a cidade de Guaíra/PR, trata-se de uma área bem localizada e de fácil acesso.

Como existe um grande receio das famílias com relação ao ato da ocupação, é comum, e assim ocorreu nesse momento, o sindicato organizar algumas lideranças para iniciar a ocupação da área, assim as famílias, ou membros delas, chagavam nos dias posteriores, já com a fazenda ocupada, livre dos riscos de ação policial para desarticulação.

É necessário ressaltar uma diferença marcante entre essas três ocupações. Só no acampamento Oito de Março as famílias todas se destinaram à ocupação, não que isso seja uma regra, mas a presença de mulheres que acompanharam o marido, e ainda levaram os filhos, o que pode ser inferido até mesmo pelas imagens do acampamento. Nas outras mobilizações, com algumas exceções, somente os homens participaram da ocupação, no

entanto, algumas mulheres mudaram-se depois para o barraco, mas outras apenas visitavam esporadicamente.

Dona Lurdes, que acompanha a expectativa do marido acampado no Laguna Peru há oito anos diz que: “Eu não fui junto, eu nunca ia junto. Luiz foi e nunca saiu desse acampamento, era lá direto”, isso ocorre também com algumas amigas que vive a mesma expectativa.

Diferenças como essa evidenciam concepções de lutas diferenciadas. Desde as primeiras reuniões esse tipo de atitude já é discutida. O MST defende a *mudança* das famílias aos acampamentos, e isso equivale a uma transformação mais radical, deixar emprego, casa, escola, família. Nos outros dois acampamentos, mediados pela CUT e FETAGRI, a maior parte dos barracos é habitada apenas por homens, que passam períodos em casa com a família. Não que essas posturas sejam lineares e aplicadas a todos os casos e todos os acampados, mas são diferentes formas de concepção de luta e que diferenciam o cotidiano desses sujeitos. Em nenhum desses grupos o fato de ir só um membro da família, ou a família toda, pode ser visto em caráter de imposição, mas de posição, são formas de luta defendidas e apresentadas às famílias pelas lideranças.

Todas as ocupações ocorreram em um sábado à noite, isso para que os grupos pudessem se estabelecer nas áreas antes de uma possível ação policial. Com menos ou mais dias, a liminar de reintegração de posse é concedida ao proprietário das terras e os barracos têm que ser transferidos a outras áreas, é nesse momento que muitas famílias desistem. Nos casos analisados, todos tiveram uma segunda, terceira e até quarta ocupação da mesma área e pelo mesmo movimento. Estratégias de lutas que vão tomando contorno com o caminhar das negociações.

Com relação à estratégia de fazer as ocupações no sábado, dona Leonice, militante do MST por muitos anos, conta que do sábado para a segunda-feira era um intervalo de tempo que eles tinham para se organizar e, então, receber a imprensa e enfrentar uma possível ação policial:

A gente fazia muito nesse período [fins de semana] até porque você tinha até como dá uma organizada, quando chegava, organizava o povão na área. Até chegá imprensa, polícia... Porque a gente sabe que não ia chega imprensa no sábado, no domingo, era mais difícil. Então nós tinha o sábado e o domingo pra organiza inteiramente, pra na segunda fera tá preparado, pra que se viesse o cassete, pra gente... (LEONICE, Entrevista, 14.12.2005).

No caso da ocupação da fazenda Santo Antônio que, ocorreu no dia oito de março, a liminar foi concedida pelo Juiz de Naviraí, Danilo Porin, no outro dia, domingo,

dia nove de março. Um dos integrantes da direção estadual do MST, Márcio Bissoli, disse ter ficado surpreso com tanta rapidez na liberação da liminar e desabafou: “Se fosse uma decisão favorável aos trabalhadores, demoraria seis meses” (*O Progresso*, 11.03.2007).

No entanto, os sem-terras só começaram a deixar a área um mês depois, no dia nove de abril de 1997, isso porque o grupo estava decidido a não desocupar a fazenda antes de uma proposta consistente feita pelo governo do Estado aos trabalhadores.

Durante esses trinta dias, as famílias viveram sob a assombrada ameaça de despejo com força policial, já que o mandado de reintegração já havia sido emitido e os grupos estavam dispostos a se manter na área ocupada. No decorrer desse período, os coordenadores do acampamento e membros da direção do MST negociaram com o governo a saída das famílias, a qual estava condicionada à vistoria da fazenda pelo INCRA, quanto à produtividade e quanto aos quase cinco mil ha. de terra devolutas da União, que estavam dentro da área da fazenda.

Decididos a não deixar a área antes da vistoria, Claudinéia lembra que eles sabiam que a ação policial poderia vir a qualquer momento, mas ainda assim estavam dispostos a resistir e só saírem de lá mortos:

[...] a polícia veio pra despeja a gente da fazenda. Era pra gente saí, aí o povo teimoso, batia o pé que não saia. Aí eles mando recado que vinha com reforço, né? Com o ônibus de polícia. Aí a turma já mando recado, que podia vim, traze os caixão, os sacolão de plástico, porque a gente não saia. Só saia com sangue na canela, né? (CLAUDINÉIA, Entrevista, 14.05.2005).

A Secretaria de Segurança Pública (SSP) estadual tinha conhecimento da situação e devido ao grande número de famílias protelaram a ação policial tentando uma saída pacífica a fim de evitar um confronto. O secretário do órgão chegou a ser ameaçado pelo juiz Danilo Burim de responder por crime de desobediência. Em reportagem ao jornal *O Progresso* o juiz teria dito que: “Estou apenas fazendo cumprir a lei. Invadiu tem que desocupar. Isto está claro na lei de direitos de propriedade” (*O Progresso*, 20.03.1997).

Como medida paliativa, a SSP resolveu manter camburões de policiais nas proximidades do acampamento para barrar a chegada de novos grupos de trabalhadores. Estima-se que, na data da ocupação, eram em torno de 1.300 famílias, mas a chegada de novos grupos durante a primeira semana foi contínua, elevando para mais de 2.100 o número de famílias. Estima-se, entre as reportagens veiculadas e os números apresentados pelo MST, que eram em torno de 7.000 pessoas acampadas.

No quinto dia de ocupação, um ônibus e um caminhão foram barrados por um camburão da polícia militar e impedidos de entrar na fazenda; indignados, os acampados

direcionaram-se ao local, retiraram as armas dos três policiais e levaram-nos ao acampamento, de onde foram liberados no final da tarde, com a viatura e a munição, mas sem o armamento.



Figura 7: Policiais no momento em que foram abordados pelos acampados do acampamento Oito de Março.
Foto cedida por Nice.

A imagem registrada pelos acampados marca o momento em que os sem-terras chegaram até os policiais. Não houve resistência, os policiais entregaram as armas e seguiram com o grupo até o acampamento. Como se pode inferir pelas imagens, apesar de tenso, não foi um momento de confronto, vários acampados, inclusive crianças, acompanharam a operação, que contou até mesmo com um megafone, objeto comum nesse acampamento para a comunicação entre líderes e acampados. Segundo os acampados, eles exigiram o mandado judicial para tal ação, documento que os policiais não possuíam.

Segundo reportagem do jornal *O Progresso*, foram ao todo seis armas: uma submetralhadora, três revólveres, uma escopeta e uma carabina (20.03.1997). Nair lembra que o número de pessoas que foi ao encontro dos policiais era tão grande, que quando estava no meio do caminho, em torno de 3 km, os primeiros sem-terras já estavam chegando próximo ao camburão:

A gente fez a ocupação dia oito nós chegamo na fazenda, mas ainda continuou chegando gente, ainda levou um monte de dia pra... eu não me lembro quantos dias, mas, mais ou menos uns três, quatro, cinco dias que nós tava lá, a polícia começou barrar, começo barrar os caminhão. Aí a gente sobe a notícia que tinha várias famílias na BR, que as polícia não queria deixar passar. Aí nós fomos. E eu fico pensando assim, meu Deus, o povo é corajoso, porque na época nós saímo do acampamento... eu esqueci o nome da fazenda, mas acho que da uns 15 km, vieram atrás, e aí eu vim também. Chegou uma certa altura eu tava na metade do caminho e já tinha gente chegando lá onde tava as polícia. E eles tavam assim... meio que lá pra dentro, né? Aí o pessoal trouxeram eles pro acampamento, trouxeram o camburão, né? Aí que veio esse pessoal do governo... Mas eles não fizeram nada, na verdade, foi uma pressão, a gente ficou revoltado porque eles tavam fazendo aquilo, tavam barrando as famílias de chegarem pro acampamento (NAIR, Entrevista, 13.12.2005).

O pessoal fizeram eles desce lá com a viatura, já tava desarmado, chego lá só entregaram pra eles a munição e mandaro volta embora. E dero recado pra não fica lá fazendo segurança de fazendero, só isso. Mesmo por que, tava um dia chuvoso e o pessoal que ia indo acampar em alguns casos eles tavam fazendo até desce as coisa do carro e dexá as pessoa de a pé lá, aí nem chegava e nem deixava volta (ANTÔNIO B., Entrevista, 22.04.2006).

Esse foi um fato que marcou a história desse acampamento, tanto pela repercussão que teve, quando pela aflição vivenciada pelas famílias naquele momento. A *tomada das armas*, como ficou conhecida, é narrada por todos os acampados que vivenciaram aquele período no acampamento, mesmo que não estivessem presentes. O senhor Celso, que participou da ação, conta que foram avisados pelos guardas do acampamento do acontecido, alguém sugeriu que fossem todos ao encontro dos sem-terras barrados, e assim o fizeram, em uma ação rápida e pouco elaborada. Os policiais, naquele momento, eram a representação de um Estado opressor. As barreiras *legais*, judiciais e Estatais estavam materializadas na figura daqueles sujeitos, fazer com que sentissem um pouco do drama daquele espaço e que provassem de seus (dês) sabores, era naquele momento uma forma de chamar a atenção da sociedade para o problema social que estavam vivenciando.

[...] Tava com quatro dias que nós já tava aí. O caminhão tava chegando que tava mais atrasado. Aí eles tava... ligaram que eles tinha prendido um caminhão nosso, dero uma ligada, aí saiu um peão lá e falou: “olha, cercaram um caminhão nosso ali pra frente vamo lá soltar eles”. Aí saiu aquele montão de gente. Tinha uma mil pessoa aqui. Os que tava aí foi quase tudo ficou só alguns que não guentava andar, acho. Aí nós fomo lá, eles tavam lá... Três polícia, o camburão, segurando o caminhão e um ônibus. Aí nós passamos deles assim, aí quando uma metade passou a outra chegou e fechou eles no meio. Aí eles tentaram correr, a turma já chegou e já desarmaram ele já... (risos) tomemos as armas deles, fizemos eles entrar no camburão, pegaram um motorista e... trouxe eles dentro do camburão e deixemos aí no acampamento. Aí fizemos eles comê angu de fubá, uma polenta mal feita pra eles comer, pra eles sentir o que a gente tava sentindo (CELSO, Entrevista, 14.12.2005).

Borges, ao analisar, a partir das considerações de Martins, um episódio de retenção de oficial de justiça em um acampamento do Pontal do Paranapanema, revela

como a forma com que a concepção de direito pode, em determinadas circunstâncias, inverter-se:

Invertia-se, de certo modo, naquele momento, a concepção do direito, o qual se estava a reboque das práticas camponesas, passava então a ser questionado, remetendo as considerações de Martins, de que: “Se o direito é constituído sob o torto, sob a usurpação do direito do outro, desvenda para o outro o seu direito. É nesse sentido que a cerca não fecha, abre: abre a consciência do direito lesado, abre a luta pelos direitos, abre a luta contra o direito edificado sobre a injustiça” (2004, p. 154).

As armas foram devolvidas pessoalmente pelos sem-terras ao Secretário de Segurança Pública do Estado, num encontro que aconteceu na cidade de Naviraí. O encontro foi precedido por uma reunião com alguns parlamentares, como o então deputado estadual Zeca do PT, e alguns vereadores do mesmo partido, que negociaram e acompanharam a entrega das armas. O secretário exigiu, no ato de recebimento das armas, a transferência das famílias de dentro da fazenda Santo Antônio para uma área provisória de oito mil ha oferecida pelo prefeito do município de Japorã, o que não foi aceito pelos acampados (*O Progresso*, 21.03.1997).

Esses fatos não são só recordados pelos sem-terras com expressões de coragem e orgulho, mas também como momentos de conflitos, medos e dúvidas. Desde a chegada, as famílias já viviam na iminência de um possível despejo. Ocupação e despejo era a ordem cronológica dos acontecimentos. As notícias que veiculavam nos jornais e programas radiofônicos com as mensagens: “Secretário admite ação militar em fazenda”; “Desocupação da fazenda Santo Antônio poderá ter reforço policial”; “a ação está montada”, entre outras, deixavam acampados e lideranças em total estado de alerta.

Claudinéia diz que todo o período ela ouvia dizer que “os policiais poderiam vir”; “que já estavam vindo”; “que daquele dia não passava”; mas no momento em que realmente aconteceu esse embate foi que sentiu o desespero e a vontade de deixar aquele lugar. Embora não tenha havido nenhum confronto mais direto, ninguém sabia no que aquela ação poderia resultar, quantos policiais eram e qual era realmente a intenção deles naquele local:

Que eu passei muito medo mesmo foi a primeira vez que veio, as polícias, eu não sabia. Aí o pessoal chega lá com ônibus dizendo que tinham despejado a turma no caminho, que eles vinha pra bate. *O pessoal falava bastante, né?* Eu tinha muito medo. Foi quando bateu a vontade de ir embora mesmo foi naquele momento, né? Foi no dia que tomaram as armas. Viche já passei muita coisa assim, muito medo (CLAUDINÉIA, Entrevista, 14.05.2005).

A primeira desocupação da fazenda Santo Antônio ocorreu sob muita negociação, pressão e ameaças. As lideranças apostavam na improdutividade e na

ilegalidade da fazenda e por isso reivindicavam a análise e o parecer do INCRA antes de desocuparem a área. A SSP, por sua vez, era pressionada a cumprir a ordem de despejo que lhe foi arbitrada. Deputados, vereadores, a prefeita da cidade vizinha, Mundo Novo, Dorcelina Folador (PT) e o governador do Estado, Wilson Barbosa Martins, cada qual com seu ponto de vista, tentaram por diversas vezes uma negociação. Com o argumento de que “o despejo poderia se transformar em tragédia”, Dorcelina tentou intervir junto ao governador, mostrando-se desfavorável ao despejo (*O Progresso*, 27.03.1997).

Mesmo sem uma definição quanto a análise da situação da fazenda Santo Antônio, os acampados deixaram-na um mês depois da ocupação, em decorrência de um acordo firmado entre um dirigente nacional do MST, Egídio Brunetto, e o governo do Estado, em um fórum criado para resolver o impasse. Apesar de não aceitar a transferência para o município de Japorã, os sem-terras deixaram a fazenda com destino a BR-163, diante do compromisso de que o INCRA iria medir a área em questão e efetuar o cadastro das famílias acampadas, e ainda de que o poder executivo estadual se incumbiria de fornecer veículos para o transporte das famílias, além de lonas e alimentação básica aos acampados por cerca de sessenta dias (*O Progresso*, 05/06.04.1997).

Embora não tenha havido uma ação policial direta de despejo dos acampados, a violência da ameaça e a expectativa do medo constante é evidenciada. Os despejos, ainda que negociados, obrigam esses sujeitos e viver recomeçando. É uma *violência simbólica*, que maltrata e castiga, que leva sempre a um recomeço, sem que se possa vislumbrar um fim. Nesse sentido, são importantes as considerações de Borges:

Entretanto, o que permanece também como um marco na memória é a violência do despejo. Violência que não se dá necessariamente pelo emprego da força física, mas pela imposição da saída, da necessidade de deixar a terra desejada, “arrancando os barracos”, “juntando as tralhas”, tendo que costumeiramente recomeçar (2004, p. 157) [Aspas no original].

Com apenas quatro caminhões, a transferência das famílias demorou quase trinta dias. Os sem-terras remontaram seus barracos a aproximadamente 38 km da área anteriormente ocupada, na BR163, estrada que liga o município de Naviraí ao de Itaquiraí.

Entre descumprimentos de acordos e luta por novas demandas, a fazenda Santo Antônio foi reocupada por essa mesma mobilização por várias vezes, com datas precisas foi possível identificar outras duas: 19.09.1997 e 28.11.1998³⁵. Ressalta-se, ainda, que esse grupo também efetuou ocupações em outras propriedades, inclusive em outras cidades, como por exemplo, Japorã e Iguatemi.

³⁵ A partir do ano de 2003 essa área passou a ser ocupada também por outros grupos, mediados pela FETAGRI e CUT.

Ao relatar já uma segunda desocupação, Claudinéia comenta como a violência dos despejos é sentida. Para que não haja um confronto e para preservar o material do barraco, o *povo* mesmo arranca as lonas:

Eles chegaram, fico os dois ônibus lá em cima, chego só dois camburão e foi conversar daí com o povo. E o povo resolveu a saí pra lá, aí eles juntaram os barracos e tudo. O povo foram desmancha e coloca dentro do caminhão, se não desmanchasse eles cortava de facão, derrubava e colocava no caminhão mesmo né? Aí nos saimo (CLAUDINÉIA, Entrevista, 14.12.2005).

Momentos parecidos foram vivenciados pelos acampados da fazenda Mambaré, em Mundo Novo, quando depois da ocupação receberam a intimação de reintegração de posse e tiveram que desocupar a área sob forte pressão policial. Os acampados foram levados ao campo de aviação do município, onde permaneceram por alguns dias e logo voltaram a ocupar a área.

Uma vez quando foi faze o despejo nosso lá pro campo de aviação, a polícia veio, encheu de polícia aí. Eles tiraram, não queria que a gente entrasse, mais daí nois torno entra de novo (JOÃO, Entrevista, 20.07.2006).

Cabe lembrar que esse grupo contava com o apoio do poder executivo municipal, na pessoa da então prefeita e defensora dos movimentos sociais, Dorcelina Folador. Fora ela quem concedeu transporte para que essas famílias retornassem com seus barracos para a reocupação da fazenda, além de inúmeras outras contribuições, como por exemplo, lonas, alimentos e encaminhamento das discussões.

Nós conseguimos lona com a prefeitura de Mundo Novo. Com a FETAGRI foi mais alimentação mesmo[...] quando a polícia despejou e trouxe eles aqui para o aeroporto, a prefeita na época era a Dorcelina, a prefeita doou os caminhões para que voltassem pra lá (JOÃO VALDIR, Entrevista, 30.04.2006).

Já o acampamento Laguna Peru teve uma história bastante específica. Os sem-terras desse acampamento já haviam recebido a garantia do INCRA que seriam assentados naquela área. Tendo em vista a Imissão de Posse, a área chegou a ser medida e marcada e os trabalhadores viviam na iminência de serem assentados. Eram cerca de oitenta lotes, e os trabalhadores já haviam começado a criar gado de leite, plantar feijão e cultivar horta na área quando foram surpreendidos com a revogação do Decreto que havia desapropriado a fazenda. Essa anulação deu-se pelo Mandado de Segurança impetrado pelo proprietário da fazenda no Supremo Tribunal Federal (STF) fundamentado na Medida Provisória nº 2.109-50, de 27 de março de 2001³⁶.

³⁶ Informações obtidas junto às atas da Ouvidoria Agrária Estadual nº01 e 02 de 2001.

Quando da reintegração de posse, a saída dessas famílias teve de ser acordada com muito cuidado, já que haviam perdido o que para eles estava ganho. Dona Lurdes lembra que ainda hoje se podem ver as estacas que foram usadas para marcar os lotes do assentamento.

Sempre eles falava: vai saí, vai saí, aí quando perdeu eles aviso, né? Que tinha perdido a fazenda lá. O fazendero tinha recorrido, não tinha dado certo... não sei que rolo que deu nos papel lá que não deu certo a fazenda. Perdeu. Aí fiquemo foi muito tempo lá ainda minha fia, muito tempo ali ainda. Depois que eles falou que ali não tinha mais solução, ali na Laguna. Muita gente aqui tirava sarro, que a laguna não ia saí, porque o povo ia caduca, ia morre tudo lá acampado (LURDES, Entrevista, 20.07.2006).

Esses trabalhadores vivem em constante expectativa. A vida no espaço de travessia, que é o acampamento, só tem sentido quando há uma esperança, uma perspectiva. Dona Lurdes recorda-se que essa expectativa era sempre alimentada pelos coordenadores até o momento em que perderam definitivamente a área e ficou confirmada a opinião popular de que “morreriam todos caducos naquela fazenda, mas ali não seriam assentados”.

Plantamos dois ou três anos quando a terra... a gente achava que a terra era nossa e não era nossa. A aquele vai e vem do INCRA, não era do INCRA né? Nós plantamo colhemo acho que uns trezentos saco de feijão umas duas, três vezes. Aí quando o fazendeiro pegou a área de volta aí sim, aí a gente... era dele não era nossa, não tem como se faz nada, o cara é o dono da propriedade (TADEU, Entrevista, 11.10.2006).

O que se percebe nesses relatos é um sentimento de perda. Os trabalhadores viam as terras já como suas, plantaram, colheram, fizeram planos, mas não receberam-na. Até mesmo porque, é comum que acampados vivam longos períodos na área conquistada sem demarcação à espera das liberações orçamentárias, técnicas e burocráticas do INCRA.

Ao conversar com dona Lurdes ela, fez uma colocação bastante pertinente com relação aos procedimentos tomados pelos fazendeiros com suas propriedades rurais. Ela percebe, na prática, ações que vem sendo realizadas devido a demora e complexidade nos processos de desapropriação de terras:

Eu não sei o que eles vão fazer com essas terras... terra parada, cada fazendão, só tem quiçaça pura, agora tão dando uma ajeitada, acho que com medo do INCRA corta, né? (LURDES, Entrevista, 20.07.2006).

O tempo que demanda um processo de desapropriação de terra é suficiente para que o proprietário adéque sua produtividade e dê uma “ajeitada” na propriedade. Oito anos após a ocupação, a fazenda, em que o marido de dona Lurdes está acampado, está

arrendada para plantação de cana-de-açúcar e cumpri sua *função social* estabelecida pelas legislações vigentes.

Os trabalhadores permaneceram ainda por quase um ano com a fazenda ocupada, mesmo depois da imissão de posse revogada e do e mandado de reintegração de posse emitido ao proprietário. Em reunião feita para tentar resolver o impasse, o senhor Paulo Cezar, representante da CUT, condicionou a saída das famílias a uma área definitiva para assentamento. Os acampados já haviam se firmado na área e não estavam dispostos a deixá-la. Diante dessas circunstâncias, o próprio Ouvidor Agrário Estadual, Dr. Ulisses Duarte, registrou em ata que tentou comprar, juntamente com o presidente do INCRA, a fazenda do proprietário, e que as diversas propostas foram rejeitadas pelo fazendeiro, que estava disposto a não vender a área para um projeto de assentamento³⁷.

Os trabalhadores desocuparam a fazenda e montaram o acampamento à margem da BR-163, contudo, já desestimulados pela falta de perspectiva, muitos trabalhadores desistiram e deixaram o acampamento. Em novembro de 2003, o acampamento Laguna Peru recebeu outros acampados do Sul do Estado, ganharam força e reocuparam a fazenda como forma de protesto.

Dona Lurdes, cansada da espera, diz que eles estavam esquecidos, e já não havia mais resposta cabível para aquela situação:

O governo tinha esquecido o povo ali, né? O povo do INCRA não tava dando mais confiança pra aquilo ali. Só quem ia ali no final mesmo era seu Miro mesmo que ia lá, conversar lá, fala alguma coisa, mais, coitado, já não tinha mais nem explicação pras palavra dele (LURDES, Entrevista, 20.07.2006).

Depois que perderam o processo no STF, já sem possibilidade de serem assentados naquela área, e sem condições de vida e trabalho na cidade, os acampados continuaram morando nos barracos à espera de uma posição do INCRA. Entre algumas reuniões, cobranças, pressões com reocupação e ameaças de reocupação, pedágios e abates de bois, essas famílias permaneceram até o ano de 2007 na referida área. Esses sujeitos insistiram em manterem-se acampados, mesmo sabendo que não havia mais possibilidade de serem assentados naquela área, devido ao compromisso firmado pelo INCRA e pelo IDATERRA, de que seriam de alguma forma assentados³⁸.

Nota-se, que os acampamentos Laguna e Peru e Mambaré apresentaram uma postura mais defensiva e menos ofensiva com relação à resistência e à ocupação. Os

³⁷ Ata da Reunião da Ouvidoria Agrária Estadual, 04/2002 e reunião realizada em 01.03.2002.

³⁸ Posição assumida pelas lideranças do acampamento durante reunião extraordinária da Ouvidoria Agrária, realizada em 19.01.2004, para resolver o impasse.

grupos foram rapidamente despejados, tendo em vista que a ação policial foi a estratégia usada de antemão na efetivação dos mandados de reintegração de posse. Isso está relacionado ao menor número de sem-terras acampados, já que esse fator foi o que protelou uma ação policial em relação ao acampamento Oito de Março.

O não enfrentamento é uma atitude prezada pela FETAGRI, e em muitos casos, também pela CUT, para preservar os trabalhadores de um possível confronto que venha a trazer maiores transtornos. A ação de obedecer ao mandado, sair da área e tornar a ocupar também foi evidenciada nesses dois outros acampamentos. Os grupos deixavam as áreas quando recebiam determinação judicial e, dentro de alguns dias, voltaram a ocupar a mesma área, onde permanecia até o próximo mandado de reintegração, como relatou o senhor Antônio:

Nós entramo na fazenda, daí o fazendero conseguiu uma liminar, tiro nós. Nós fomo lá pro... pro aeroporto de Mundo Novo, pro campo de aviação. De lá nós voltemo de novo, entramo na fazenda, torno tirá nós de novo, aí ficamo na beira da estrada. Aí através de advogado do INCRA acho que era melhor não invadi mais, né? Era melhor fica pelo lado de fora e esperá a decisão, e foi o que fizemo (ANTÔNIO, Entrevista, 11.10.2006).

Tanto no acampamento Mambaré, quanto no Laguna Peru, ficou evidente a influência exercida pelo INCRA nas decisões em relação ao acampamento. Nesses dois casos, o órgão era reconhecido como um instrumento de apoio. Com relação ao papel desempenhado pelo INCRA no processo de luta do acampamento Mambaré, o senhor José Valdir disse que: "...sinceramente tenho que agradecer o INCRA que foi praticamente um parceiro na luta".

É importante salientar que essas duas ocupações ocorreram em 1999, quando logo seria editada a Medida Provisória nº 2027-38, de 04/05/2000, conhecida como medida *anti-invasão* do governo de Fernando Henrique Cardoso, que proibia a vistoria de áreas ocupadas por um período de dois anos. Esse ato teve reflexão direta no encaminhamento das discussões dessas duas propriedades. Os acampados da fazenda Mambaré, seguindo a orientação do INCRA, decidiram deixar os limites da fazenda e estabelecerem-se à margem da rodovia; quanto a ocupação fazenda Lagura Peru, que estava sendo mediada pela CUT e para a qual já havia parecer favorável do INCRA, com ação já ganha em primeira instância, as determinações da medida de anti-invasão não foram cumpridas, o que levou a propriedade a permanecer com o processo de desapropriação sobrestado e a decisão de desapropriação acabou sendo revogada.

Nós saiu por causa que, por causa não, é por causa é... coisa judicial né? Ordem do juíz, aí esse tipo de coisa né? A gente entro aí na fazenda umas quatro, cindo

vezes, né? Vai, vai... vai até... até a terra se desapropriada. E, inclusive foi medida, feito o perímetro anual da área, saiu no diário oficial. 1ª volta perdemos a área, aí ficamos lá... (TADEU, Entrevista, 11.10.2006).

Temendo retaliação, como a que aconteceu com os acampados da fazenda Laguna Peru, o senhor Antônio, que coordenava o acampamento Mambaré, lembra que seguiam as orientações do INCRA de não resistir aos despejos e de não voltar a ocupar a fazenda:

Quando a, o policiamento veio tirá nós, né? Veio com o mandado na mão, nós obedecemos, né? E num fizemos confronto nenhum. Orientação do INCRA. Até mesmo porque tinha saído aquela medida provisória do Fernando Henrique, né? Fazenda ocupada teria dois anos pra... né? Então nós resolveu obedecer isso aí, e graças a Deus deu certo (ANTÔNIO, Entrevista, 22.04.2006).

Essa relação amistosa, entre o INCRA e a FETAGRI, é evidenciada nas falas de coordenadores e acampados dessas duas áreas. Estrategicamente essas mobilizações assumem uma posição mais defensiva, recuam, fazem concessões, já que isso produz certa segurança aos sem-terras, que vêm nos encaminhamentos dos órgãos estatais uma expectativa segura de acesso à terra.

Ao comentar as práticas da Federação no sentido de preservar os trabalhadores de um enfrentamento com forças policiais, o senhor João Valdir evidencia certo paternalismo ao defender a “falta de condição e preparo” dos trabalhadores sem-terra:

Não, de maneira alguma. Porque participei de várias ocupações de terras como sindicalista e até trabalhei no MST, mas eu sou contra a violência. Porque o trabalhador ele é despreparado pra enfrentar a polícia. Você sabe que o Estado tem uma força muito grande, se dez policiais não conseguem tirar, vem vinte, vem trinta, vem cinqüenta. Então o trabalhador não tem que enfrentar polícia, até porque ele não é preparado, ele não tem condições de enfrentar a polícia. Acho que a luta tem que existir, mas tem que ser uma luta democrática, não com violência. Jamais! [...] Simplesmente, pegava a ordem de despejo e saía, saía e ia pra beira da rodovia (JOÃO VALDIR, Entrevista, 30.04.2006).

As diferentes concepções de luta, ora marcadas por posturas mais defensivas, ora por posturas mais ofensivas durante as ocupações, e diante da resistência com relação a ações policiais, políticas e mesmo de pistolagem, são reconhecidas por Fernandes em nível nacional. Em todo país existem mobilizações de luta pela terra marcada pela defesa do não enfrentamento e da negociação, já as lutas mais ofensivas não descartam a negociação, mas mantêm uma postura firme de enfrentamento (2000, p. 285).

O acampamento Oito de Março foi marcado pelo enfrentamento, a lembrança de estarem decididos a só saírem da área “com sangue pela canela” é fato recorrente. Embora, mais cedo ou mais tarde esses trabalhadores tiveram que deixar a área e acampar às margens da rodovia, essas saídas sempre aconteceram com negociações que envolviam

alguma conquista e sem nenhum conflito violento. Ora aceitaram deixar a área por cestas básicas destinadas à alimentação das famílias, ora por outras áreas para o assentamento de parte dos acampados.

Os três acampamentos analisados tiveram processos de ocupação e de lutas diferenciados, quer seja na forma de organização e conduta das negociações, quer seja, na própria forma de entender o acampamento enquanto espaço de lutas e de resistências.

Embora todas as ocupações analisadas pleiteassem a desapropriação área ocupada, os acampamentos da FETAGRI, e também o mediado pela CUT, limitaram-se ao local reivindicado. Nesses acampamentos o tamanho da área determinou a quantidade de famílias que ali puderam se estabelecer. Já no acampamento liderado pelo MST, caracterizado pela massificação, houve mobilização por outras áreas a fim de assentar as famílias sem-terra. Não houve, nesse segundo caso, uma área definida, embora houvesse uma fazenda em reivindicação, quando não havia mais possibilidade de desapropriação da fazenda Santo Antônio, esse grupo passou a pleitear a desocupação de outras áreas, inclusive em municípios vizinhos.

Tanto é assim, que no acampamento Laguna Peru e Pedro Ramalho, com oito e quatro anos de duração respectivamente, conforme um acampado, ou uma família, desistia da luta, abria-se *vaga* para quem desejasse montar um barraco naquele espaço. Comentando a desistência das famílias acampadas, o senhor João Valdir, que articulou o acampamento Mambaré, explana que abriam vagas sempre que uma família deixava o barraco:

[...] E aí nós abrimos vagas, no acampamento tinha uma liderança, o cidadão chegava se apresentava, fazia o barraco dele, a liderança dava uma quantia de dias para ele mudar para dentro do acampamento, aí ele vinha mudava e começava a fazer parte do acampamento (JOÃO VALDIR, Entrevista, 30.04.2006).

Já a o acampamento Oito de Março tornou-se um grupo em contínuo processo de luta; de 1997 até o ato da pesquisa, vários grupos foram assentados e vários outros se somaram às famílias remanescentes. A nomenclatura foi alterada e os grupos peregrinaram por diversas áreas. Vejamos um pequeno histórico do desfecho dessas ocupações.

O acampamento Laguna Peru existiu por oito anos, nesse período muitos trabalhadores desistiram e muitos outros foram agregados. Houve um momento em que um grupo de acampados de Mundo Novo se agregou ao acampamento para “ganhar força”. Foi em vão. A área que chegou a ser medida, e dividida, foi reavida pelo proprietário e os acampados ainda mantiveram-se à margem da estrada nos limites da fazenda por algum

tempo, mas já sem nenhuma perspectiva o acampamento foi desfeito em meados de 2007. Os acampados que não desistiram, mesmo nessas circunstâncias, foram para outros acampamentos nos municípios de Batagassu e Tacuru. A fazenda que chegou a ser considerada improdutiva, hoje, oito anos depois da primeira ocupação, está arrendada para plantação de cana-de-açúcar.

O acampamento Mambaré existiu por quatro anos e meio e a propriedade em questão foi desapropriada. Nela foram assentadas 72 famílias. Exceto algumas famílias que não passaram no cadastro do INCRA e algumas que desistiram no meio do caminho, as outras que iniciaram a luta em 1999 foram assentadas, soma-se a elas também algumas famílias que entraram depois, com o processo já em andamento.

Quanto ao acampamento Oito de Março, estima-se que 1.000 famílias tenham sido assentadas em diversos assentamentos da região. Em 2006 ainda viviam cerca de trinta famílias remanescentes desse período vivendo acampadas às margens da estrada que faz limite com a fazenda Santo Antônio.

Como fruto dessa luta inúmeras áreas foram desapropriadas, como, por exemplo, as fazendas Santa Rosa e Guaçu, que foram conquistadas no final de 1997 e assentaram 334 famílias, assentamento Tamakavi (1998), com 120 famílias e o assentamento Boa Sorte (1998) com 65 famílias, ambos no município de Itaquiraí; além de outros que foram formados em parte por acampados do Oito de Março, como o assentamento São Judas Tadeu (1998), em Rio Brilhante; Santa Catarina (1998), em Aral Moreira; Savana (1998), em Japorã; Dorcelina Folador (2000), em Ponta Porã, e outros.

A fazenda Santo Antônio, no entanto, foi desapropriada já no final dessa dissertação, no ano de 2007, em virtude de um acordo firmado entre o proprietário e o governo do Estado. Embora esse assentamento só vá contemplar cerca de 30 famílias das 2100 que a ocuparam em 1997, essa mobilização, que recebeu no nome de acampamento Oito de Março, contribuiu consideravelmente para essa desapropriação.

Apesar de suas especificidades, essas ocupações podem ser entendidas a luz do que Fernandes chamou de “ocupações organizadas e especializadas”, ou seja, ocupações realizadas por movimentos socioterritoriais, que trazem experiências de outros locais, que estão inseridos em um processo político mais amplo e podem (como o acampamento Oito de Março) fazer parte de uma agenda de lutas previamente articuladas pelos movimentos (2000, p. 289).

A ocupação como forma de acesso à terra não é uma ação criada pelos movimentos sociais de luta pela terra da história recente do Brasil, é um processo que

sempre esteve presente na história do campesinato brasileiro. O que se tem visto nas últimas décadas é uma nova forma de luta, presente em um novo contexto histórico e vivenciada por *novos sujeitos sociais*. Não é mais o campesino de outrora, posseiro, matuto, o bravo do sertão; são os sem-terras, trabalhadores descartados das velhas relações de trabalho no campo e que não encontraram nos centros urbanos condições de vida e trabalho dignas. As terras em questão não são mais os velhos latifúndios, imensidões de terras que mal sabia-se onde começava uma e acabava a outra, as terras ocupadas são as atuais *empresas rurais* que se mantêm, principalmente, da criação de gado de corte ou de produção de grãos para exportação e cana-de-açúcar.

As ocupações de terras como primeiro passo para o acampamento e como prelúdio ao assentamento ocorrem em grandes propriedades, que apresentam produção questionável, os processos de reintegração de posse são recursos sempre utilizados e os despejos conseqüências. Embora os despejos com violência policial não tenham ocorrido nos processos históricos analisados, os acampados vivem a iminência da ação, com ameaças constantes, e assim a desocupação das áreas ocorre sempre sob pressão. Dependendo da mobilização, essa ação ocorre com mais ou menos negociação e resistência. Após os despejos, o acampamento se refaz à margem da rodovia, sempre próximo ao lugar ocupado, esse espaço de moradia e vida se alterna com a reocupação da propriedade, sempre seguido de novos despejos.

Embora os momentos que antecedem a ocupação, e a própria ocupação, sejam marcados por sentimentos e ideais conflitantes, é no cotidiano, no dia-a-dia da vida sob o barraco de lona, que as maiores dificuldades, anseios, angústias e medos se desnudam.

4.2 As dificuldades do cotidiano

Aí passou o tempo, demorou para mim í pra cidade de novo, né? Eu fui tava com uns três meses acampado. Aí eu cheguei lá, e pra volta? Não tinha como. Aqui já não tinha carro pra saí. Eu pensava em fica, né [na cidade]. Mas eu pensava: eu vo deixar a mãe lá de baixo do barraco? Vô não, vô voltar também. Demoro para mim acostuma, heim (CLAUDINÉIA, Entrevista, 14.12.2005).

Michel de Certeau, em, *A invenção do cotidiano*, nos fala da capacidade que existe na ação humana em recriar no cotidiano práticas de vida que supram suas necessidades e que busquem a concretização de sonhos. “Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo” (1996, p. 31).

Assim, as famílias que se destinam a uma ocupação terra, assumem uma nova condição de vida, o que certamente, desencadeará em novas dificuldades cotidianas. Essa *outra condição* altera também o *peso da vida* e a *dificuldade de viver*.

Se estabelecer em áreas de ocupação não é tarefa fácil. A montagem dos barracos se inicia logo na chegada das famílias, mesmo quando a ocupação ocorre no período noturno. Antes, no entanto, se faz necessário a limpeza da área e a busca pelo material necessário à construção dos barracos. A lona é artigo indispensável nas *tralhas* que essas famílias levam ao acampamento, já os galhos, que dão suporte ao barraco são buscados na área ocupada, em matas próximas. A existência de um local de onde se possa tirar essa madeira é um condicionante do lugar aonde essas famílias irão se estabelecer. Esses fatores são analisados pelos organizadores do acampamento antes mesmo da ocupação.

Na chegada cada um começa a marcar seu espaço com as *tralhas*, sempre procurando manter-se perto de vizinhos, amigos ou parentes que vieram juntos. São os homens, geralmente, que vão buscar a madeira, as mulheres começam a organizar os pertences que levaram e arrumar um lugar para o preparo da comida. Em alguns casos chegam a pernoitar ao relento, principalmente as crianças, que dormem enquanto os pais tentam organizar o novo abrigo. É comum nos acampamentos que as famílias, após acabar a construção de seu barraco, comecem a montar outro para deixar pronto e acolher outra família que vier a chegar.

Uma acampada, que naquele momento vivia por nove anos sob o barraco de lona, mostrou-me suas fotografias enquanto narrava sua história de vida. Ao passar por uma foto que registrava o início do acampamento Oito de Março, Edinéia analisa com certo espanto: “nossa naquela época a gente nem sabia fazer barraco direito”:

Nois cheguemo oito de março, né... no amanhece do dia, tudo tranqüilo, entramo no pasto, tinha uma capoeira muito grande ali, já fomo carpindo e fizemo barraco, igual se viu aí nessa foto, nem barraco nois sabia faze, fizemo barraco e nois fiquemo por ali... (EDINÉIA, Entrevista, 14.12.2005).

Na imagem a seguir, em que dona Edinéia aparece com a família e outros acampados, pode-se ver os barracos que depois de nove anos de despejos e reocupações a

envergonham. As constantes mudanças, despejos e mesmo as intempéries naturais ensinaram a esses sujeitos a construir barracos cada vez mais resistentes e funcionais, muito embora sejam todos vulneráveis barracos de lona amarrados em estrutura feita de galhos de árvores.



Figura 8: Primeiros barracos construídos no acampamento Oito de Março (1997). Foto cedida por Edinéia.

A forma improvisada dos primeiros barracos evidencia uma crença na efemeridade desse percurso, o que na maior parte das vezes não se concretiza.

O ato de fazer e refazer os barracos levou a certo aprimoramento, alguns barracos possuem divisão interna; espaço separado para a cozinha, os espaços de entrada e saída diminuíram para que se possa fechar e evitar a entrada de ventos que os danificam, encontra-se até barracos de chão batido esfregado com argila para dar um aspecto melhor; e o aprimoramento mais importante: o revestimento interno do barraco com papelão ou outro material que absorva a transpiração da lona com o orvalho durante as noites. Cada vez que o barraco era refeito, algum aspecto era melhorado, como disse dona Edinéia:

“Agora até que sai uns barraco mais bem feito né, mais no começo batia um ventinho e já ia dirrubano tudo, meu veio num sabia faze... agora só sai memo se Deus quere!” (EDINÉIA, Entrevista, 14.12.2005).

A imagem mostra ainda, na entrada do barraco, algo bem comum nos acampamentos: os buracos feitos no chão para o preparo de alimentos. Os *fogões* também aparecem em outros formatos, feitos de forma sobreposta ao chão como um fogão a lenha tradicional, ou ainda feitos de latas de tinta com a parte interna revestida de cimento e uma abertura para colocar a lenha.

As instalações desses sujeitos nesses espaços são feitas de forma vulnerável, precária e provisória. Ao construírem seus barracos não sabem se ficarão um dia ou um

ano, a instabilidade é constante. De muita coisa depende a manutenção de seu barraco: chuva, vento, polícia, juiz, delegado, fazendeiro, negociação, coordenador. Conquista de um espaço definitivo? Em alguns casos.

Entre ficar e partir, entre ser assentado, ficar acampado ou voltar para trás, esses sujeitos vão constituindo mecanismos para amenizar os problemas, facilitar a vida e complementar a alimentação. Entre essas estratégias desatacam-se a plantação de pequenas hortas e até mesmo pés de frutas, feijão, plantas medicinais e a criação de animais como galinhas, porcos e mesmo algumas vacas de leite.

O cultivo de alguns itens para a alimentação é evidenciado em todas as mobilizações. O fato de esses cultivos serem mais ou menos organizados, variado e cuidado, depende da sensação de transitoriedade do momento vivido. No acampamento Laguna Peru, com oito anos de existência, podia-se ver à volta dos barracos pés de maracujá, de tomates, de boldo, que apresentavam certo tempo de existência. A criação de vacas de leite dentro da fazenda pleiteada chegou a ser assunto de discussão na Ouvidoria Agrária Estadual. A técnica usada para criação de galinhas nesse acampamento chama atenção; como estavam acampados sob uma margem de rodovia não plana, os barracos ficavam em uma espécie de barranco e nas paredes dessa elevação fizeram vários buracos para as galinhas chocarem dentro.

Já nos acampamentos do MST, existe uma orientação para plantação de alguns produtos de forma coletiva, mesmo que esses alimentos não cheguem se quer a serem colhidos. Segundo um dos líderes do acampamento Oito de Março: “a plantação é uma demonstração que o pessoal tá ali querendo realmente pega um lote pra sustenta sua família”:

Então, a medida que chega no acampamento, a gente já sempre pede pra que o pessoal leve algum tipo de semente e que depois lá, começa planta. Mesmo que não colha, nós sempre trabalhamos que a colheita é realmente a conquista da terra. Independente se vai planta o milho, se vai colhe alguma espiga daquela ou não, é um processo que a conquista e a colheita, realmente, é a conquista da terra do lote (LÚCIO, Entrevista, 09.10.2005).

Mais do que uma representação simbólica com o intuito de mostrar à sociedade o desejo e a necessidade de cultivarem a terra, os produtos produzidos, mesmo que pouco e sem diversificação, são usados na complementação da alimentação, já que as cestas básicas fornecidas pelo governo eram esporádicas e insuficientes.

Ao analisar a representação da alimentação entre grupos de trabalhadores assentados, Almeida conclui que:

“comida é mais que comida como alimento [...] é fartura quando se tem para comer e para oferecer aos amigos, assim, é pela comida que necessariamente passam os laços de solidariedade” (2003, p. 308).

A solidariedade em relação à fome também é evidenciada entre os trabalhadores acampados, em especial quando envolve crianças. É importante salientar, no entanto, que ninguém ali tem muito que partilhar, tudo é racionado, quando algum acampado possui algo para partilhar com famílias vizinhas, é comum que tenha vindo de fora, oferecido por algum membro da família que não esteja nas mesmas condições.

Nesse sentido, o depoimento do senhor Celso revela uma das estratégias para obter alimentação, experiência esta também narrada por outros acampados:

Eu também quase não me preocupava que quando eu ia lá, no meu pai eu trazia café, eu trazia açúcar, trazia arroz, trazia feijão. Meu pai tinha o lotizinho, quem cuidava do lote era eu, aí eu saí, mas ele tinha condições, que ele já era aposentado, ele e a minha mãe... sempre tinha, então eles me ajudava (CELSO, Entrevista, 14.12.2005).

O pouco que conseguia, por solidariedade da família, também era partilhado em momentos de extrema carência dentro do acampamento. Foi recorrente a referência aos brasiguaios como os mais desprovidos, vinham do Paraguai sem nada, ou quase nada, e raramente tinham a quem recorrer.

A imagem a seguir é bem típica da tentativa de diversificação e suplementação alimentar nos acampamentos. Detentoras de uma tradição cultural camponesa, algumas mulheres laçavam-se nas matas próximas em busca de produtos que pudessem servir de alimentos. Na imagem em questão, duas mulheres do acampamento Oito de Março aparecem preparando um jaracatiá, uma espécie de pé de mamão do mato, do qual é produzido doce com a polpa do tronco da planta.



Figura 9: Mulheres do acampamento Oito de Março produzindo doce de vegetal encontrado na mata. Foto cedida por Claudinéia.

No acampamento Oito de Março, devido à distância das cidades vizinhas, havia um espécie de mercearia para vender produtos de forma a atender as necessidades imediatas dos acampados. Alguns acampados relataram ter ficado até três meses sem sair do acampamento, o que revela que o acampamento tinha uma estrutura mínima de maneira a atender às necessidades básicas de sobrevivência, sobretudo, em relação à alimentação e saúde.

Nos acampamentos de sem-terra, quando decidem plantar uma área, em conjunto, o alimento é indiscutivelmente o feijão. Como já evidenciava Antônio Cândido, em seu estudo de meados do século XX, sobre a dieta de trabalhadores camponeses, “o feijão é o chefe da mesa” (2003, p. 170), é a base da alimentação, presente em todas as refeições, quando não o único alimento.

Problemas de toda ordem são enfrentados nesses espaços, além dos problemas comuns já evidenciados em comunidades pobres brasileiras, tais como: racionamento de comida e água, falta de estrutura, de transporte e de educação, problemas de socialização, pequenos furtos, entre outros; os sem-terras acampados enfrentam ainda uma série de dificuldades específicas daquele espaço e daquela situação, como a distância, a *ilegalidade*, a des-socialização, o medo. São circunstâncias que determinam a forma de vida naquele espaço e que conduzem suas ações cotidianas.

Entre essas redefinições de necessidades provenientes da situação vivenciada está a criação de uma equipe de guarda. A presença da guarda é evidenciada em todos os acampamentos analisados, principalmente nos períodos iniciais.

Logo na ocupação início é definida a equipe que ficará encarregada de vigiar o acampamento durante a noite, enquanto os outros dormem, atividade que também é mantida no período diurno no início do acampamento, quando os conflitos ainda estão se desnudando. Pessoas ficam atentas para avisar aos acampados de qualquer movimentação estranha, para que não sejam pegos desprevenidos com uma ação policial ou uma reação do proprietário da fazenda. Assim ocorreu na tomada das armas dos policiais pelos acampados, no acampamento Oito de Março, quando os vigias do acampamento avistaram os policiais barrando outros sem-terras na estrada e comunicaram os acampados.

Em período em que não há risco de uma ação policial, como os momentos em que estão acampados às margens da rodovia, essa guarda é mantida como prevenção à ações de pistolagem e vandalismo. À margem da estrada, em um vulnerável barraco de lonas, esses sujeitos estão a mercê de ações como furtos e depredações. O senhor João, que

“tirava guarda” no acampamento Mambaré, lembra o quanto era inseguro dormir no barraco sem ninguém para vigiar o acampamento:

É na bera de estrada, né? Passava muita gente de noite, podia um passa queima um barraco, rasga o barraco de alguém, de alguma família que tinha. Tinha muita família no barraco. Então a gente sempre cuidava dessas parte, né? De não passa um e corta um barraco ali, ou faze alguma malvadeza com uma pessoa que tava deitado, né? Então a gente tinha a parte da segurança a noite, de modo a cuida isso aí. Era sempre dois ou três pra cuidar (JOÃO, Entrevista, 20.07.2006).

O ato de vigiar o acampamento, *a guarda* como é conhecido, revela ações de solidariedade e organização, trata-se de um trabalho coletivo, exercido por um grupo de pessoas que fica responsável em *guardar*, cuidar, vigiar, o acampamento como um todo, a fim de oferecer às pessoas que dormem naquele espaço o mínimo de segurança para uma noite de sono.

Nos primeiros dias de ocupação essas equipes se revezam e mantêm prontidão às 24 horas do dia. Os homens, mas também algumas mulheres, fazem as rondas armados com foice e facões; as armas de fogo, embora existam, não são comuns. Os fogos de artifício são estratégias usadas por essas equipes para assustar uma possível ação e chamar a atenção dos acampados para algo que esteja acontecendo no acampamento.

Nos momentos de maiores indefinições é comum que mesmo os acampados que não estejam de guarda durmam atentos. Claudinéia lembra que foram inúmeras as vezes que foram acordados no meio da noite com alerta de possíveis invasões ou ação policial. A ordem era levantar correndo, pegar uma foice ou facão e ir ao encontro aos invasores.

Quando cheguei fiquei meia perdida, assim... Pra mim a gente tava indo pra algum lugar a passeio, né? Depois que a gente chego, que fico mesmo. Aí que a gente foi vê como que era o negócio. Às vezes você deitava pra dormi, quando você pensava que não tinha que sai correndo de noite, no escuro. Muitas vezes era a turma da fazenda que vinha meio querendo invadi o acampamento, e tal, o otras vez a polícia chegava e nois não podia dexá entra dentro do acampamento. Se eles entra eles pega força né? Então a gente não pode dexa entra dentro do acampamento. E então assim... tinha que sai correndo pegá uma coisa, um facão, qualquer coisa e saí (CLAUDINÉIA, Entrevista, 14.12.2005).

O fato de levantarem *armados* funciona como uma de estratégia para não serem pegos desprevenidos e rendidos com facilidade. As foices e enxadas, usadas emblematicamente pelos movimentos sociais de luta pela terra, em especial o MST, como forma de expressar os anseios desses sujeitos por terra e trabalho, são também utilizados como armas, de maneira a se imporem diante de ações mais violentas e instáveis. É necessário, em caso de ameaça, que os acampados apareçam, imponham-se, para que sejam vistos, a fim de evitar a entrada da polícia, o que dificultaria a resistência do grupo.

Essas estratégias não têm caráter de combate, mas de prevenção, o fim não é o confronto, mais sim impedir que ele ocorra. Uma tentativa de prevenir que o grupo não seja agredido, despejado e que tenham os barracos e pertences destruídos.

É comum também, como forma de evitar um confronto mais direto, que as mulheres e crianças venham na frente de qualquer embate ou negociação com a polícia. Nesse sentido, Claudinéia conta como essa estratégia era acordada previamente:

“É, sempre no caso de polícia, algum juiz, alguma coisa que chegasse no acampamento, era sempre as mulher e as criança na frente. A gente era da frente, sabe? Mas dava tudo certo” (CLAUDINÉIA, Entrevista, 14.12.2005).

Sobre a participação feminina nos conflitos sociais, Borges analisa como a fragilidade feminina e a inocência infantil imprimem um ritmo próprio e tornam mais sensíveis as leis. As mulheres, que carregam muito mais forças do que se costuma a elas atribuírem, sabem tirar dessa subjugação os meios para enfrentar as leis e as ações provenientes dela. “A lei diante das mulheres e das crianças tem um ritmo próprio, tem um limite, adquire consciência, torna-se sensível” (1997, p.147).

A imagem a seguir registra um momento de protesto do acampamento Oito de Março, os acampados em fila, na estrada de terra do acampamento, fazem uma barreira na lateral da estrada paralela ao acampamento de modo que os veículos possam circular. As mulheres, como comentou Claudinéia, vão à frente. Em destaque aparecem os instrumentos de luta e trabalho: as foices.



Figura 10: Acampados do Oito de Março em dia de mobilização na estrada. Foto cedida por Edinéia.

Nos acampamentos da FETAGRI, em que a presença de mulheres e crianças é diminuta, essas estratégias se alteram um pouco, até mesmo porque, o enfrentamento não é uma ação defendida por esse mediador. No entanto, vê-se que essa postura mais impositiva do MST não se trata de uma ação que tencione um confronto direto, mas é uma forma de imposição diante de formas de coação estatal. Ao *armarem-se* para defender uma resposta política em detrimento de um despejo, esses sujeitos estão exigindo que sejam vistos e reconhecidos como gente, como seres capazes de se organizar e de lutar por uma vida digna e um espaço de trabalho e moradia.

Mas nem tudo são confrontos. Outra prática organizacional presente nesses espaços é a construção de barracões comunitários, destinados a reuniões e assembléias entre acampados. Esses barracões, construídos na mesma estrutura dos barracos de moradia, são ambientes usados para socialização. Além de sediar as assembléias, esses são espaços para interação, festas, celebração religiosa, missas, cultos, bailes, reuniões de grupos e setores, receber representantes de órgãos governamentais ou sindicais. À luz de lampião, esse local se torna a atração do acampamento, com festas que vão desde comemoração de dias santos ou de alguma conquista, apresentação das místicas nos acampamentos do MST, à bailes para o público mais jovem. Festas e comemorações ocorrem com mais frequências nos períodos iniciais do acampamento e em organizações maiores. Nos acampamentos menores, com menos pessoas envolvidas, os barracões comunitários, além de serem usados para as reuniões, são espaços onde os acampados conversam no fim da tarde, fazem rodas de tereré e chimarão, carteados, ouvem rádio, fazem fogueiras para aquecer do frio, abrigam a equipe de guarda durante a noite, entre outras utilizações.

É importante salientar, que embora tenha observado a existência de manifestações culturais, momentos de socialização e rituais religiosos, nos acampamentos da FETAGRI e CUT, festas e bailes não são práticas comuns, inclusive constava no Regimento Interno do acampamento Laguna Peru como uma proibição passível até mesmo de expulsão.

No acampamento Oito de Março que contou, em determinado tempo, com mais ou menos sete mil pessoas, as assembléias eram feitas fora dos barracões, isso porque não havia estrutura coberta que pudesse abrigar a todos. Com o megafone, ou fogos de artifício, as famílias eram convocadas a se reunirem em um ponto já previamente estabelecido; o local era marcado com um mastro improvisado (um grande galho de árvore

fincado ao chão) no qual se hasteava a bandeira do Movimento para que as pessoas pudessem visualizá-la de longe.



Figura 11: Dia de assembléia no acampamento Oito de Março. Foto cedida por Nair.

A figura 11 mostra uma dessas assembléias. Sob o sol forte, as famílias se reuniram-se em volta do ponto de referência para ouvir aos comunicados. Quando havia chamado para assembléia ninguém ficava no barraco, todos participavam das reuniões, homens, mulheres, idosos e crianças.

As diversas formas de utilização dos barracões comunitários depende da organização, das necessidades e das perspectivas desses grupos. Mas uma coisa eles têm em comum: são pontos de referência a todo tipo de necessidade; é para ele que os acampados se dirigem quando necessitam de remédio, alimentação, lona, informação, também quando querem encontrar uma liderança ou um amigo, quando precisam fazer uma reclamação ou queixa, trazer ou enviar uma encomenda, conversar, pegar uma carona, entrar e sair do acampamento. Os barracões são também porta de chegada, local de recepção, é a ele que padres, pastores, políticos, imprensa, pesquisadores e a sociedade cível em geral dirigem-se quando chegam ao acampamento.

No início do acampamento Oito de Março ocorriam festas com frequência no barracão comunitário, o número de jovens era considerável e fazia-se necessário um momento de lazer para que esse público permanecesse acampado naquele espaço. Além

das iniciativas dos coordenadores, que percebiam essa situação, os próprios jovens se organizavam para que esses momentos ocorressem.

Para não deixar o “desânimo bater”, esses jovens se unem, fazem brincadeiras, cantam, tocam violão, dançam, fazem bailes e festas. Claudinéia, que foi para o acampamento com 13 anos de idade, diz sentir saudades das brincadeiras que faziam no início do acampamento:

De primeiro tinha todo sábado, eles fazia baile. Fazia um bailinho, fazia essas apresentação, pra anima o povo. Porque tem tempo assim que anda meio desanimado, né? Muitos anos acampado e tal, da um desânimo. Na época do Oito de Março já era bem mais animado do que é agora. Na volta do dia, assim... não sei se é porque a gente tava meio alongado no mato, sempre tinha... Na volta do dia assim tinha brincadeira com os jovens. Inventava vários tipos de coisa pra anima. Se ficasse parado e fosse pensa só no que tinha pra vim, desanimava tudo. Aí sempre inventava assim alguma coisa pra distraí as pessoa. Era bem gostoso... vichi... (CLAUDINÉIA, Entrevista, 14.12.2005).

A animação da “volta do dia” foi suprimida pelo descrédito após dez anos de acampamento. Mesmo enfrentando todos os conflitos da mudança para o barraco de lona e as dificuldades de adaptação nos períodos iniciais, esses sujeitos experimentam certa euforia na chegada. O fato de não ver concretizado os sonhos que os deslocaram àquele espaço vai gradativamente acabando com as esperanças, os projetos, as alegrias, os motivos de festejar e comemorar. A própria organização do acampamento vai se esmorecendo, assim como a sensação de transitoriedade de vivencia naquele espaço.

As festas, às vezes, também traziam alguns transtornos. Pessoas embriagadas, brigas e até um caso de assassinato durante um baile foi registrado no acampamento Oito de Março. O senhor Celso lembra que, apesar de tranqüilo, “de vez em quando saia alguma espeloteada” no acampamento.

Farias analisa os momentos de festas dos acampamentos como formas de contraposição à anomia, é uma maneira de ocupar o tempo livre, de recriar as relações de sociabilidade, de entreter-se e divertir-se para superar as insatisfações, as carências, os medos e as incertezas (2002, p. 130).

A imagem seguinte marca um momento de festa e descontração, uma comemoração religiosa que contou também com a tradicional quadrilha. As pessoas caracterizadas e as bandeirinhas feitas de jornais marcam a temática da festa de São João ocorrida no acampamento Oito de Março.



Figura 12: Festa Junina no acampamento Oito de Março. Foto cedida por Nair.

Além das festas outros momentos de lazer eram preservados, como as partidas de futebol em campo improvisado, principalmente aos sábados e domingos, jogos de cartas aos finais de tarde, as rodas de tereré e chimarão. A religiosidade expressa-se pelas missas, cultos, terços e novenas, nas figuras e imagens de santos nas paredes dos barracos, em alguns casos até mesmo com celebrações de casamentos e batizados.

Os pequenos bares, inclusive com mesa de sinuca, foram tipos de estabelecimentos verificados no acampamento Oito de Março, um espaço dedicado especialmente aos homens para a parada na “volta do dia”, onde tomam um trago de cachaça, falam da vida e encontram os outros acampados.

As maneiras de descontração e de socialização variam de acordo com a estrutura do acampamento. Nos acampamentos Mambaré e Laguna Peru, que ficavam na BR-163, de fácil acesso, próximos aos centros urbanos (cerca de 8 km), com linha de ônibus diariamente e que tinham número reduzido de mulheres e crianças era comum que os finais de semana fossem destinados ao encontro do marido com a esposa e os filhos. Muitas vezes, a esposa ia ao acampamento com os filhos nesse período, era o momento de lavar a roupa do marido, contribuir na organização do barraco, unir a família. Em outros casos, quando o homem não tinha trabalho ou fazia apenas algumas diárias, costumava-se passar a semana no barraco e voltar para a casa nos finais de semana.

Nesses casos, as necessidades eram diferentes das necessidades existentes no acampamento Oito de Março, em que as famílias ficaram acampadas em uma área que a

saída era uma estrada de chão batido, sem linha de ônibus, com núcleos urbanos longes. Alguns acampados chegaram a ficar três meses sem ir à cidade, houve assim, a necessidade de se criar mecanismos para resolver problemas emergenciais por ali mesmo.

Nos acampamentos Laguna Peru e Pedro Ramalho, as crianças em idade escolar foram atendidas pelo transporte municipal de alunos, que pegava as crianças do acampamento quando iam buscar alunos de área rural. Em poucos dias essa negociação foi acertada com as prefeituras e as crianças em idade escolar dos acampamentos puderam estudar.

Já no acampamento Oito de Março, essa negociação foi mais demorada e onerosa, tendo em vista o número de alunos, a distância e as condições das estradas. Um ônibus passou a pernoitar no acampamento, saía de madrugada para a cidade de Itaquiraí e retornava às 16:00 horas. Nele, prioritariamente, iam as crianças que cursavam entre 5º e 8º série; aos menores, que cursavam entre 1º e 4º série foi construída uma escola dentro do acampamento, com professores acampados, alguns passaram a ser remunerados pela prefeitura municipal.

A imagem a seguir mostra uma escola em construção, que foi feita ao modelo dos barracos de lonas e com duas salas de aula. Para atuar como formadores, havia três professores e a diretora. A escola atendia toda a população entre 1º e 4º série do acampamento. Havia ainda professores voluntários, como a Claudinéia, que com 13 anos de idade e apenas iniciado a 5º série do ensino fundamental, passou a trabalhar com as crianças do acampamento na pequena escola improvisada.



Figura 13: Construção da escola no acampamento Oito de Março. Foto cedida por Claudinéia.

Como o acampamento existiu por um período longo, essa situação foi alterada em determinados momentos. Houve momentos em que as crianças não puderam freqüentar a escola, como no período inicial de ocupação. Em determinado tempo existiu a educação pré-escolar, em outros não, assim como também a alfabetização de jovens e adultos.

Com o assentamento de 334 famílias na fazenda Santa Rosa/Guaçu, que ficava próxima ao acampamento e que ocorreu pouco mais de um ano após o início dessa luta, os alunos a partir da 5ª série passaram a estudar na escola do assentamento, que oferecia um pouco mais de estrutura, professores capacitados, material didático e alimentação adequada. As crianças de 1ª a 4ª série continuaram estudando no acampamento.

A construção da escola não aconteceu logo no início do acampamento, antes, tentou-se visualizar as perspectivas de negociação quanto ao assentamento das famílias, só então, quando desocuparam a área e foram para rodovia é que a escola foi construída. As lideranças buscaram apoio junto à prefeitura municipal de Itaquiraí para o fornecimento de merenda escolar, algum material didático e remuneração de professores.

O momento de construção desse espaço envolveu um trabalho comunitário, a limpeza da área, a busca por material necessário, a arquitetura da construção, a definição do local, tudo foi feito pelos acampados que eram observados com grande expectativa pelas crianças. Voltar a estudar significava mais que aprender a ler e a escrever para essas crianças, era um espaço de resocialização, de encontros, de um reencontro com a vida que deixaram para trás.

No entanto, nem todos tiveram essa oportunidade. Foi comum, com a mudança de realidade, muitos deixarem de freqüentar a escola, principalmente os jovens e adolescentes que teriam que se descolar até a cidade. Claudinéia, que era do *setor de educação* do acampamento, que trabalhou na pré-escola e na alfabetização de adultos, não pode concluir a 5ª série que havia iniciado na cidade antes de ir ao acampamento. Quando mudaram-se para o acampamento, o pai proibiu as duas filhas adolescentes de retornar a escola. Claudinéia casou-se com 15 anos, a irmã com 16, tiveram filhos e nunca mais voltaram a estudar.

Aí depois começo as aulas. Tinha que estudar, *tava mocinha meu pai não quis deixar*, e tal. Aí quando nos fomos mesmo pra BR, ali, aí surgiu uma escolinha no acampamento, né?. Aí como eu tinha terminado a 4ª série e ia fazer a 5ª. Aí eu falei assim: eu vou estudar a 4ª série, o pai não deixa eu ir para cidade mesmo. Aí fui um dia na 4ª série. Aí a professora falou assim: ah... Claudinéia, você não que ajudá a gente no pré? Eu falei assim: eu vô, não tenho bem prática né? Aí fui acho que uns três meses junto com ela. Daí seis meses eu dei aula pro pré ali, a mulher sumiu e eu fiquei sozinha, sem ganhar nada [...] Depois a gente viemos para cá, depois fomos pra Santa Rosa, aí eu comecei a dar aula pra 1ª série.

E você nunca mais estudou?

Não, nunca mais estudei. Continuei dando aula, depois parei também, depois resolvemos ir embora de novo. E no final acabamos ficando, e tamo aí até hoje. Aí agora, sempre pensei em estudar, mas quando inteei 15 anos eu fugi, né? Aí casei. Com 15 anos eu fui mora no barraco dele, aí com 16 anos tive o outro menino meu aqui tem cinco anos. Aí mudo tudo... mãe, né? começa a muda tudo? (CLAUDINÉIA, Entrevista, 14.12.2005).

Impedida pelo pai de ir à cidade estudar, Claudinéia resolveu regredir no ano escolar e freqüentar a 4º série do ensino fundamental, educação que era oferecida dentro do acampamento. Como saiu-se bem foi convidada a colaborar na alfabetização de crianças em idade pré-escolar. O trabalho no setor de educação do acampamento contribuiu para a inserção de Claudinéia naquele espaço. Como não podia retornar o processo educacional que havia começado na cidade, passou a colaborar na educação de crianças, o que lhe garantia um contato com aquele mundo, mesmo não dando continuidade aos estudos.

No MST, mais do que atender às necessidades imediatas do período de acampamento, oferecer escola às crianças que estão naquele espaço de transição, e que poderiam não dar continuidade aos estudos, faz parte de uma proposta pedagógica do Movimento. É na práxis, na relação entre teoria e prática, que esses grupos trabalham na educação de um cidadão mais crítico e consciente. É com o propósito de formar um cidadão Sem Terra (com letra maiúscula e sem hífen), que essas escolas são organizadas em cada acampamento e passam a oferecer aos alunos uma nova forma de ver o mundo, a sociedade e a luta³⁹.

Estudar, jogar bola, brincar na terra e nas árvores, buscar água e lenha, cuidar dos irmãos pequenos são atividades que fazem parte do mundo infantil nos acampamentos. O estudo, na maior parte dos casos, fica restrito ao ambiente escolar.

A vida à margem das estradas oferece riscos, sobretudo aos pequenos, que entre brincadeiras e necessidade de locomoção cruzam as rodovias, correndo o risco de serem atingidos por carros que trafegam em alta velocidade. Foi o que ocorreu com o filho caçula de dona Eleonora, acampada no Laguna Peru. Aos sete anos de idade o menino foi atropelado quando atravessava a rodovia, o garoto teve a face desfigurada e ficou internado cerca de seis meses, na cidade de Dourados, para se recuperar.

Um carro que pego ele ali, e... foi feio acidente dele, pego só o rosto dele. Hora que bateu pego o rosto, foi sete fratura. Acabou com o rosto do menino. Ta vivo por Deus memo, porque Deus é pai. O que eu sofri já aqui também, hum... foi bastante. O Deus pai! Ele se recuperou, mais só que levo, óia foi uns seis mês ele teve pra lá [Dourados] Dentro desse seis mês eu ficava mais lá com ele do que aqui, que as vez eu vinha e ficava uma semana, as vezes quinze dia (ELEONORA, Entrevista, 11.10.2006).

³⁹ As escolas mantidas pelo MST foram o assunto explorado por CALDART (2002). *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola.*

Dona Eleonora lembra entristecida do acidente que marcou a vida e a face do filho, na data da entrevista, aos nove anos, o garoto ainda carregava as profundas marcas que certamente o acompanharão pela vida toda. Ainda assim a mãe agradece a Deus por ter preservado a vida do filho. O acidente mudou a rotina da família, a mãe passou a permanecer longos períodos na cidade de Dourados, longe do barraco e dos outros filhos que passaram a ser cuidados pela irmã mais velha, uma adolescente de 16 anos.

Inúmeros acidentes foram registrados entre os três acampamentos. Além da desatenção das crianças, atitude típica nas ações infantis, registra-se também a imprudência dos motoristas que cruzam esses espaços em altíssimas velocidades. No acampamento Pedro Ramalho houve a morte de uma acampada em dia de pedágio na rodovia. Em atitude de descaso e imprudência, o motorista não parou o veículo no pedágio e atropelou uma acampada que veio a falecer.

Mais foi muito difícil, na bera de uma BR, caminhão quase caindo por cima de nós, né? Teve vários acidente na frente do, do acampamento, morreu gente. É... gente que desvio né? Que saiu e morreu perto de nós. Então num foi... num foi bom não (ANTÔNIO, Entrevista, 11.10.2006).

A vida sob o barraco de lona, à margem da rodovia, é atormentado pela insegurança, principalmente em estradas de grande tráfego, como a BR-163, onde o trânsito de caminhões, ônibus e carretas é intenso.

O senhor Antônio, ao recordar da vida à margem da rodovia, onde os caminhões pareciam cair sobre eles, relembra dos vários acidentes que presenciou, inclusive com mortes. A lembrança que carrega é de que “não foi um período bom”, as dificuldades cotidianas eram agravadas quando fatalidades como essa ocorriam. Mesmo vivendo a iminência constante de um acidente, esses eram momentos que os riscos e as dificuldades da vida sob o barraco de lonas, às margens das estradas, desnudavam-se.

Outras necessidades oriundas do espaço improvisado do acampamento são a busca pela água, por condições mínimas de higiene e sanitárias.

A fonte de água utilizada depende da localização do acampamento e também de sua capacidade de organização. Quando não há um rio que possa abastecer as famílias com água suficiente para atividades básicas, é comum que se façam poços. São poços improvisados, rasos, mas que geralmente abastecem mais que uma família; um poço pode atender três, cinco, dez famílias, depende da proximidade, do companheirismo, do volume de água.

As minas de água são de muito valor para a lavagem de roupas e banhos, assim como para atividades corriqueiras e necessidades básicas, como o preparo de alimentos, a limpeza das louças e mesmo para beber.



Figura 14: Acampados lavando roupas no rio. Foto cedida por Nair.

A imagem acima registra um momento em que acontece a lavagem da roupa no acampamento Oito de Março, além de mulheres, as crianças e os homens também colaboram na tarefa. No momento de registro da fotografia já havia sido criado uma vereda, um caminho estreito marcando no chão o trajeto feito por esses sujeitos entre o barraco e o córrego. Aos homens cabe, *quando possível*, a tarefa de ajudar no transporte das roupas e de baldes de água até o barraco.

O senhor João, hoje assentado, lembra que fechou muitos poços em seu lote, já que a área onde foi assentado é parte de onde estava montado o acampamento Mambaré.

Nesses espaços o racionamento de água é comum em qualquer situação, independente da fonte ser rio ou poço e a água usada para beber é consumida diretamente sem nenhum tratamento. A expressão deste racionamento está presente na fala dos entrevistados, o fato de não desperdiçar, de que “a água dava bem se não esbanjasse”, é bem comum nas lembranças desses sujeitos que vivem (ou viveram) em um espaço onde tudo é racionado, exceto a esperança.

Água pegava na mina no rio. Tinha uma mina, uma mina muito boa lá. Tinha o rio também pra nós lava ropa. Um riozinho assim... que dava pra se virá bem, com bastante água, não de desperdiça (LURDES, Entrevista, 20.07.2006).

A concepção da construção dos barracos leva em consideração a utilização da água. De forma independente, mas contígua ao barraco, constrói-se uma espécie de área,

com uma bancada de madeira que é usada para lavar louças e preparar algum alimento. A água que cai dessa bancada é desviada por valetas, as quais levam-na a hortas, plantas, ou mesmo a um buraco, uma espécie de fossa, que capta a água e evita que ela se espalhe pelo acampamento. A imagem a seguir é bem típica dessa construção, os galões usados para buscar água estão sob a bancada usada para a limpeza das louças e as valas ficam bastante evidentes:



Figura 15: Criança acampada em frente aos barracos do acampamento Oito de Março. Foto cedida por Claudinéia.

Muito precárias também são as condições sanitárias. Os mictórios são pequenos cercados de lona, quase sempre sem cobertura, com uma abertura no chão, uma espécie de fossa. Essas instalações são usadas de forma comunitária, com distinção entre feminino e masculino e localizadas com certa distância dos barracos. Para o banho, quando não são tomados nos rios, existem outros cercados, construídos na mesma estrutura, só que mais próximos aos barracos e usados individualmente por cada família.

Dona Leonice descreve com detalhes como essas instalações são construídas. Nice, como é conhecida, já mostrou em outros momentos o poder de descrever com detalhes aquilo que permeia sua vida. Sua narração é minuciosa, com gestos e articulações remete nossa imaginação ao que descreve.

Os mictórios tinha do homem e da mulher, tinha vamo supô um grupo de vinte família, então tinha quatro mictório, dois pra muié e dois pros home, entendeu? **E pra tomar banho?** Pra tomar banho eles fazia sempre perto do barraco quem fosse tomar banho... cada qual no seu barraco. Aí quem quisesse tomava banho na represa, tomava banho lá, lavava a roupa e já vinha outro. Eles fazia o banheiro assim, já encostado no barraco, entendeu? Eles fazia o banheiro e ponhava madeira rachada qui encima, entendeu? Pra pisa. E aqui em baixo ele fazia uma bica no fundo, uma valeta, entendeu? E aqui assim, ele fazia um

buraco, entendeu? Pra água aqui do banheiro corre em baixo pra ninguém pisa em riba da água. Então a água descia, ia direto dento da fossa, uma fossinha lá (LEONICE, Entrevista, 14.12.2005).

A estrutura, aparentemente simples, requer alguns cuidados. Tábuas são colocadas ao chão para se tomar banhos sem pisar diretamente na terra. Uma pequena distância entre as tábuas é mantida de forma que a água possa escoar, sob as madeiras a cavidade conduz a água a uma valeta que a escoar sem fazer barro ou deixar água parada no meio do acampamento.

Para manter a ordem e o mínimo de sanidade no local, uma equipe era destinada a orientar os acampados quanto ao destino da água que era descartada, do lixo, dos restos de capinagem, e das construções de fossas. No acampamento Oito de Março esse grupo era chamado de *equipe de higiene*, essa atividade também foi registrada nos dois outros grupos, embora no acampamento Laguna Peru ela tenha existido somente no início.

Dona Leonice, do acampamento Oito de Março, conta como era exercida a atividade da equipe de higiene:

Quando aquela fossa tava querendo subi, aí já tinha a equipe da higiene que passava todo final de semana corrigindo a questão da água que sobra da loça, que corria. O que não tinha fossa era mandado faze pra não junta mosca, num junta coiseira entendeu? A água da... a água da fossa do banheiro tudinho... todo final de semana tinha a equipe que já fazia uma fiscalização, entendeu? No acampamento em peso, alí juntava... se era vinte da higiene, era os vinte que andava tudinho pra vê como é que ta a questão da higiene. Pro lixo era feito um buraco, era enterrado, não era pra joga. Se carpia já jogava dento dum barraco pra dexa meio limpo, aquele lixo não era pra deixa ali de qualquer jeito, era pra faze uma fossa e joga (LEONICE, Entrevista, 14.12.2005).

No acampamento Mambaré, os ex-acampados também destacam a necessidade de orientação quanto a questões de higiene, o destino correto do lixo e água já utilizados, visando a manutenção de um espaço que oferecesse condições mínimas de habitação: “Os coordenador cuidava sobre a higiene do acampamento, se deixa bagunçado e não tive quem domina daí o acampamento vira uma bagunça” (JOÃO, Entrevista, 20.07.2006).

As condições precárias de sobrevivência, mesmo existindo a tentativa de organização e higiene, acarretam também muitos problemas de saúde. O lixo exposto, a água parada, a má alimentação, a exposição ao sol e ao frio intenso associados ao difícil acesso a atendimento médico e medicamentos provocam doenças, principalmente nas crianças, que com sistema imunológico mais frágil, ficam mais vulneráveis a contrair e desenvolver doenças.

Quando o acampamento é montado com um grande número de trabalhadores, como ocorreu com o acampamento Oito de Março, os postos de saúde com atendimento médico financiado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) se limitam a atender as famílias que comprovam moradia no município, com a alegação de não poderem atender a uma demanda maior que o habitual de forma repentina; para as outras famílias, porém, há de se travar uma batalha para que seja disponibilizado atendimento médico.

No acampamento Oito de março existia um veículo de uso exclusivo do setor de saúde para atender casos emergenciais, como gestantes em trabalho de parto, acidentes, fraturas, crianças com febre alta, entre outros casos. A manutenção do combustível desse veículo, no entanto, era tema de discussão e até de mobilização. O grupo não dispunha de recursos para manter o veículo abastecido e como não podia ficar sem combustível, tentaram apoio da prefeitura municipal, o que não foi atendido.

Um pouco dessa história é narrada por dona Leonice, ao recordar que, apesar do setor de saúde dispor de um veículo (uma Rural), ele nem sempre era suficiente, já que eram muitos acampados e, conseqüentemente, a demanda também.

Nós fez pedágio por questão da necessidade dentro do acampamento. Questão do medicamento, questão... pra comprar gasolina, a prefeitura não daria gasolina pra desloca um duente até lá na cidade. Então tinha que se na base do transporte ali de dentro, usa alguém que tivesse um transporte. A gente toda vida teve, mas um só tem hora que não dá pra muita gente tem que te mais, teve momento que nós teve na BR que pará carro pra pude manda mulher pra te criança, teve criança quase dentro dos carro, entendeu? Por questão a prefeitura do município não cedia, porque eles falaram que não tinha medicamento, nós não era registrado no município, então não vinha o remédio, que se desse remédio pra nós, no caso, faltava pro município... (LEONICE, Entrevista, 14.12.2005).

Dos acampados do Oito de Março são comuns as histórias da necessidade de ir à rodovia fazer barreira e praticamente obrigar os motoristas a levarem mulheres em trabalho de parto, doentes e pessoas com fraturas para o hospital público municipal.

Mesmo nos outros casos, em que o acampamento ficava cerca de oito km da cidade, a questão da saúde era uma das mais precárias. Em casos de emergência, os acampados dependiam sempre da hipotética existência de um veículo no acampamento, quando não se encontrava ninguém, a saída era esperar um ônibus de linha ou interceptar veículos que trafegavam na rodovia. Dona Eleonora, que até a data da entrevista morava no acampamento Laguna Peru, queixava-se, assim como os outros acampados, das dificuldades em passar por uma consulta médica nos postos de saúde da cidade, tendo em vista as precárias condições financeiras e de deslocamento. Além do dinheiro da passagem, de que nem sempre dispunham, os horários de ônibus não lhes dava condições de chegar

em tempo hábil de conseguir as distribuições de fichas, tinham que sair durante a noite ou ir um dia antes para agendar a consulta.

Tudo na cidade, tudo, tudo. E agora inclusive, aqui ta difícil até pra gente ir. Porque quando vai... pra nós aqui, o ônibus que leva as crianças de manhã não é, a escolar não leva mais a gente né? Caroneiro não vela mais. Se a gente vai, tem que marcar, se precisa de uma consulta tem que marca de um dia pra outro, porque tem o ônibus direto, mais quando a gente pega ele, já pega sete e meia, chega e já não alcança mais ficha (ELEONORA, Entrevista, 11.10.2006).

Em um espaço em que tudo é racionado e a vida levada com muita dificuldade, o deslocamento por oito km se torna um empecilho, assim também o agendamento médico, pois se houvesse recursos, esse agendamento poderia ser feito por telefone. Como mencionou dona Eleonora, em alguns momentos esse transporte podia ser feito pelo ônibus de estudantes, mas nem sempre isso era permitido.

A problemática de questões relacionadas à saúde vai além do atendimento médico em si e está relacionada às precárias condições de vida e moradia encontradas naqueles espaços. A má alimentação é refletida pelas crianças visivelmente desnutridas, os adultos em geral apresentam corpos magros e esguios. A obesidade, doença que atinge cada vez mais a população mundial, que apesar de ser considerado um problema de saúde está relacionada a uma alimentação exagerada e incorreta, é raramente evidenciada nos espaços do acampamento.

Assim como a maioria das crianças, os dois filhos que Claudinéia teve no acampamento passaram por problemas de saúde. Anemia, vermes, gripes e outras doenças virais são, talvez, os problemas mais comuns, problemas estes que poderiam ser facilmente evitados ou combatidos se dispusessem de tratamento adequado e espaço digno de moradia.

O outro menino meu, o maior, quando tava com oito meses, ele tomo sangue, teve anemia profunda, tava virando água o sangue dele já. Daí ele teve que toma sangue. A anemia dele combateu um poco. Agora esse daqui quando nasceu o exame do pesinho dele deu alterado, uma espécie de anemia também. Agora ele tem uma hérnia no umbigo, agora vai te que operá. Comecei meche em Naviraí, mas como a gente é de outro município eles fica meio resabiado. Se fica doente, assim, a gente tem que se virá do bolso, sem tem que saí... (CLAUDINÉIA, Entrevista, 14.12.2005).

Nos espaços dos acampamentos, enfermidades de fácil combate ou prevenção podem se tornar doenças graves. Claudinéia conta que a anemia do filho se agravou e só pode ser combatida com recebimento de sangue. O resultado do Teste do Pesinho do filho menor apresentou alterações, isso tudo por uma completa falta de acompanhamento médico pré-natal e por um período gestacional com alimentação racionada e desequilibrada, vivenciado em local insalubre e com ausência de água potável.

No acampamento, lugar no qual somente o estritamente necessário à sobrevivência é almejado, tratamentos odontológicos e oftalmológicos são questões relegadas a segundo plano, se não suprimidas. É comum pessoas, ainda muito jovens, desdentadas e crianças com cáries aparentes que certamente comprometerão a dentição adulta. Além das dificuldades de se obter esse tipo de tratamento, principalmente o odontológico, que demanda tempo e deslocamento, há também questões culturais envolvidas nesse descaso com a saúde bucal e oftalmológica, esses sujeitos vivem em situações limites da vida humana, situação em que esses cuidados não são prioridades.

Nesse tempo/espço, entendido aqui como um momento de transitoriedade, são encontradas dificuldades de todas as ordens: alimentação, saúde, educação, moradia; a espera e a esperança são marcas desse processo. O cotidiano nos acampamentos é marcado pelas faltas, por limitações e privações. A privacidade é algo que não existe, quando vive-se em um vulnerável barraco de lona que acaba onde o outro começa.

A falta de privacidade e de um lugar com limitações específicas acabam por aflorar uma série de conflitos entre os acampados, conflitos que não são específicos do espaço/tempo de lutas, mas decorrentes de quaisquer relações sociais, de vizinhança e amizades. Como falou o senhor João: “Muitas vezes dava muito conflito do povo mesmo dentro do acampamento, muita confusão. Sempre. Isso todo lugar tem, né?”. Como em todo lugar, havia de se enfrentar os conflitos do cotidiano, as desavenças, os desafetos e isso ainda estava associado a todas as dificuldades daquele espaço e às carências materiais.

Quando se estabelecem no acampamento, os trabalhadores procuram se manter próximos a amigos, vizinhos e até mesmo parentes que vieram juntos, mas também passam a conviver com outros grupos, outras pessoas e acabam se tornando vizinhos, amigos, compadres, e em alguns casos, criam inimigos e desafetos.

Brigas entre vizinhos não são incomuns, o viver “embolado”, faz com que muitos ultrapassem os limites de seu espaço simbolicamente definido e invadam o espaço/vida dos outros acampados. Os barracos, dependendo da mobilização, mantêm distâncias que vão de 1m até cerca de 10/15m uns dos outros, em alguns barracos, uma cerca com galhos de árvores é erguida para delimitar os espaços. Na maioria dos casos, porém, o que os acampados têm mesmo de particular é o espaço interno do barraco.

Sempre dá algum probleminha a modo de criança... mais graças a Deus... isso é coisa de criança, né? Tem hora que a gente se enfeza, mais Deus dá força e coragem pra gente, né?! *Nois mora tudo embolado*, os barraco quase um em cima do outro. Criança é o que tem, mais isso não me ofende não! **A senhora lembra se existiu furto, ou algum tipo de violência?** Tinha bastante, no tempo nosso tinha bastante! Eles robava dentro do acampamento, só que esses que

robava ia embora né, e vai até hoje... são expulso (EDINÉIA, Entrevista, 14.12.2005).

Os problemas de socialização vão além dos conflitos domésticos, das disputas por espaço, das desavenças envolvendo crianças, animais, mas também se estende a problemas como alcoolismo, embriaguez e até mesmo crimes como furto, venda e uso de entorpecentes, violência doméstica e sexual. Com exceção dos furtos, os outros crimes são mais evidenciados em mobilizações maiores, até mesmo por questão de proporção.

Dona Leonice conta como agiam para punir e coibir esse tipo de atitude ilícita que poderia depreciar a luta e desarticular o grupo:

Nós trocemo um punhado de droga que peguemo, que a segurança pego fumano e esse então foi expulso. Expulsaro. Robo, pego, comprovo: fora! Estupro, pego, comprovo: fora! Estupro não me alembro não, agora de droga e robo, i... foi muitos embora expulso. Fazia uma assembléia: o fulano aqui, ou quem que vai embora... A discussão já vinha lá da base que nós não aceitava, então nós não queremos mesmo, lá de onde eles vieram já sabia que nós não queremos, foi discutido lá que não era pa tê. Então não era pa tê (LEONICE, Entrevista, 14.12.2005).

Embora essas ações e delitos praticados não sejam específicos desse espaço, as formas de conduzir esse processo são bem particulares. Desde o *trabalho de base* já se esclarecia que esse tipo de atitude não seria tolerada e os infratores expulsos do acampamento. “Robo, pego, comprovo: fora!” A pena a pequenos crimes era a expulsão do acampamento após a comprovação do delito. Nesse espaço parece também vigorar o princípio da presunção da inocência, já que ninguém deveria ser indevidamente punido e a expulsão estava associada ao flagrante (“pegou”) ou a comprovação real dos fatos.

O acampamento é um ambiente, que embora carregue a representação e a estrutura física de transitoriedade, traz uma série de mecanismos e estruturas que poderiam dar ares de uma nova forma de organização social, mas não é o caso, tendo em vista às expectativas dos acampados na busca por um novo lugar. Como muitas vezes essa situação perdura por vários anos, novas formas de suprir as necessidades para se manterem na luta são desenvolvidas. Segundo Borges:

A sabedoria da pobreza, como diria Milton Santos, expressa a criatividade de homens e mulheres que a vida e o mundo do trabalho impõem, mas também frente à festa, à alegria. Não são os lutadores exclusivamente à fazer brotar essa energia. Podem sim, alimentá-la, desde que dela se alimentem (2004, p. 275).

A luta pela sobrevivência nesse espaço acaba tomando uma conotação de politização. À luz do que poderíamos chamar, pelas contribuições de Thompson, de uma *cultura de resistência*, as improvisações cotidianas podem ser vistas como expressões de resistências. Na luta diária por se manter naquele espaço de carências e vencer a anomia, esses sujeitos reelaboram a vida, reinventam a luta e redefinem um sentido político de vida e cotidiano.

4.3 Trabalho, organização e relações de poder nos acampamentos

...a verdade não existe fora do poder ou sem poder
Foucault

Mesmo tratando-se de um espaço tão vulnerável e transitório como os acampamentos rurais, esse espaço necessita de organização, estruturação e regras, o que implica em dissimetrias, em hierarquização. Embora toda noção de poder carregue sua arbitrariedade e haja poder em todas as relações, independente de estar institucionalizado, analiso as relações de poder estabelecidas nos acampamentos a partir da noção definida por Foucault, para quem o poder é também uma rede produtiva e que atravessa todo corpo social; ele não pesa só como uma força impositiva, mas induz ao prazer, a saberes e produz discurso (1979, p. 08).

As relações dissimétricas nos acampamentos são bastantes variáveis. De uma forma geral, se existe arbitrariedade, existe também uma tentativa de democratização, de interação social do grupo; o que nem sempre é possível, tendo em vista que um determinado grupo sempre se impõe e acaba tomando para si a frente das decisões. Os sujeitos dos acampamentos exercem um determinado poder, mas estão também sempre sujeitos a sofrer sua ação.

Nos grupos do MST, por exemplo, as ocupações são articuladas por membros da direção do Movimento, que são sempre (pelo menos nos casos analisados) oriundos da luta pela terra. Depois de efetivado o acampamento, alguns desses membros passam a direcionar a luta juntamente com as lideranças que conseguiram formar durante o período de trabalho de base e outras que vão se *fazendo* no decorrer da luta. O acampamento é logo dividido em grupos, geralmente por municípios, de forma a considerar as afinidades das famílias. Cada grupo escolhe seu coordenador, que já chega quase sempre definido com a orientação de membros da direção responsáveis pelo trabalho de base.

Além dos coordenadores, que têm a responsabilidade de acompanhar e participar das negociações e repassar aos grupos existem os setores que são formados por uma pessoa de cada grupo de famílias e têm a incumbência de manter a organização do espaço do acampamento, são eles: setor de higiene, de saúde, de alimentação, de educação, de segurança, de finanças e de mística. Existem ainda as equipes de trabalho, que são

geralmente grupos de pessoas dispostas a executarem trabalhos internos e trabalhos remunerados em fazendas vizinhas⁴⁰.

O senhor Lúcio, uma das lideranças do acampamento e naquele momento membro da Direção Estadual do MST, narra como essa divisão em grupos e setores é feita de forma a garantir o funcionamento do acampamento:

É... cada município desses tinha as pessoas militantes do movimento que organizava em grupos de lideranças, né? Dentro do processo de discussão, ia buscando as *pessoas que mais se destacavam, que mais tem condições de coordenação e organiza*. E assim ia organizando de grupos de vinte até cinqüenta famílias, que dentro desses grupos já vinha os setores, já vinha formado dos municípios de origem. Antes de vir pro acampamento, já no trabalho de preparação no município. Então tinha o responsável pelas finanças, pessoal que vinha fazendo arrecadação pra pagá o transporte. É... já vinha, o pessoal preparava o setor de saúde, pra prepara o material de primeiros socorros. É... o setor de educação. Basicamente, a estrutura e a coordenação, né? Que era o ponto chave pra todo, todo funcionamento do acampamento (LUCIO, Entrevista, 09.10.2005).

Em grupos que variavam entre trinta a cinqüenta famílias, cerca de seis a dez pessoas tinham função de responsabilidade, exerciam tarefas que exigiam sua imposição, ao mesmo tempo em que eram cobrados pelos coordenadores e líderes eram também avaliados pelos acampados. Esses membros podem ser substituídos ou repudiados se não mantiverem uma boa conduta ou um exemplar cumprimento de sua função dentro do acampamento. Segundo uma liderança, os coordenadores são “representante do povo, se o povo acha que aquelas pessoa ta beleza, continua. Se não ta, tira e põe otros. Entendeu?” (LEONICE, Entrevista, 14.12.2005).

São essas pessoas, como falou Lúcio, com “mais condição de coordenação e organização”, que participam dos cursos de formação⁴¹, que viajam para mobilizações, que participam de negociações, que se tornam militantes do Movimento. Esse grupo tem ainda a incumbência de *fiscalizar* as ações dos acampados e denunciar às lideranças quando necessário. Todos, no entanto, coordenadores ou não, vivem na iminência da expulsão do acampamento, caso não cumpram as regras estabelecidas, que entre crimes e ações ilícitas estão atitudes como denegrir a imagem do Movimento, ausentar-se do acampamento por longos períodos, deixar de cumprir suas funções, esquivar-se de ações coletivas, deixar de comparecer de forma reiterada em mobilizações e protestos etc.

⁴⁰ Para essa tarefa existe uma espécie de cooperativa de trabalho, liderada por um grupo responsável em negociar os trabalhos e valores, organizar os trabalhadores e fazer o transporte, o *acampamento* fica com parte da diária, cerca de 20%, como pode constatar.

⁴¹ Segundo Turatti, existem critérios bem determinados para a escolha de *delegados*, que são definidos pela direção nacional do Movimento. Os delegados devem ser pessoas que exerçam ações diretas dentro dos acampamento, sejam membros da direção do acampamento ou pertençam a algum setor (2005, p. 88).

Segundo Farias, a imposição de poder exercido pelo MST resulta em certa acomodação pelas famílias acampadas:

As famílias, diante de tais situações, preferem calar-se, pois, na impossibilidade de voltar e, principalmente, para conseguir chegar à terra, não podem perder o apoio do MST, a seus olhos, neste momento, o único mediador, o qual, além de tudo, garante a alimentação, mesmo precária, e moradia provisória pra todos (2002, p. 140).

Segundo um dos diretores estaduais do MST em Mato Grosso do Sul, Marcio Bissoli, a função maior em dividir o acampamento em grupos e, a partir dos grupos, selecionar os coordenadores e setores é:

Fazer com que cada pessoa tenha uma função dentro do Movimento. Essa é a principal diferença do Movimento pras outras organizações que estão aí, a FETAGRI, a CUT. Lá o que tem? Tem uma pessoa que coordena o acampamento, que é o líder, que eles chamam. Nós não, a idéia é... que cada um se sinta dono do Movimento, se sinta parte (MARCIO, Entrevista, 23.09.2005).

Essa forma de estruturação do acampamento mediado pelo MST, de divisão em grupos e exigência da efetiva participação dos acampados, é também uma forma do Movimento exercer seu poder sobre os sem-terras, já que seu descumprimento pode privar os acampados da questão maior da luta, que são os lotes de terra. Embora os lotes sejam definidos por sorteio na tentativa de democratização desse acesso, só vai para o sorteio quem estiver *organizado* e participando das lutas, caso contrário, um grupo todo, ou alguns sujeitos, pode ficar fora do sorteio dos lotes:

Só vai pro sorteio quem ta organizado, quem ta organizado com cada pessoa pra um setor, com as atividades, quem freqüenta as lutas... nós fazemos chamada. O coordenador dos cinquenta faz a chamada lá no dia de uma passeata, de uma reunião, é anotado; então, baseado nisso; se o grupo vai sempre, se o grupo ta em dia com a contribuição ele entra no sorteio. Quem não ta, tem que se organizar. Não expulso, mas tem um prazo pra ele se organiza, pra depois ele entra o próximo, se não vai ficando pra traz (MARCIO, Entrevista, 23.09.2005).

Embora arbitrária, a posição de só colocar em sorteio quem está *organizado*, quem freqüenta as mobilizações e quem está em dia com a contribuição, é também uma forma de serem *justos* com os grupos que trabalham, que se mobilizam e que se fazem presentes.

Além dos sorteios, para a seleção dos lotes, existe também a noção de *direito adquirido*; quando ficam famílias remanescentes por muitos anos, como no caso de um grupo de aproximadamente trinta famílias remanescente do acampamento Oito de Março acampadas há dez anos, essas passam apenas pela aprovação do INCRA e não mais pelo sorteio.

Daí a importância de interpretar esse poder a partir da ótica foucautiana como uma prática social que não existe só como algo negativo, que só tem a função de cercear os indivíduos, como um *instrumento de legitimação da dominação* (como diria Bourdieu, 1989); mas funciona como um tipo de organização do espaço e do tempo, nos quais esse poder encontra-se diluído e nem sempre tem a função de *imposição*.

Embora exista a tentativa de integração dos sujeitos acampados, é fato que essa divisão não agrega a todos, o que provoca uma estratificação e revela uma relação desigual entre os sujeitos acampados. Segundo Turatti: “Essa militância intermediária que vai sendo formada estabelece uma relação mais próxima com o líder formal e é incentivada por este a distinguir-se dos demais, usando sua autoridade e respeitabilidade”. Os *demais* são todos os outros acampados, que estão sob a liderança desses setores (2005, p. 89).

Comentando sobre quem tomava as decisões dentro do acampamento, o senhor Celso classificou essa equipe como um *conselho*, formado por cerca de sete lideranças do Movimento e pelos coordenadores de grupos acampados:

Aí era um conselho, né? Nós era em trinta... 38 grupo, cada um tinha o coordenador e o vice, e tinha as lideranças que... mais uns sete ou oito da liderança... então, essa turma que tomava as decisões. As liderança vinha e falava: vamos ter uma reunião pra fazer isso... e umas pessoas vai ter que subir pra Campo Grande, outros tem que ir pra Brasília, conversar com o governador, conversar com o presidente. Aí a gente fazia a reunião lá, um falava um pouco, outro falava outro, *aí tirava os cara mais saídos*... assim, pra ir conversar, né? (CELSO, Entrevista, 14.12.2005).

Essas lideranças passam a ter, simbolicamente, a *voz autorizada*, o poder de falar em nome dos outros, de decidir a vida e o destino de todos. Essas decisões são repassadas e também discutidas com o restante do grupo em assembleias (reunindo todo o acampamento) ou em reuniões de coordenadores com seus *coordenados*.

Os militantes sem-terra componentes dos setores e da organização exercem um trabalho voluntário; recebem, às vezes, dinheiro de passagem e alimentação, quando o acampamento dispõe de reserva oriunda de dinheiro arrecadado em pedágios ou das próprias contribuições dos acampados, em muitos casos, porém, precisam dispor de algum dinheiro próprio para arcar com esses custos. Segundo o senhor Antônio, para exercer trabalhos de base, esses militantes:

Iam de carona, que ninguém tinha recurso na época, dinheiro pra trabalha. É... os menino iam só com alguns quilos de comida e voltava pro seus município, alguns pra parente, outros pra conhecidos (ANTÔNIO B., Entrevista, 22.04.2006).

Indagado se fazia algum trabalho fora do acampamento, o senhor Celso, um ex-acampado que declarou não perder um *cursinho* do Movimento, respondeu: “É, fazia.

Quando eu tava por aqui a gente... pra consegui algum dinheirinho pra quando ir na mobilização, pra pelo menos come na estrada. Né?” Embora exista uma dissimetria nesse espaço, e até algum *privilégio* aos que se destacam e alcançam cargos de lideranças, é certo que tudo no acampamento é racionado, o que faz com que muitos utilizem seus próprios recursos para tarefas que não são de interesse coletivo.

Esses privilégios, que Turatti, denominou de uma espécie de “compadrio rural distorcido”, podem, muitas vezes, ser observados em determinadas ações do dia-a-dia, como na distribuição de alimentos, na escolha de novos membros, nas tomadas de decisões e na própria credibilidade da palavra quando algum conflito fica evidente, como pequenos furtos e desavenças.

Dona Leonice comenta como eram escolhidas as pessoas que iriam viajar para encaminhar as negociações, tendo em vista o êxito da ação e o não descontentamento do restante do grupo:

Pra ir negocia pra Campo Grande, nunca podia ir um ou dois, tinha que ir uma comissão. O acampamento era grande pra não ter desconfiança, entendeu? Falá... não o fulano foi só lá pra escutá... não foi em audiência nada só foi menti... Então tirava o pessoal numa assembléia, o povo levantava o nome, talvez uma ou duas das *pessoas que tinha mais conhecimento* né? Tirava lá numa assembléia aí ia, aí com esse dinheiro do pedágio (LEONICE, Entrevista, 14.12.2005).

Como a execução dessas ações é feita com o dinheiro do acampamento (leia-se: de todos), dinheiro oriundo de pedágio ou de arrecadação interna, havia uma cobrança de boa utilização; as pessoas escolhidas para representar o grupo eram definidas em assembléias, embora já previamente indicadas. Como raramente voltavam dessas viagens com propostas concretas aos acampados, o grupo deveria estar “acima de qualquer desconfiança”, para evitar conflitos, embora nem sempre isso fosse possível.

É importante destacar, ainda, como critérios de sabedoria e conhecimento não são descartados nesse espaço. É comum na fala dos entrevistados a afirmação de que quem os representavam eram os “mais sabidos”, os “mais saídos” e “com mais conhecimento”. Entre esses saberes estão aspectos ligados às características pessoais desses sujeitos, como carisma, desenvoltura, iniciativa e boa argumentação, como também conteúdo ideológico formado já com certo período de militância⁴².

Para Silva, concepções de formação e de conscientização, como as presente na práxis do Movimento, podem ser pensadas como instituintes e legitimadoras de hierarquias, constituindo até mesmo uma oposição entre os conscientes e os *sem consciência* (2004, p. 40).

⁴² Em uma das visitas feitas ao acampamento que abrigava o grupo remanescente do Oito de Março, escutei por horas, em baixo de uma árvore, sentados em bancos improvisados de madeira, um acampado conversar comigo sobre Florestan Fernandes e Caio Prado Junior, em uma conversa, que confesso ter aprendido mais do que contribuído.

Os que possuem o poder da argüição e o dom da oratória são os que falam em nome de todos, e isso já fica bem definido no grupo de modo a não autorizar os *demais* a falarem, tendo em vista a possibilidade de “colocar tudo a perder” diante de uma entrevista ou fala que possa ser mal interpretada:

Tem a cordenação, aí tem as pessoas que fazem parte da negociação. Chego a impresa é ele que tem que fala com a imprensa pra não deixa todo mundo fala, que nem todo mundo sabe, entendeu? Só faiz estraga. Tem hora que um estraga e ponha um bando a perder, entendeu? Então aí você faiz a reunião da coordenação aí na coordenação você tira as pessoas que vai fala sobre a questão da fazenda, se vim imprensa como é que ta, que pé que ta. Questão da alimentação, no pé que ta, qual é a proposta do governo [...](LEONICE, Entrevista, 14.12.2005).

São também essas lideranças que atendem as pessoas que chegam ao acampamento, principalmente, o “pessoal da universidade”, do INCRA e do governo, e após tomarem conhecimento da situação, as encaminham a outros, se necessário. É comum os acampados, quando inquiridos com algumas questões, remeter suas respostas a outras pessoas, pois como já foram advertidos, receiam que possam estar falando o que não devem. Situação que para fins acadêmicos e científicos só pode ser amenizada com um período maior dentro do acampamento, de forma a ganhar a confiança dos acampados.

Mas essa realidade na estruturação e na organização do acampamento não se aplica a todos os mediadores. Nos acampamentos mediados pela CUT e FETAGRI, exceto a equipe de guarda, as outras tarefas eram realizadas aleatoriamente pelos acampados quando necessário. A busca por cestas básicas, problemas de saúde, negociação, finanças, etc., são atividades realizadas pelo coordenador e pelo líder do acampamento, com apoio do sindicato. Diferente do acampamento mediado pelo MST, em que existe definida uma equipe responsável por determinadas atividades, com tarefas pré-determinadas de forma periódica, nos outros dois acampamentos essas ações eram definidas pelos coordenadores, que designam algumas pessoas para realizar a atividade quando necessário:

Os coordenador do acampamento quanto tinha que faze alguma coisa, então o coordenador que apontava as pessoa, né? Fazia uma reunião ali no meio do povo e tirava uns cinco, seis. Se tinha que faze... pedi na estrada, vamo supor, uma ajuda, então tirava seis, sete pessoa e tirava pra i lá, a coordenação tirava pra ponha lá. Não era todo mundo, era escalado, né? Outra hora tinha que faze uma limpeza no acampamento, então tirava mais outra turma e ponhava (JOÃO, Entrevista, 20.07.2006).

O senhor Antônio veio do Paraguai, fixou-se no acampamento Mambaré, tornou-se coordenador e logo depois líder com a eleição para presidente do sindicato municipal, tentou diferenciar na prática do acampamento as atividades atribuídas ao coordenador e ao líder:

O coordenador é aquele que organiza o pessoal dentro do acampamento, ali que pega praticamente o mais pesado, né? Que é... briga, confusão, organização de... de mercadoria, essas coisas aí, né? E o líder é aquele que corre pra busca boa notícia... a questão da... da conquista da terra (ANTÔNIO, Entrevista, 11.10.06).

Se ao coordenador cabe a dificuldade cotidiana da luta, a organização do acampamento e a imposição diante de conflitos corriqueiros, ao líder cabem as tarefas de negociação, de discussão com órgãos governamentais, de encaminhamentos burocráticos e a “busca por boas notícias”.

O sindicato acaba por fazer uma ponte entre acampados e o Estado/FETAGRI/CUT/INCRA. Um dos funcionários da FETAGRI disse que “a Federação nunca faz contato direto com os acampados”, todo trabalho de negociação, avisos e até mesmo cursos de formação política são direcionados aos membros dos sindicatos e à coordenação do acampamento (VALDENIR, Entrevista, 22.09.2005).

Depende também do sindicato e dos líderes a escolha do mediador. O acampamento Laguna Peru, por exemplo, que teve início com o apoio da FETAGRI, passou um tempo sob a liderança da CUT. Nesse período os acampados perderam a área, foram acusados de matar o gado da fazenda pleiteada e comercializá-lo, depois disso trocaram novamente de lideranças e voltaram a receber o apoio da FETAGRI. Indagado com relação a essas mudanças, o senhor Tadeu, um dos coordenadores do acampamento, respondeu que era questão política e dependia dos acordos entre o sindicato e a mediação:

Mais é política. Né? A política eu digo assim, é... de coordenador. Né? Mais, tipo a gente quando começo, começo com a Fetagri, depois mudamo pra CUT uma época, não deu certo, perdemos o terreno aí depois a gente volto pra Fetagri e tamos até hoje (TADEU, Entrevista, 11.10.2006).

Embora essa possibilidade de troca de mediador possa garantir uma maior autenticidade, liberdade e autonomia do grupo acampado, essa indefinição acaba por confundir os acampados, que sem um maior esclarecimento sobre essas *questões políticas* muitas vezes, não sabem o que está acontecendo e ficam alheios a informações que são preponderantes ao processo de luta, como fala dona Lurdes:

Esse negócio aí, isso é rolo deles lá, eu nem sei fala como é que esse grupo nosso, se é FETAGRI, se é CUT, não sei o que é que é. Hoje eu acho que é FETAGRI. Acho que quando entro lá era da CUT, né? Depois saiu bastante gente com um rolo que deu lá com um gado, não sei se você sabe? (LURDES, Entrevista, 20.07.2006).

Embora a estruturação dos acampamentos sob a mediação da CUT e da FETAGRI seja menos complexa, existem também regras bem definidas. Apenas no acampamento Laguna Peru tive acesso a um Regimento Interno escrito, embora estivesse

no sindicato e não no acampamento, o que não descarta que os artigos ali textualizados sejam na prática de conhecimento de todos. Segundo consta no próprio Regimento, ele teria sido elaborado com a participação da maioria dos acampados. Composto por doze artigos, o documento se define como uma forma de regular os direitos e deveres dos acampados para que todos vivam em harmonia, paz e esperança. Um dos pontos mais frisados é com relação aos atos que dão margem à expulsão do acampado, que pode ocorrer de três formas, as quais resumidamente são:

a) Expulsão sumária com encaminhamento à justiça pública caso sejam pegos com droga de qualquer espécie para uso ou comercialização; b) Expulsão após apuração dos fatos, em casos de furto, estupro, desrespeito à família, extorsão, ameaça, uso de arma, uso ou comércio de bebidas alcoólicas, atos que depõem contra a imagem do acampamento, caça de animais silvestres, prática de pedágios sem autorização dos líderes e sem objetivo e finalidade definida; c) Expulsão após ações reiteradas, para uso de equipamentos de som (rádio, TV) que provoque incômodos, qualquer atividade ou ação que perturbe os outros acampados, permitir que crianças andem sem roupas pelo acampamento, permanecer menos de 50% dos dias da semana fora do acampamento.

Além dessas, outras regras, como silêncio após às 22:00 horas, responsabilidade com animais, destino correto do lixo e construção de fossa, a responsabilidades dos acampados em denunciar irregularidades e as responsabilidades dos líderes e coordenadores em manter a ordem do acampamento, também estão textualizadas no Regimento.

O que se percebe, porém, nesses longos períodos de luta, é que a forma de imposição dessas regras vai sendo diluída e amenizada, já que o grupo, com o tempo vai apreendendo essas normas. Os que não se adéquam a elas deixam o acampamento ainda no início, não só com a temida expulsão, mas pela própria discordância com o que é ali imposto e/ou acordado. Algumas regras, no entanto, são neste percurso suprimidas ou relativizadas, como é o caso da bebida alcoólica, que se não utilizada de forma a causar transtorno é aceita por todos.

Com o tempo, no acampamento Laguna Peru, todo tipo de organização interna fora suprimida. Dona Eleonora, ao ser indagada se existia algum tipo de coordenação no acampamento, responde que era tudo feito por eles quando necessário, sem ninguém para *vigiar ou fiscalizar*: “mais é entre nós mesmo aqui, nós num tem um mandano no outro, tudo é igual, né?”. O senhor Tadeu também destaca a forma com que o longo período naquele espaço lhes imprimiu um modo de vida que dispensa maiores organizações:

Sim é um grupo só porque...porque é tudo gente assim de, de velho já, lá então num necessita de grupo né? Porque grupo vem criando problema pra... então lá todo mundo sabe o que quer, então num dá problema é as mesma coisa né? Então é,é..é eu digo assim que é um acampamento até bom porque todo mundo trabalha, lá quase não fica ninguém durante cedo, durante o dia né? A tarde tão lá, mais durante o dia, também é que todo mundo sai cedo né? volta tarde, todo mundo trabalha (TADEU, Entrevista, 11.10.2006).

Para a organização do acampamento se manteve apenas a figura do coordenador, que entre outras funções, além daquelas por ele enunciadas abaixo, está a luta, juntamente com o sindicato, por uma área com possibilidade de assentar aquelas famílias:

O coordenador é pra organiza as família, né? Organiza num deixa, num deixa é...nada errado. Bom , nada errado... sempre tem errado né? Mais os principal né? É ladrão, é pinga, é maconha, droga, esses tipo de coisa, e sem briga também né? Organizar cesta básica no final do mês, esse tipo de coisa assim né? (TADEU, Entrevista, 11.10.2006).

Como fala Tadeu, a tentativa em não deixar nada de errado dentro do acampamento é em vão, até mesmo porque essa concepção do que é errado e do que é correto é bastante flexível e muito variada; existe no entanto, o que é permitido, o que é tolerado e o que é abominável naquele espaço. Tudo isso é muito relativo, quer seja com relação às posições ideológicas dos mediadores, quer seja com relação à própria convivência do grupo; daquilo que se habituou, daquilo que é necessário, daquilo que se *naturalizou*. As ações elencadas por Tadeu como *principais* talvez sejam mesmo um consenso entre todos os grupos em relação a ações inaceitáveis naquele espaço.

O artigo do Regimento Interno do acampamento Laguna Perú, que previa a expulsão de acampados que permanecessem menos da metade da semana dentro do acampamento, servia de alerta para que cada sujeito cuidasse de seu barraco, estivesse sempre atento aos acontecimentos, mantivesse os coordenadores avisados sobre seus deslocamentos, mas na prática, provavelmente ele nunca tenha sido levado a cabo.

Em relação a obrigatoriedade de ficar ou não acampado, pude constatar, por meio de entrevista a um coordenador estadual de cada mediador, o seguinte:

FETAGRI: Disseram não haver nenhum tipo de objeção quanto a não morar no barraco, desde que as lideranças fossem comunicadas e tivessem uma forma de contato para quando necessário (reuniões, visita do INCRA etc). Só fica acampado quem não tem nenhum trabalho e nem casa para morar. Posição que se confirmou nas visitas aos acampamentos.

CUT e MST: Os dois mediadores deram respostas parecidas. Disseram exigir pelo menos 50% das famílias acampadas e as outras devem fazer *visitas* periódicas (todo final de semana ou quando possível). O acampado deve informar à coordenação seu local de

trabalho e deixar um contato, além de, impreterivelmente, ter que participar das principais atividades do acampamento (assembléias, mobilizações etc).

Mas essas posições no decorrer da luta são variáveis. É certo que existe maior aceitação, como é o caso da FETAGRI, menos tolerância, como no caso do MST, que incentiva a *mudança* real ao acampamento; mas existe também flexibilidade. Só mora no barraco anos e anos a fio, quem se desfez do antigo lar ao longo do tempo de luta, quem vive aquele espaço como a última saída possível, quem levou toda família e perdeu antigas referências.

É conhecida, também, embora negada e até repudiada pelos mediadores, a prática de pagamento para que outros cuidem do barraco e garanta seu lugar na luta, enquanto ele se dedica a outras atividades. É uma prática que apresenta um contra-senso e suscita automaticamente algumas questões: Quem se dispõe a viver acampado em barraco de lona, à margem de rodovias, por uma quantia que varia entre R\$ 60,00 e R\$ 100,00 para garantir terra a outro sujeito? Qual a condição social em que vive o sujeito que se dispõe a tal tarefa?

Essas atitudes não são só repudiadas pelos mediadores, sobretudo pelo MST que tentam coibir essa prática, mas também pelos próprios acampados que se sentem injustiçados por terem lutado e beneficiado quem não lutou, como dizem alguns acampados:

Enquanto uns se ferra aqui em baixo os outro fica na boa, a gente fica aqui segurando as ponta pros outro (LUCA, Entrevista, 11.10.2006).

Então, tem hora que eu fico parado pensano assim: tanto que a gente sofreu debaixo da lona, que serviu de uma lição pra nós memo. Por que... o que nós sofreu o outro não sofreu nada. Ta beneficiado daquilo que nós sofreu, sabe?. Então, tem muita gente aqui que não ficou um dia debaixo da lona e tem o lote, pego lote aí. O INCRA foi e dividiu, diminuiu o nosso lote pra dá pra outro (JOÃO, Entrevista, 20.07.2006).

No acampamento Mambaré, do qual fez parte seu João, poucas pessoas realmente passaram a morar nos barracos, algumas visitavam-no quando podiam e outras raramente apareciam. Os “que não sofreram nada”, como disse seu João, por ocasião da efetivação do assentamento, são facilmente identificados pelos assentados que sempre estiveram presentes na luta. Esses sujeitos que *parecem pegar carona* na luta dos outros não são bem vistos e são sempre lembrados como tais; embora haja relação de vizinhança e amizade, no momento em que o período de luta vem à memória, esses sujeitos são vistos como oportunistas e beneficiários da conquista alheia.

O sofrimento talvez seja a maior tristeza guardada na memória dos sem-terra sobre esse espaço/tempo de acampamento, por isso emerge um sentimento de indignação em relação àqueles que não lutaram, não participaram das dificuldades cotidianas, não enfrentaram o sol, o frio, as chuvas embaixo do barraco, não se dispuseram a parar carros na rodovia em dia de mobilização e não vivenciaram os sofrimentos daquele espaço. Esse sentimento não está só relacionado aos que se dispõem a pagar para alguém cuidar de sua vaga, já que esses, como pude perceber, são os primeiros que desistem, não suportam a demora e a incerteza da conquista e dificilmente chegam a conquistar um lote de terras; mas está relacionado também àqueles que dificilmente aparecem, estão sempre ausentes, esquivam-se das responsabilidades e só se fazem presentes em dias indispensáveis (assembléias, sorteios, distribuição de cestas ou quando são chamados).

No acampamento do MST, embora também existam sujeitos que não permanecem acampados, existe uma postura do Movimento em incentivar a luta sob o barraco e com a família toda, daí a imposição de só ir para o sorteio dos lotes quem estiver *organizado*; estar organizado, no entanto, não significa estar acampado, morando sob o barraco, mas também não permite que o sujeito reivindicante da terra se distancie e fique alheio à luta travada naquele espaço.

No acampamento Laguna Peru, a maioria dos barracos era habitada por apenas um membro da família, geralmente o homem, que partia para a luta e preservava a casa na cidade. Poucas famílias, como a família de dona Eleonora, se mudaram para os barracos.

O morar ou não no barraco está ligado também, além de questões de desconforto e insegurança, à necessidade de sobrevivência. Muitos realizam trabalhos diários em fazendas da região, trabalho temporário em plantação de cana-de-açúcar para usinas, mas também têm aqueles (de forma diminuta) contratados com trabalho regular em fazendas, no comércio e em outras atividades, o quê dificulta uma vida toda debaixo da lona. Existem ainda pessoas já aposentadas, filhos de assentados e aqueles que decidem pela vida no barraco e dali se destinam aos trabalhos diários em fazendas vizinhas. Esses trabalhos podem acontecer de forma individual ou por meio de uma espécie de *cooperativa de trabalho*, como as formadas nos acampamentos do MST.

O estar ou não acampado também determina a contribuição para com a organização mediadora. Nos acampamentos da CUT e da FETAGRI verifiquei existência de uma contribuição no valor de R\$ 2,00 por família acampada e aos que não permanecem no acampamento, conhecidos como *andorinhas*, cabe uma contribuição no valor de R\$ 50,00. Em ambos os casos, existe ainda a contribuição sindical, haja vista haver um

trabalho de filiação desses sujeitos aos sindicatos rurais municipais, muito embora a contribuição sindical seja efetuada por um número bastante reduzido de acampados.

Somente no grupo do MST não foi identificada distinção na contribuição. Existe uma contribuição mensal no valor de R\$ 5,00 e uma porcentagem de 20% recolhida dos trabalhos realizados pela *cooperativa de trabalho* existente no acampamento. Outra forma de arrecadação, somente presente no acampamento do MST, é o comércio, uma vez que dentro do acampamento existe uma espécie de mercado. Marcio explica o que é e como funciona essa forma de arrecadação:

Em cada acampamento tem um mercadinho, lá um mercado que é o... que é do acampamento, não tem individual. Você não pode ter um butequinho lá seu. Tem um só, que serve... a renda é dividido, 30% fica lá no acampamento, 30% pra região, pras atividades regionais, 30% pra estadual (aqui pra nós), e 10% pra nacional. Essa é a renda do mercado (MARCIO, Entrevista, 23.09.2005).

Segundo Marcio, essa é uma forma de custear despesas de transporte e alimentação em dias de mobilizações e cursos de formação, além dos descolamentos de lideranças para negociações:

Só que a imprensa quando pega isso já começa a questionar: Há, mais cobra! Todo mundo que participa de uma sociedade paga, se você é filiado no PT você paga, você é filiado no sindicato você paga, você vai na Igreja você paga. Então tem que pagar... não é pagar... você tem que contribuir, por que o movimento é teu, é das pessoas, é da organização (MARCIO, Entrevista, 23.09.2005).

Outra questão também presente nesse espaço são os trabalhos políticos. Esses grupos têm bastante claro quais são os políticos (deputados, vereadores e prefeitos) que reconhecem a legitimidade da luta, que podem recorrer quando necessário, assim realmente fazem sempre que possível e/ou necessário, esse apoio, em geral, é buscado para interceder junto ao INCRA para vistoria de áreas; junto ao governo estadual para liberação de recurso financeiro e alimentação; aos prefeitos e vereadores para transporte, atendimento médico e escolar, entre outras necessidades.

Essa necessidade de apoio político, no entanto, é sempre retribuída em momentos de campanha eleitoral, quando as lideranças do acampamento definem seus candidatos e passam a fazer campanha política entre os acampados. Se existe discordância em relação a determinados nomes, elas são reprimidas, guardadas para si, tendo em vista uma possível represália e a necessidade de chegar ao assentamento.

Nas formas explícitas de manifestações políticas, o Partido dos Trabalhadores é quase unanimidade; bandeiras, bonés, camisetas, adesivos são símbolos facilmente

identificados naquele meio, assim como a imagem do então presidente Lula nas paredes dos barracos. Historicamente, as imagens dos movimentos sociais e do PT estiveram associadas, e ainda hoje o Partido é o que melhor representa os princípios ideológicos dos movimentos, muito embora não seja uma unanimidade entre os acampados.

Entre os casos analisados, existiram pessoas acampadas e lideranças que se elegeram a cargos como vereadores e até prefeitos, além de secretários e cargos de confiança dentro do poder legislativo e executivo municipal. Foram identificadas pessoas que participaram dessas mobilizações exercendo cargo de secretário de Meio Ambiente em Mundo Novo, secretário de Orçamento Participativo em Itaquiraí, vereadores em Eldorado, além do atual prefeito de Mundo Novo, Humberto Carlos Amaduce, militante que participou da organização do acampamento Oito de Março.

Entre as relações de poder estabelecidas no espaço/tempo do acampamento não se pode deixar de mencionar a questão feminina. Como já citado, a presença da mulher é mais significativa nos acampamentos do MST, mas isso não significa que elas não tenham sua participação nos acampamentos dos outros mediadores.

A mulher responde nesse espaço como mãe, esposa, trabalhadora e busca construir um espaço para manifestar sua faceta militante, que *fala*, que tem idéias e preferências, que pode contribuir com a luta e que quer ser ouvida. O acampamento do MST analisado, que foi denominado como Oito de Março, por ter a primeira ocupação ocorrido neste dia, de forma proposital, é uma forma de manifestação do MST com relação a postura que mantêm de defender e incentivar a participação feminina na luta. A escolha do dia da ocupação fora feita por uma das mulheres integrantes da liderança do Movimento, mulher que sabe a força que carrega e que lembra emocionada da imposição em efetivar a ocupação nesse dia:

Então nós tava na reunião em Campo Grande, eu me lembro como hoje aí o pessoal. O povo tá organizado, e aí, vamos fazer a ocupação ou não vamos? E o dia? Aí eu me inscrevi. Eu falei: “Eu quero falar. Eu me proponho” – já tinha olhado na agenda do Movimento o dia – “eu me proponho que seja o oito de março. Porque o oito de março é o dia Internacional das mulheres. Para nós é um desafio”. Inclusive nós tava num punhado de mulheres ajudando na ocupação. E que tava ajudando também que é quase meio a meio. Que tanto por cento de homem, tanto por cento de mulher tem que tá na organicidade, né? Nas atividades do movimento. Aí eu falei: “tem que ser, porque quer ou não um dia internacional, e as mulheres não sabem direito que elas têm, e que a gente pode tá aprofundando isso, e trabalhamos essa questão”. E a maioria das mulheres acha que o trabalho das mulheres é só lavar e passar e cuidar da criança. É não é! A mulher tem o mesmo direito do homem, agora depende se ela sabe aproveitar e sabe descobrir os direitos que ela tem pra correr atrás (LEONICE, Entrevista, 14.12.2005).

A fala de Nice é típica do ideal cunhado pelo discurso do Movimento de direitos iguais entre gêneros, da necessidade de participação feminina, da distribuição de cargos de liderança e de coordenação para mulheres, de *conscientizar* a mulher de seu poder. Posição essa, que nem sempre pode ser visualizado na prática, assunto discutido por Silva em *Homens e Mulheres em Movimento*:

É evidente que o número de mulheres que ocupam posições de liderança, assim como aquelas que tomam parte de negociações mais expressivas do Movimento, é realmente pequeno, pois no MST essas posições ainda carregam fortes imagens do masculino. A própria formação de liderança é feita nessa perspectiva: dirigida aos homens, pois as mulheres que possuem essa posição, na maior parte das vezes, dedicam-se a discutir e solucionar problemas relativos às mulheres [...] (2004, p. 100-101).

Não era dessa prerrogativa (de falar de mulher para mulher) que Nice gozava no momento em que, com o restante do grupo, decidiu a data da maior ocupação de terras do Estado, mas era com essa intenção que se fez ouvir e se impor em relação ao dia emblemático que propunha. Sem análises mais profundas do discurso mediador, e voltando o olhar às práticas cotidianas da alma feminina e às redes de poder existentes no espaço/tempo do acampamento com relação aos gêneros, vê-se que esses sujeitos – homens e mulheres – “estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação” (Foucault, 1979, p. 183), muito embora não se possa negar a imposição do poder masculino sobre os saberes femininos.

Dona Leonice, que ajudou na efetivação do acampamento, Dona Edinéia, que decidiu partir à luta e levou a família mesmo contrariada, dona Neuza, que incentivava o marido, e dona Lurdes, que segura as pontas em casa enquanto o marido vive no acampamento, são alguns exemplos de como as mulheres cumprem papéis indispensáveis à manutenção da luta. Mesmo sofrendo com a ociosidade da vida sob o barraco de lona, dona Neuza era quem “dava força” ao marido para viverem aquela luta cotidiana:

Antônio: Ela que dava mais força pra mim.

Neuza: Eu que dava mais força. Só num gostava que era quente a lona, né? E num tinha nada, a gente ficava lá dentro, sentava lá, tinha que fica pro lado de fora... (ANTÔNIO e NEUZA, Entrevista, 11.10.2006).

A luta não se faz só com homens, mesmo nas mobilizações em que elas são minorias, como no acampamento Laguna Peru e Mambaré. Da mesma forma que o discurso da igualdade presente no MST e o número expressivo de mulheres, inclusive entre

lideranças e coordenações, não desbancam relações hierárquicas de gênero e a imposição do poder masculino que perpetua na sociedade.

O que se pode inferir nesse espaço/tempo do acampamento, tratando-se do exercício de poder para regulamentar a ordem social, é que ele não está isento de ser deslegitimado e questionado, o que, no entanto, não concede aos acampados o direito de imposição ou *desrespeito* a determinadas regras.

Existe, em alguns momentos e situações, uma forma de coibição, que reprime, que impõe, que não autoriza críticas a fim de evitar uma *rachadura* no grupo. O exercício coercitivo do poder ali estabelecido se assemelha às situações vivenciadas, por exemplo, nas relações trabalhistas e até mesmo de proprietário/inquilino. E são essas as situações que levam, muitas vezes, à indignação e aos questionamentos e produz desistências e expulsões. A iminência da expulsão, associada à falta de referências regressas e a perspectiva de chegar a terra leva muitos desses sujeitos a vivenciarem o que Farias (2002, p. 140) chamou de uma situação de *deferência* em relação às regras impostas nesse espaço/tempo de conflitos.

4.4 A visibilidade das lonas pretas e a persistência da luta

...tudo por causa de mobilização que a gente fez para conquista da terra, porque de mão beijada não se resolve nada (LEONICE, Entrevista, 14.12.2005).

Viver acampado requer estratégias de lutas que vão além das dificuldades cotidianas. O acampamento precisa ser visto, notado, precisa incomodar, tomar a ofensiva da luta. Quando não há mais possibilidade de ocupação da área pleiteada, tendo em vista determinações judiciais e/ou acordos, esses processos de lutas precisam se revigorar, ganhar força e visibilidade. Um acampamento por si só, restrito a um espaço geográfico, sem uma equipe de negociação, sem se fazer enxargar, sem mostrar à sociedade e ao

governo sua bandeira de luta e suas reivindicações, não resulta em nada, em nenhuma conquista. É nesse sentido que os atos públicos (mobilizações, manifestações, obstruções de rodovias, passeatas, abaixo assinados etc.) são usados como estratégias de lutas de modo a atingir a sociedade e pressionar o governo.

Outra forma de tomar a ofensiva da luta e ganhar notoriedade são os abates de gado e os saques aos caminhões, as *recuperações de alimentos*, como é chamada pelo MST. Essas são formas mais agressivas de manifestações e ocorrem em momentos de maiores dificuldades.

Essas manifestações podem ser vistas não como ação, como ocorre os atos públicos, mas como reação; reação à períodos de racionamento de alimentação, atrasos ou suspensão de fornecimento de alimentos ou mesmo pelo descumprimento de acordos por parte do governo.

Os pedágios, por sua vez, que também são recursos utilizados por mobilização de luta pela terra, decorre, na maioria dos casos, para suprir necessidades básicas e imediatas do próprio acampamento, como lonas, remédios, alimentação ou mesmo para arrecadar dinheiro para custear despesas com transportes para efetivação de protestos e mobilizações.

Farias define essas etapas da luta como um estado de *rebeldia em contraposição ao sofrimento e à anomia*:

[...] “diante de um grande número de acontecimentos súbitos e inesperados, as famílias procuram um sentido para a vida e para essa nova situação. Sendo assim, várias manifestações se entrecruzam: rebeldia – festa – sofrimentos/desistência” (2002, p. 124).

Essa *rebeldia* é evidenciada nos casos analisados pelos pedágios, pelos abates de gado e pela reocupação da área em todos os acampamentos, as outras formas de luta, no entanto, ficaram restrita ao acampamento Oito de Março.

Praticados para suprir uma carência imediata, os abates tomaram uma conotação específica no acampamento Laguna Peru. No ano de 2001, quando estava sob a mediação da CUT, quatro acampados foram presos acusados de furtar o gado da fazenda, matar e vender a carne; esses fatos ainda aconteceram em concomitância à anulação do Decreto Presidencial que desapropriava a fazenda, o que causou muitas controversas. Nesse sentido, dona Lurdes se recorda dos boatos que corriam quando ficou definido que não seriam assentados nessa propriedade: “Depois falaro que a gente ia perde a fazenda porque o povo tava matando boi. E esse povo que matou boi foram embora, e os outro pago o pato” (LURDES, Entrevista, 20.07.2006).

O abate de gado nesse acampamento tendo um sentido bastante negativo e ficou associado à perda da área. As famílias negam participação e os quatro acampados presos, assim como os mediadores, deixaram o acampamento, o que provocou nesses trabalhadores a sensação de estarem “pagando o pato”, como se diz na expressão popular, por ações que não cometeram:

Depois saiu bastante gente com um rolo que deu lá com um gado, não sei se você sabe? O povo lá matava o gado lá, fazia festa e comia tudo, só que os do acampamento mesmo era muito pouco que comia carne boa. Ficava mais era pra eles. **Pra quem?** Pra eles lá né? *Eu não vo fala pra você que eu sei que ta gravando.* Tinha gente de fora que vinha manda faze isso, chegava lá dava orde e eles pregava o pau (LURDES, Entrevista, 20.07.2006).

Além da associação desse fato à perda da área, o abate de bois também acarretou uma mudança de medição, o acampamento que era organizado pela CUT, passou a receber o apoio da FETAGRI. Muitas pessoas saíram, os novos organizadores passaram a direcionar as lutas do acampamento de forma diferente do que vinha acontecendo, já que as medidas adotadas até então tinham tomado conotação de marginalidade entre os próprios acampados.

Dona Lurdes comenta os fatos e evita falar os nomes das lideranças, temendo uma retaliação. Durante as gravações é comum a prática de evitar citar nomes e falar de assuntos que são para eles mais delicados, mesmo que em conversas informais isso já tenha ficado esclarecido. O *registro* das falas amedronta e as ressalvas evidenciam uma prática vista como ilegítima por aqueles sujeitos, ou mesmo histórias não totalmente esclarecidas.

Depois de perderem a área, passaram pelo difícil episódio da matança dos bois e de mudarem de mediadores (entre o anos de 2001 e 2002), os acampados do Laguna Peru (os que resistiram e os que se agregaram depois) ainda permaneceram naquele espaço, alternando entre a ocupação da fazenda e o acampamento à margem da rodovia até meados de 2007. Sem alternativa “ficamo quatro, cinco ano ali sem área, sem destino pra nada” (TADEU, Entrevista, 11.10.2006).

“*Sem destino*” e com receio de serem retaliados por ações mais agressivas de enfrentamento e reivindicações, esse grupo limitou-se a reocupar a propriedade em questão como única forma de chamar atenção dos poderes públicos e da sociedade para o problema social que enfrentavam. E assim o fizeram em novembro de 2003, quando reocuparam a fazenda Laguna Peru e lá permaneceram por aproximadamente um ano, mesmo reconhecendo que não havia mais meios de desapropriar a área.

Em reunião extraordinária da Ouvidoria Agrária do Estado, agendada exclusivamente para resolver o impasse, as lideranças do acampamento teriam reivindicado que: “Coloque uma área de terra para os mesmos, pois os mesmos não têm interesse na referida fazenda, até por que, por previsão legal, ela não pode ser objeto de desapropriação”.

E assim justificaram a reocupação da propriedade:

A promessa do senhor Joatam do IDATERRA, consistiu em arrumar áreas de terra para os acampados, os acampados aceitaram e retiraram-se da área ocupada; transcorrido todo o lapso temporal, nenhuma providencia foi tomada a solucionar o problema dos mesmos. Desta forma voltaram a ocupar a área sem, contudo, provocarem danos à fazenda⁴³.

O grupo que assumiu a coordenação do acampamento após a perda da área e troca do órgão mediador, passou a ver com ressalvas as ações de lutas e reivindicações mais agressivas. “Pra não dar problema pra ninguém”, como disse o senhor Tadeu, decidiram não mais tomar medidas ofensivas que pudessem causar retaliação e desconforto aos acampados. Nesse sentido, um dos acampados que assumiu a coordenação após a troca de lideranças, comenta como “vão organizando” o acampamento sem precisar fazer esse “tipo de coisa”:

Algumas vezes no inicio, os outros... os outros coordenadores fizeram pedágio sim. Fizeram os pedágio lá, outro *tipo de coisa* né? Quando faltava cesta ou alguma coisa parecida. Mas depois... depois que a gente começo a organizar nunca mais a gente fez pedágio e nem abate, é... a gente vai organizando né? Então, não da problema pra ninguém (TADEU, Entrevista, 11.10.2006).

Mas nem sempre essas ações recebem conotação tão negativa dentro dos grupos de acampados. Devido à experiência vivida nesse acampamento, os pedágios e, sobretudo, os abates de bois acabaram sendo criminalizados pelos próprios sem-terra, ao ponto de negarem participação. Em outras mobilizações, no entanto, as recuperações de alimentos e o abate de animais da fazenda pleiteada, e em alguns casos de fazendas vizinhas, foram ações que partiram de problemas bastante evidentes e imediatistas, que não poderiam esperar a letargia e a burocracia dos serviços prestados pelo poder público. Esses fatos garantem a legitimidade de ações que em outros momentos poderiam negar os referenciais e valores desses sujeitos.

Valendo-se do conceito de “economia moral”, Thompson relativiza o que seriam práticas legítimas e ilegítimas dentro de determinados grupos. Tomando como base a sociedade inglesa do século XVIII, o autor analisa que o desrespeito a pressupostos morais, assim como a privação, levava a uma ação direta, o que considerado em conjunto

⁴³ Ata da reunião extraordinária da Ouvidoria Agrária do Estado de Mato Grosso do Sul, realizada em 19.01.2004.

poderia ser vista como uma “economia moral dos pobres” (1998, p. 152). Nesse sentido, o ato de abater alguns bois, entre tantos pelo pasto, para saciar a fome e assim questionar a situação de miséria na qual se encontravam, estava naquele momento pautada sobre na privação.

No acampamento Mambaré foram feitos abates de bois por três vezes. O senhor João narra a forma com que faziam a ação em momentos que o fornecimento de cestas básicas era suspenso ou sofriam atrasos:

O abate de boi foi feito umas duas, três vez, foi quando o INCRA num tava liberano a cesta, né? Aí foi feito modo do povo te uma ajuda no barraco, de uma carne, alguma coisa. Ninguém podia comprar. Isso aí foi feito, mesmo [...] pegava, atirava, ou pegava no laço mesmo e... aí a gente pegava, tirava o coró do bicho e trazia embora, né? (JOÃO, Entrevista, 20.07.2006).

Já no acampamento Oito de Março vários abates de bois foram registrados e ganharam repercussão na imprensa. O acampamento chegou a abrigar 7.000 pessoas e o fornecimento de alimentos sofreu atraso por diversas vezes, o que *obrigava* aquele grupo a buscar outras saídas possíveis para se manter na luta. Um dos momentos mais marcantes entre esses acontecimentos foi um abate feito nas vésperas do natal para saciar a fome e fazer lembrar a sociedade o verdadeiro sentido cristão da data. Foram abatidos em torno de quarenta animais de uma fazenda vizinha ao acampamento. Dona Edinéia, ao ser indagada sobre os abates de bois, lembra assustada que chegou até a sair uma imagem sua na imprensa, no momento que ainda estava no pasto ajudando na partilha da carne:

Ai Jesus, pior que eu participei! Eu saí até no jornal minha fia! Eu tava junto no meio do pasto, eu num nego porque eu tava. Foi bem na véspera do natal, num tinha carne ué! Num tinha nada não naquele tempo (EDINÉIA, Entrevista, 14.12.2005).

Nota-se, porém, que os abates são as últimas estratégias para se manter na luta e revelam momentos de extrema carência, tendo como a fome sua expressão mais cruel.

Ao direcionarem-se para a ocupação, esses sujeitos carregam consigo, sob orientação das lideranças, alimentação suficiente para pelo menos 15 dias. Depois disso há os que conseguem fazer alguma atividade, trabalhar em fazendas vizinhas ou casos em que um só membro da família vai para o barraco e outro se mantém no trabalho, assim os acampados ainda conseguem alimentação básica para sobreviver. Muitos, no entanto, dependiam da solidariedade dos próprios acampados ou da colaboração do Movimento.

Os medicamentos e alimentos levados pelos acampados e os fornecidos pela base do MST ao acampamento Oito de Março duraram pouco mais de dez dias. Segundo o jornal *O Progresso* “as crianças são as que mais padecem. De pés no chão a ao relento do

sol, ou debaixo das lonas pretas e quentes, elas estão sofrendo sérios problemas de saúde. A gripe é a principal doença...” (20.03.1997, p. 8).

Vivendo em uma situação limite, com sérios problemas de subsistência, a coordenação do acampamento concordou em barganhar a desocupação da área por alimentos aos acampados, o que segundo os coordenadores não foi cumprido: “Ce sabe, que os cara faz um puta de um acordo, mas é só no papel, cumpri que é bom... Prometero alimentação, prometero lona, prometero fazer vistoria na fazenda, e nada” (LEONICE, Entrevista, 14.12.2005).

Tendo em vista o momento de carências que enfrentavam e para exigir o cumprimento do acordo pelo governo do Estado, os acampados saquearam dois caminhões com alimentos no dia 30.04.1997, na BR-163, próximo ao acampamento. Alguns caminhões foram interceptados com uma barreira humana na rodovia, uns foram liberados por transportarem produtos considerados naquele momento como supérfluos, dois, no entanto, um que transportava arroz e um de frangos congelados, foram desviados a uma estrada de terra próxima, os produtos foram levados pelos acampados e os veículos e os motoristas liberados em seguida.

Na imagem a seguir, que registra esse momento, alguns acampados estão sobre o caminhão fazendo a distribuição dos alimentos, o que acontece, como se pode inferir, sem maiores tumultos. A imagem tirada no momento do descarregamento registra os fardos de arroz sendo transportados pelos acampados, entre eles muitas mulheres e crianças. Uma guarnição da Polícia Civil esteve no local e apenas acompanhou a descarga.



Figura 16: Recuperação de alimentos no acampamento Oito de Março. Imagem cedida por Nice.

A imagem também evidencia uma prática comum no MST: o registro de suas ações com o intuito de evitar uma deturpação dos fatos.

É comum a degradação da imagem do Movimento e suas ações, sobretudo na imprensa, e também para fins judiciais. As fotos tiradas pelos coordenadores do acampamento, no momento em que ocorria o descarregamento da carga, são formas de se resguardarem e publicarem a passividade do ato, mesmo que não seja uma ação considerada legítima do ponto de vista jurídico.

Um dia antes dos saques, a imprensa foi chamada ao acampamento para que pudesse visualizar as condições de vida dos acampados, uma estratégia do Movimento a fim de esclarecer à sociedade da realidade vivida naquele espaço e assim diminuir o impacto que os saques poderiam produzir.

Nesse momento, o Programa de Segurança Alimentar⁴⁴ ainda não havia sido implantado e o fornecimento de alimentação aos acampados dependia da *solidariedade* do governo estadual. Essa assistência não era estabilizada e estava associada aos acordos, dependia de licitações, disponibilidade de verbas e recursos, o que acabava retardando, e em alguns casos suspendendo o envio de alimentos. Nesse sentido, uma das lideranças do acampamento comenta as recuperações e abates tendo como foco as privações a que os acampados estavam expostos:

Mesmo a questão da cesta básica ela é colocada que todo mês vai ter. A verdade é que muitas vezes o governo acaba não cumprindo isso, e aí o pessoal se obriga a fazer algumas ações desse tipo. É... teve uma época uma recuperação de alimentação, acho que foram em torno de cinquenta toneladas de arroz, o pessoal pego. Teve uma recuperação também de carne, teve um abate de gado, e teve uma vez que o pessoal acabou pegando carne de um caminhão, também na BR (ANTÔNIO B., Entrevista, 22.04.2006).

Essas ações corroboram uma situação limite da vida humana no espaço do acampamento. Elas foram também expressão de protestos e reivindicações, mas ocorreram, em especial, para matar a fome e suprir carências imediatas. Foi comum ouvir os acampados falarem de que depois de instituído o Programa de Segurança Alimentar essas ações/reações diminuíram, e que *“graças a Deus isso a gente não precisa mais”*.

Um foi no ano de 97, foi no final de 97, e o outro em 99. Depois daquele tempo em 99 até implantaram, se não me falha a memória um programa social, Segurança Alimentar, aí reduziu muito, nós num preciso fazer mais esses... Se era alimentação do básico aí nós pegava, se era outra coisa nós dexava passa. Nós só pegava o básico, arros, feijão, coisa básico. Se tivesse outra coisa no meio nós num mexia, porque se era pra saciar a fome era o básico, né. Deus ajuda que... nunca mais fizemo... Aí começo a adquirir a cesta e com uma

⁴⁴ O Programa de Segurança Alimentar de Mato Grosso do Sul foi instituído pelo Decreto nº 9.667, de 18 de outubro de 1999, pelo governador José Orcírio Miranda dos Santos e atendeu mensalmente com cestas básicas 60 mil famílias, entre comunidades indígenas, população urbana pobre e trabalhadores sem-terras, até dezembro de 2006.

ajudinha aí nois consegue se mantê, não tem mais esse nível de precisá fazê mais essa situação, nunca mais preciso. Até portanto que ajudo nois, mais por um lado atrapalho.... não é verdade? (DÉRCIO, Entrevista, 14.12.2005).

O senhor Dércio, que vivia no ato da entrevista há oito anos acampado, avalia os dois lados da situação limite em que precisaram chegar: *se por um lado ajudou*, matando a fome, saciando as necessidades imediatas e os mantendo na luta; *por outro lado atrapalhou*, causando-lhes uma imagem negativa, o que resultou em retaliações, instaurações de inquéritos policiais, processos judiciais e mesmo algumas prisões.

Ao conversar com o senhor João, que foi acampado no Mambaré, ele faz questão de dizer que ajudou nos pedágios, mas não pedia dinheiro, só segurava a corda: “Ajudei umas par de vez... Só que eu memo nunca pedi não, só segurava lá na corda, lá. Os outro pegavam e... tirava mais a mulher pra i lá, né? Eu só ajudava... (JOÃO, Entrevista, 20.07.2006).

O sentimento de vergonha revelado pelo senhor João dos momentos que tinham que pedir dinheiro na rodovia não é incomum. As desqualificações sofridas às margens das rodovias, principalmente nos momentos de protestos, quando de alguma forma causam desconforto aos motoristas como atrasos nas viagens e arrecadação de dinheiro, produzem-lhes um sentimento que os envergonhavam e os reprimiam. Nesses momentos, muitos desses trabalhadores experimentam a sensação de estarem corroborando a imagem de vagabundos, oportunistas, aproveitadores, invasores, que muitos lhes atribuem.

Dona Neuza diz que “detestava” quando tinha que ir para rodovia pedir dinheiro, esses momentos eram para ela mais difíceis do que a própria vida sob a lona. Os xingamentos e palavrões eram afrontas a uma vida de muito esforço e trabalho, cunhada sob forte princípio religioso. A vida no campo, com uma história de morada por vinte anos em uma fazenda no Paraguai, imprimiu em dona Neuza princípios de vida que não permitia-a aceitar ouvir tais desqualificações.

Outra coisa que eu não gostava muito era faze arrecadação na bera da BR, por que o povo xingava muito. Xingava as mulher de palavrão, os homem de vagabundo. Sabe, né? Aqueles que não queria da nenhum centavo, então em vês de fala: num tenho, num vo dá” e passasse, tudo bem, que ninguém obrigava, não, eles xingava as pessoa. Por isso que o que eu mais detestava era isso aí (NEUZA, Entrevista, 11.10.2006).

Seu esposo, o senhor Antônio, fez questão de afirmar que nunca saquearam nada de ninguém e que só mataram boi para fazer um pouco de pressão.

Como negação às desqualificações atribuídas, esses sujeitos criam referências que dão significado a essas ações. É um sentimento contraditório e ambíguo, mas que

garante simbolicamente a legitimidade das ações. Segundo Farias, “muitas concepções e regras em situação de anormalidade, como no acampamento, caem por terra, pois essas famílias passam por um momento de crise de concepção, visões de mundo, de ideologia e de valores” (2002, p. 128).

Esses momentos de enfrentamento, embora dramáticos, corroboram ao sentimento de conquista da terra em contraposição às doações. O fato de não receberem nada de “*mão beijada*” (como expressou dona Leonice), mas sim como recompensa a um doloroso processo de luta foi também evidenciado no trabalho de Souza, ao analisar grupos de luta por habitação na cidade de São Paulo: “Muitos fizeram questão de ressaltar que não ganharam nada de ‘mão beijada’, como se usa na expressão popular, isto é, sem fazer nada, por compaixão e bondade de alguém” (1995, p. 123).

O processo de luta para conquista da terra vivenciado por esses acampados também se contrapõe (ou reafirma por uma nova visão) ao jargão usado pelas classes dominantes para depreciar a luta pela terra, de que terra não se ganha, conquista-se.

Essas ações são vistas com mais legitimidade entre o grupo do MST, até mesmo pela postura do Movimento em ter um trabalho voltado para uma *conscientização* dos acampados.

Embora o acampamento Oito de Março tivesse vantagens nas negociações em relação aos outros acampamentos, tendo em vista o número de pessoas, os avanços também foram lentos. As promessas não efetivadas e os prazos não cumpridos por órgãos estatais traziam conseqüências que seriam irreparáveis sem medidas mais drásticas de enfrentamento. Nesse sentido, a coordenação se *obrigava* a partir para outras formas de cobrança e pressão para a manutenção daqueles homens, mulheres e crianças acampados:

As horas mais difícil que eu achava era isso né? A questão da situação da promessa que o governo, junto com o INCRA prometia, é... prometia mais não cumpria né? Então nessas horas aí que chegava o prazo determinado não cumpria e aí é hora que a gente via a crise apertada, aonde a gente tinha que fazer qualquer coisa, ou ia pro pasto busca boi tirando, tirando foto, chamando imprensa entendeu? Ou tã que ir pra estrada, ou tã que fazê uma, um pedágio pra pude... ir pra estrada fazê o saque... ou se não ia te que fazê pedágio pra podê pega dinheiro pra compra aí vinte, trinta, quarenta lata de leite ninho, pra pode distribui pra aquelas crianças que tava vendo que tava já... desnutrida (LEONICE, Entrevista, 14.12.2005).

Se os acampados aceitassem o descumprimento dos prazos e promessas passivamente, as negociações que já ocorriam com muitas dificuldades seriam ainda mais letárgicas. Dona Leonice, que chegou a responder por três processos judiciais em virtude das ações do acampamento, lembra que era muito difícil quando os prazos das negociações chegavam ao fim e não eram cumpridos, nesses momentos “era hora de se fazer alguma

coisa”: ou abater bois no pasto, ou chamar a imprensa, ou fazer pedágio, ou recuperar alimentos nas rodovias. Essas foram as estratégias usadas pelos acampados para matar a fome, exigir do governo propostas reais e expor à sociedade que eram cidadãos lutando contra a opressão e a fome.

Essas ações, no entanto, são reprováveis do ponto de vista legal e acabam resultando em processos e prisões. Entre os anos de 1998 e 1999 são constantes as publicações do MNP/MS (Movimento Nacional dos Produtores de Mato Grosso do Sul) em jornais do estado com críticas veementes a essas ações e a cobrança de que o poder público e a sociedade vissem as ações dos sem-terra pelo viés não só da imoralidade, mas também da ilegalidade, cobrando ações mais enérgicas do governo no combate às mobilizações e o cumprimento dos princípios constitucionais. Esquecem, no entanto, que esses sujeitos ao se imporem à miséria e à fome estão cobrando que seja garantido o princípio básico constitucional: o direito de exercerem sua cidadania.

Segundo Martins: “A ‘reforma agrária’ dos próprios trabalhadores defronta-se com a ordem estabelecida e perde”. O que vale mesmo é a concepção do Estado e os critérios de ordenação sociais previamente estabelecidos (2003, p. 51).

Na disparidade em relação aos ideais dos acampados e da ordem estatal, o senhor Lúcio tenta enumerar quantos processos judiciais os líderes do acampamento Oito de Março responderam:

E por isso algumas pessoas foram processadas, o Borborema acabou sendo condenado por prestação de serviço no fórum por um ano trabalho comunitário. Além disso teve outros processos, por abate de gado, teve, José Mauro (Pipoca), teve uns três ou quatro processos. Valdecir Padilha, que foi assassinado depois, também respondia uns três ou quatro processos. A Leonice Tiburcio, que hoje é assentada no assentamento Santa Rosa, respondeu três processos. Então teve vários processos (LUCIO, Entrevista, 09.10.2005).

A prisão de um dos líderes do acampamento, Antônio Alves de Lima, conhecido como Borborema, foi emblemática e desencadeou uma série de mobilizações. Desde o princípio do acampamento, Borborema já estava com mandado de prisão emitido pelo episódio de tomada das armas dos policiais. Em março de 1999, Borborema foi detido e por três dias os acampados se mobilizaram exigindo sua libertação. Os acampados formaram uma longa fileira de pessoas à margem da rodovia e permaneceram ajoelhados se revezando durante todo o dia. Segundo o jornal *O Progresso*, foram em torno de 2 km ocupados nas duas laterais da rodovia (20.03.1998). Sem nenhuma definição, cerca de duas mil pessoas se direcionaram até a delegacia da cidade de Naviraí para protestarem. Claudinéia, que atribuiu a prisão das lideranças ao fato do acampamento ter ficado

“manjado” pelas mobilizações e atos públicos, narra o sacrifício que fizeram ajoelhados na rodovia na tentativa de libertar Borborema:

Uma vez fiquei o dia inteiro na beira do asfalto, de joelho quando o Borborema tava preso. De protesto, por causa que a polícia não queria solta, né? Que o acampamento assim, fico muito manjado, né? Por causa de ocupação de fazenda... Aí eles não queria solta ele, a gente fico de cedo até três hora na beira do asfalto, de faze calo mesmo, naquele solão quente aqui na rodovia, só que é lá naquele trevo indo para Naviraí. No fim não resolveu nada, aí teve que ajunta o povo e i lá pra Naviraí, pra frente da delegacia (CLAUDINÉIA, Entrevista, 14.12.2005).

Com uma grande mobilização nas ruas de Naviraí e um protesto em frente à delegacia, Borborema foi libertado e o grupo saiu pelas ruas da cidade gritando *liberdade*. O delegado do caso, que declarou ter observado o ambiente tenso e entendeu ser necessário dar respostas às contínuas manifestações dos sem-terras, afirmou só ter liberado Borborema por ter recebido ordem do Judiciário (*O Progresso*, 25.03.1998). Nesse mesmo sentido, Borborema reforça não ter sido libertado somente em virtude da pressão feita acampados, mas sim por um bom trabalho jurídico exercido pelos advogados que conseguiram contratar devido à forte articulação política que mantinham no momento:

Cheguei se preso três dias só, o pessoal foi me tirá. Duas mil pessoa em Naviraí, foram lá e... Não é que me tiraram, é que na época fizeram uma grande pressão e... uns advogado bom. Nós tinha uma boa articulação política aqui na região, naquela época a Dorcelina era prefeita e Mundo Novo, tava dando um suporte bom no acampamento ali no início (ANTÔNIO B., Entrevista, 22.04.2006).

Farias ao analisar o acampamento Sul Bonito, à luz do conceito de “tradição anônima”, proposto por Thompson, observou como tudo naquele espaço é feito com sigilo, “de modo que os líderes das ações e manifestações são resguardados e dificilmente identificados, pois são protegidos por todo o grupo”. Quando ocorre uma prisão, o preso recebe apoio dos acampados que vai da pressão, atos públicos, aparato jurídico até a depredação de órgãos públicos (2002, p. 124).

Nesse sentido, quando Claudinéia diz que o acampamento ficou *manjado*, não é apenas uma força de expressão, mas sim uma situação que ficou evidente em um processo de luta tão intenso como foi o Oito de Março, quando se quer a estratégia de preservar os nomes das lideranças pode ser mantida, o que acabou na prisão de alguns e indiciamento de muitos.

Em junho de 1998, a CUT aderiu ao processo de luta pela terra por meio dos acampamentos com uma seqüência de dez ocupações no estado. A iniciativa ocorreu, segundo declarações de representantes da Central, pelo fato de estarem à margem dos processos de negociação de terras. A partir de então, uma série de mobilizações marcou o

processo de luta pela terra mediada pela CUT no estado, principalmente com fechamento de rodovias, pedágios e ocupações.

Os anos de 1998 e 1999 foram períodos bastante agitados. Além da inserção da CUT na luta pela terra por meio dos acampamentos rurais, o momento foi de muitas mobilizações, atos públicos, passeatas e reivindicações, não só pelos trabalhadores sem-terra, mas também pelos proprietários rurais, sobretudo por intermédio do MNP/MS.

Em alguns momentos essas manifestações transcenderam a sociedade local para tentar atingir os poderes públicos mais diretamente, com protestos e ocupação do INCRA em Dourados e Campo Grande, ocupação do Ministério da fazenda em Campo Grande, etc. As manifestações também se estenderam aos núcleos urbanos, e é neles que as reivindicações ganham notoriedade, é o que o MST chama de: *a luta pelo campo na cidade*. Nas cidades, os sem-terras se fazem ser vistos, chamam por atenção e questionam a realidade social estruturada na desigualdade e na opressão. Entre atos públicos, como as caminhadas, vigílias e protestos, também se destacam a ocupação e até mesmo depredação de prédios público.

Farias, ao analisar a ocupação de uma praça por um grupo de sem-terras, evidencia um choque cultural pelo fato da ação quebrar a representação de *harmonia* atribuída àquele espaço. Os trabalhadores sem-terra contradizem a ordem das coisas quando ocupam um espaço que representativamente não os pertence. Nesse sentido, monta-se um *teatro e contra teatro*; o *teatro* de uma burguesia que estabelece uma norma, e a torna legítima, e o *contra teatro* das classes populares que resistem à dominação e roubam a cena: “Assim, monta-se a mise-em-acéne da dominação e da contradominação: teatro e contrateatro, como lembra THOMPSON” (1997, p. 119).

Essas manifestações ocorrem não só pela luta por um pedaço de chão e pela reivindicação por um lote de terras, mas ela ocorre também por uma luta travada pelo direito de se manterem acampados. Quando a permanência naquele espaço lhe é negada; quer seja por determinações judiciais ou políticas, quer seja pela falta de artigos básicos, como lona, alimentação, transporte e educação; ações como pedágios, fechamento de rodovias, abates de bois ou saques de alimentos são as estratégias possíveis.

Em março de 1998 uma grande mobilização foi articulada pelos órgãos mediadoras da luta pela terra. Pessoas que estavam acampadas de várias regiões do estado, inclusive um grande número de sem-terras do acampamento Oito de Março, direcionaram-se a Campo Grande, onde permaneceram por diversos dias e com uma agenda de mobilizações repleta. Em pauta estava à expectativa pela negociação de cerca de 1.100

lotes de terras de nove fazendas que iriam ser desapropriadas, além de questões como alimentação aos acampados e créditos a trabalhadores já assentados (*O Progresso*, 25.03.1998).

No dia 16.03.1998 diversas manifestações de sem-terra foram evidenciadas em pontos diferenciados da cidade. Um grupo de aproximadamente 400 sem-terra, entre acampados do Oito de Março e assentados do Sul Bonito, fizeram a ocupação do Ministério da Fazenda. Em uma reação rápida, a polícia desocupou o prédio e deixou quatro feridos, entre eles o acampado Valdecir Padilha, que levou dez pontos na cabeça. A imagem a seguir, em que Valdecir Padilha aparece ferido, foi fotografada pelos acampados como forma de registrar a agressão sofrida:



Figura 17: Acampado ferido em dia de mobilização. Foto cedida por Cleuza.

Com uma capacidade surpreendente de mobilização, os acampados que se mantiveram no acampamento em Itaquiraí fecharam a rodovia BR-163, das 14:00 às 18:00 horas, para protestarem pelo acontecido em solidariedade aos companheiros agredidos em Campo Grande (*O Progresso*, 18.03.1998).

Cumprindo a agenda de lutas, alguns dias depois, em 24.03.1998, após reunião com a superintendência do INCRA, os sem-terras seguiram em caminhada pela cidade de Campo Grande rumo ao Hemosul, onde muitos doaram sangue, em uma manifestação de

solidariedade e civismo. A reação a essa organização foi rápida, no dia 27.03.1998, um ato público organizado pelo MNP/MS se instaurou em frente ao INCRA após uma carreata pela cidade de Campo Grande que partiu do Parque de Exposições.

A imagem a seguir é um registro dessa manifestação, uma grande fileira de carros circulou pela cidade com uma cavalaria à frente. Entre os cartazes que pediam *PAZ*, os manifestantes fizeram apelos aos companheiros para que “abrissem guerra contra o MST” que era formado por “guerrilheiros terroristas”. Os insultos também se estenderam ao INCRA, que foi qualificado como um “órgão corrupto, comandado pelos sem-terras e que já deveria ter sido extinto pelo governo federal” (*O Progresso*, 28/29.03.1998).



Figura 18: Mobilização do MNP na cidade de Campo Grande. Imagem veiculada no *Jornal O Progresso*, 28/29.03.1998.

No acampamento Oito de Março as manifestações foram constantes, entre elas as passeatas e os atos públicos na cidade de Dourados, sede do INCRA regional, e em Campo Grande, capital do estado; caminhada até a cidade de Naviraí, da qual Itaquiraí era comarca e na própria cidade de Itaquiraí com caminhadas, atos públicos e com a ocupação da prefeitura por duas vezes. Sobre as diversas manifestações que participaram, o Senhor Celso comenta que: “Nós era em bastante, tinha quase três mil famílias. Então nos ía... sempre ía três, quatro, cinco ônibus daqui, pra Campo Grande, cheinho... não cabia nem sentado, ia gente em pé” (Entrevista, 14.12.2005).

Essas manifestações trazem uma *linguagem simbólica*, que confronta o *teatro* previamente estabelecido e exige o lugar desses sujeitos na *ordem* das coisas. Esses foram

os caminhos percorridos pelos acampados do Oito de Março: com inúmeras manifestações que organizaram, com passeatas pela cidade de Itaquiraí (como na imagem a seguir) e com a ocupação da prefeitura – como já havia acontecido em outros acampamentos do MST no mesmo município, como o acampamento Sul Bonito.



Figura 19: Mobilização dos acampados do Oito de Março na cidade de Itaquiraí. Foto cedida por Nair.

Pedir o apoio da sociedade e do poder público municipal eram as principais metas dessas passeatas. Homens, mulheres e crianças saíram às ruas com bandeiras e bonés do MST, alguns carregavam consigo instrumentos de trabalho que se tornou símbolo da luta pela terra, como as foices. Os trabalhadores que partiram de aproximadamente vinte municípios do estado, além de brasiguaios, passaram a depender exclusivamente do município de Itaquiraí para assuntos como saúde e educação, o que só foi atendido com muita negociação e protestos.

Na busca por apoio, o senhor Celso lembra que ficaram acampados em frente à prefeitura. Fizeram uma manifestação para buscar essa assistência e como não foram sequer atendidos pelo então prefeito, Renato Tonelli (PMDB), a saída foi acampar em frente à prefeitura e depois ocupá-la.

Nós ficamos lá no pátio da prefeitura para pressionar o prefeito. Reivindicava o... era... pra comida. Né? A cesta básica, e pra dá apoio pra gente. Se o prefeito desse apoio seria mais fácil. Mas ele não dava apoio, aí nós pegamos e acampamos em frente a prefeitura e ficamos lá (CELSO, Entrevista, 14.12.2005).

No início do mês de julho de 1999, quatro dias de mobilizações marcaram o protesto dos acampados do MST, na cidade de Dourados, contra a política de assentamento de presidente Fernando Henrique Cardoso e a redução dos recursos do PROCERA (Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária). Sob um frio rigoroso, os acampados se mantiveram na praça central da cidade por quatro dias e findaram os

protestos com um ato público no local. Em reportagem ao jornal *O Progresso*, um sem-terra, ao ser questionado do frio que estavam enfrentando naquele local, respondeu de forma emblemática: “Como você pensa que é nossa vida lá no acampamento? A situação aqui ou lá é a mesma” (*O Progresso*, 11.06.1999).

Ao se exporem na praça central, sob frio e neblina, esses acampados fizeram com que a sociedade visse de perto as dificuldades enfrentadas no acampamento. Com exceção do espaço, nada ali era novo, o frio sob as barracas, as limitações de higiene e o racionamento de alimentação faziam parte do cotidiano daqueles trabalhadores.

O senhor Celso, que participou das mobilizações, lembra que mal chegava a *parar* no acampamento, gostava de participar e acompanhava o grupo sempre que iria acontecer alguma mobilização. Para Farias, a participação dos acampados nas diversas ações do acampamento pode ser traduzida como uma forma de refúgio, que busca esconder a insatisfação, o medo e a violência diante de momentos de sofrimentos e incertezas (2002, p. 130).

Ainda que praticados como formas de refúgio, esses momentos são guardados com atenção especial na memória desses sujeitos e em muitos casos com orgulho. Marca um momento especial em que sua cidadania foi reafirmada, seu apelo foi ouvido (mesmo que não atendido); um momento em que ele buscou para si e para o grupo a afirmação como seres sociais capazes de se mobilizarem em busca de uma vida mais digna. É a não passividade, a capacidade de mobilização e a negação à anomia que são afirmados quando esses sujeitos se unem em protestos e reivindicações. É afirmação de sua autonomia.

Nem tudo, no entanto, são conflitos. As manifestações ocorrem também com aulas de civismo e solidariedade. Em dois momentos, pelo menos, registra-se a ação coletiva desse grupo para limpeza das cidades: uma em Mundo Novo, em 02.06.1997, e outra na cidade de Naviraí, em 05.05.1998.

Na cidade de Mundo Novo, uma parceria entre a prefeita Dorcelina Folador e o MST colocou 210 trabalhadores sem-terra nas ruas da cidade por uma semana para a limpar, recolher entulhos, podar árvores, plantar mudas, reformar calçadas e meios-fios (*O Progresso*, 03.06.1997). Em Naviraí, 120 trabalhadores participaram de um mutirão para a limpeza da cidade e revitalização de uma praça. Segundo os coordenadores, o trabalho era para retribuírem as ações do prefeito nas áreas de saúde e educação em relação aos acampados.

Ao analisar esses acampamentos pode-se inferir que tais manifestações são processos de resistência que garantiram a sobrevivência e a permanência na luta. Com mais ou menos intensidade é um processo presente em todas as mobilizações. Elas não asseguram, mas contribuem para o êxito da luta, em alguns casos acabam tomando

conotação bastante negativa, recebem a rejeição da sociedade, da imprensa e dos órgãos públicos, em outros, no entanto, é determinante à conquista da terra ou mesmo de um espaço de negociação. O que é uma forma clara de como as circunstâncias determinam a forma de vida e conduzem as ações cotidianas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as aulas da disciplina de História Regional, ouvi por algumas vezes, o professor Paulo Roberto Cimó Queiroz sabiamente dizer que: “um trabalho de pesquisa nunca acaba, somos nós que temos que estabelecer seu fim”, e é isso que faço neste momento.

Essa dissertação teve como objetivo conhecer um pouco mais os sujeitos da reforma agrária e os meandros do processo de luta pela terra. No decorrer da pesquisa, e mais especificamente na prática da textualização, foi possível perceber que construir uma história com toda aquela especificidade seria impossível. Nesse sentido, priorizei o que reconheci como aspectos mais importantes desse espaço/tempo, no entanto, não se trata de ato meramente arbitrário do ofício do historiador, embasei-me nos relatos ouvidos e na observação empírica desse processo, fundamentei-me nas referências de outros pesquisadores e em conceitos de disciplinas afins.

Embora não seja possível abarcar todo o universo de especificidade desse processo de luta, e reconhecendo que inúmeras outras interpretações possam ser feitas, espero ter contribuído, ainda que modestamente, ao conhecimento das experiências desses sujeitos, nesse e durante esse, espaço/tempo de lutas. Reconheço, também, ter suscitado, ao longo dessas páginas, muito mais indagações do que respostas. Ficaram no ar perguntas como: Para onde vão os que não suportam a espera? Quais são as impressões e avaliações dos que alcançam a terra? Indagações essas, que demandariam, talvez, uma nova pesquisa ou, ao menos, um novo olhar com outros propósitos.

Como observou Farias (2002), os acampamentos devem ser vistos como o “prelúdio da travessia”. É um espaço e um tempo de transitoriedade, de conflitos, de questionamentos, é essencialmente um tempo de dificuldades e um espaço marcado por carências de todas as ordens.

A longa duração desse processo de luta foi marca evidente nos campos do extremo sul do estado, poucos foram assentados com um ano de luta, o mais comum foi que esse prelúdio perdurasse de quatro a oito anos, com casos de até dez anos de vida sob o barraco. Mas o fato é que o acampamento carrega em si a condição de transitoriedade, quer seja por sua estruturação (vulneráveis barracos de lona), quer seja pela expectativa dos

sujeitos em construir para si, a partir desse espaço/tempo, outra história. Assim, a *espera* estruturada em *sonhos* é o que os mantém por tantos anos na luta por um lote de terra e pela re-construção da vida.

Morar ou não no acampamento, morar apenas o marido ou um membro da família, morar um ou dez anos são distinções que não permitem uma análise homogênea desses sujeitos e desses grupos. As práticas dos diferentes mediadores imprimem diferentes formas de construção do espaço/tempo do acampamento, o que se traduz em diversidades na reestruturação da vida, no e para o acampamento.

Como também observou Almeida, a homogeneidade representada pelo espaço geográfico dos acampamentos do MST, FETAGRI e CUT, ou seja, as fileiras de barracos de lona à margem das estradas, foram aos poucos, com um olhar para além da forma, transformando-se em heterogeneidade (2003, p. 160).

Isso não significa, no entanto, que esses grupos não tenham aspectos em comum, mas as diferentes posições as quais estão vinculados, como, por exemplo, ao fato de ficar ou não acampado, as formas de organização dos grupos, as estratégias de ofensiva da luta, entre outras apresentadas ao longo do texto, são fatores que constituem a particularidade de cada um desses mediadores.

Grosso modo, poderia se dizer que o MST atua com uma forma mais *agressiva* de enfrentamento, tem suas discussões voltadas a questões que vão além da terra em si, pois trabalha questões de *conscientização* política, relacionando assuntos como, dívida externa, água, transgênicos, classes sociais, entre outros, inclusive alguns sob forma de mobilização. A FETAGRI, embora também lance mão das ocupações de terras, tem um caráter de luta voltada à negociação em detrimento do enfrentamento, tem ainda como estratégia de luta ocupar áreas que estão em processo de desapropriação, o que associado ao fato de não objeção sobre o *morar* no barraco, torna o processo de luta mais *leve* e menos doloroso. Sobre a CUT, diria que ocupa um lugar intermediário, entre enfrentamento e negociação, ela direciona sua luta também a outros aspectos que não só a luta pela terra. Por ser também uma entidade sindical, assim como a FETAGRI, a disputa de terreno entre esses dois mediadores é ainda mais evidente.

Outro aspecto que se desnudou com esse trabalho de pesquisa foi o caráter de concorrência entre os diversos grupos, inclusive entre acampamentos mediados pela mesma organização. Nos acampamentos da FETAGRI, por exemplo, é comum o fato de *abrir vaga*, contudo, só aderem novas famílias se alguém desistir, diferente do ideal de massificação presente nas ações do MST. Assim pode ser compreendido (dentro de uma

ordem lógica de disputas) o porquê dos sem-terras do acampamento Laguna Peru terem permanecido ainda cerca de cinco anos na área após perder os últimos recursos legais e sem nenhuma perspectiva de desapropriação da área pleiteada. Esse fato revela que esses acampados enfrentavam dificuldades para serem transferidos a outro acampamento para pleitear em iguais condições um lote de terra.

Nesse universo de disputas, *área ocupada* passa a ser simbolicamente *área demarcada*. São signos reconhecidos por esses mediadores, o que evita um conflito aberto. Quando uma área propensa a desapropriação é cogitada pelo governo, ela é dividida entre esses diferentes mediadores, o que também não está isento de um processo de discussões, disputas e reivindicações entre esses interlocutores.

A disposição para lutar por uma área de terra, enfrentar os riscos que tal empreitada interpõe, principalmente nos processos de ocupação e confrontos com a polícia, além da falta de infra-estrutura dos acampamentos, leva à pergunta sobre quem são esses sujeitos que abraçam tal causa. Ao longo da pesquisa e da presente narrativa eles foram gradativamente identificados. Trata-se, sobretudo, de migrantes de várias regiões brasileiras e de fronteiras que vivenciaram a modernização conservadora, de trabalhadores pobres, voltados ao trabalho informal, muitas vezes até desumano, que tiveram uma vida marcada pela incerteza, pelas dificuldades, por carências. Há também aqueles que migraram para as cidades, experimentaram a vida em centros urbanos, em moradias precárias, o desemprego e a informalidade e retornaram ao campo, por vezes tratando-se da segunda geração, o que revela que não houve perda de contato com as raízes rurais.

Para alguns a *luta* pela terra teve início ainda muito cedo, juntamente com os primeiros passos e as primeiras palavras, outros, já velhos e cansados da vida, ela é representada como a única saída possível. São, no entanto, *todos*, vítimas de processos sociais, econômicos e políticos excludentes e que não encontraram seu lugar na *ordem* capitalista da sociedade. Assim, a decisão de ocupar, acampar e lutar por um pedaço de chão surgiu-lhes como saída à situação de marginalização, com uma resposta ativa contra esse processo.

Em razão do exposto, diante da posição de muitos intelectuais e da perspectiva neoliberal de que a reforma agrária perdeu seu sentido histórico, é possível afirmar, a partir das experiências analisadas, que a reforma agrária se encontra pautada sobre novas bases e novas necessidades. Pode-se dizer que se não há mais o camponês de outrora lutando pela sua manutenção enquanto classe *sui generis*, o que não deslegitima a luta desses grupos

sociais vítimas de processo excludentes, por uma sociedade mais justa, mais igualitária, menos opressora e pela construção de um mundo possível.

A dimensão, contudo, da apreensão da luta e das experiências vividas por esses acampados norteou esse trabalho. É possível dizer que esses sujeitos constroem, durante o processo de luta, uma reelaboração da vida e de seus valores. Se não constroem para si o imaginário mobilizador idealizado pela militância do MST, tampouco vivem sob o julgo da desonra e da desordem.

Souza, ao analisar grupos de migrantes na luta por habitação na cidade de São Paulo, faz consideração que se torna oportuna também para a compressão dos sujeitos dessa pesquisa: As imagens, as representações e valores não foram simplesmente substituídos ou rejeitados, como também os novos não foram apenas sobrepostos, assumidos e, pronto, praticados. O processo foi de reelaboração, realizado a partir de experiências mediatizadas por novos discursos proporcionados pelas novas relações [...] (SOUZA, 1995, p. 151).

Junto com a decisão de acampar, esses sujeitos também estão optando pela construção de uma outra história, pela reelaboração da vida. E isso significa, muitas vezes, enfrentar situações inusitadas, nunca antes pensadas, fatores que podem também contribuir para que muitos desistam, já que nem todos são capazes de assimilar nesse processo de conflitos e questionamentos de referenciais, elementos de identificação.

No espaço/tempo de acampamento, o novo e o velho se hibridam, se misturam, se complementam, só assim é possível viver quando velhos valores são questionados. O *cortar a cerca* passa a ter um peso de sobrevivência, o que lhe garante simbólica e representativamente um respaldo moral. Nesse sentido, baseados no que poderia ser visto como uma “economia moral”, essas mobilizações engendram um padrão de comportamento que vai além da *ordem* estabelecida na sociedade, além, até mesmo, do conservadorismo que cada sujeito desses acreditava carregar consigo. Quando a sobrevivência estava em jogo, para garanti-la, recorreram a estratégias diversas, em alguns casos contrariando princípios, o que exigiu reelaborações de valores, mas que passaram a ser compreendidos no contexto mais amplo da luta, como foram os casos de abate de gado e recuperação de alimentos.

No espaço do acampamento, apesar de seu caráter provisório, tiveram que reinventar a vida. O cotidiano interpunha novas exigências que requeriam práticas e saberes diferenciado, um aprendizado realizado à custa de erros e dissabores, como foi o caso da construção de barracos mais resistentes ao vento. Viver em espaços

compartilhados e sem a infra-estrutura exigiu organização para assegurar as condições mínimas do coletivo. Outra experiência significativa foi a participação em diferentes grupos para garantir segurança, promover condições de higiene e saúde, proporcionar a educação e a escola das crianças, promover o lazer.

Foi possível, enfim, ao percorrer os caminhos da pesquisa, ao interagir com os sem-terras acampados, compreender que essa luta não foi fruto somente de um imaginário com laços afetivos voltados à terra, mas também trata-se de uma batalha travada por trabalho, moradia, vida digna, o que legitima esses sujeitos enquanto ser social que lutam pela re-construção da vida.

Na luta por um pedaço de chão, esses sujeitos buscam também trabalho e moradia, e assim constroem outra história...

BIBLIOGRAFIA

I Referências bibliográficas

ALBANES, Jocimar Lomba. *Sobre o processo de ocupação e as relações de trabalho na agropecuária: O ESMT (1940/1970)*. 2003. 156 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Dourados.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. *Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação Camponesa no Mato Grosso do Sul*. 2003. 391 p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente.

AMADO, Janaina. *A culpa nossa de cada dia: ética e história oral*. Projeto História. PUC-SP, nº15, abril/1997. p.145-155.

_____. *Eu quero ser uma pessoa: revolta camponesa e política no Brasil*. Revista Resgate. Campinas: Unicamp, nº 05, 1993.

ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra: os trabalhadores da Matte-Larangeira*. Londrina: Ed. da UEL, 1997.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BATISTA, Luiz Carlos. *Brasiguaios na Fronteira: caminhos e lutas pela liberdade*. 1990. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BITTAR, Marisa. *Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. *Desafios da História Oral Latino-Americana: O caso do Brasil*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes et. al. *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ Casa Osvaldo Cruz/ CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000.

BORGES, Maria Celma. *De pobres da terra ao Movimento Sem Terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema – SP*. 2004. 391 p. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Assis.

BORGES, Maria Stela Lemos. *Terra, Ponto de partida, ponto de chegada: Identidade e luta pela terra*. São Paulo: Editora Anita, 1997.

_____. *Violência e peonagem em Mato Grosso do Sul: o legado da região de Três Lagoas*. In: Anais do IV Encontro de História de MS, Dourados, out. 2002. Campo Grande: UCDB, 2002. p. 113-129.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

BURKE, Peter. (Org). *A escrita da história: Novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

- CALDART, Roseli. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- CANCLINI, Nestor Garcia. Políticas culturais urbanas na América Latina; Narrar o multiculturalismo. In. *Consumidores e cidadãos, conflitos multiculturais da globalização*. 4º ed. Rio de Janeiro: EDURJ, 1999. p. 125-160.
- _____. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Ed. da USP, 2003.
- CANDIDO, Antônio. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 10ª ed. São Paulo: Duas Cidades Ltda, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. 9º ed. São Paulo: Companhia das letras, 2000.
- CESCONETO, Eugênia Aparecida e ROESLER, Marli Renate von Borstel. *Políticas populacionais, migração e desenvolvimento*. VIII Congresso Luso Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 2004. disponível em: www.ces.fe.uc.pt/lab2004/eugeniaCesconeto.pdf
- CERTEAL, Michel de. *A invenção do cotidiano: Morar, cozinhar*. 6º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.
- CHARTIER, Roger. *A beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philipp. *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- COMERFORD, John C. *Fazendo a Luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. (Coleção Antropologia Política; 5).
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *À sombra dos herveas mattogrossenses*. São Paulo: Ed. São Paulo, 1925.
- CORRÊA, Lucia Salsa. *História e fronteira: o Sul de Mato Grosso: 1870-1920*. Campo Grande: Ed. UCDB, 1999.
- CORRÊA, Valmir B.. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1943*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1995.
- CPT. Relatório regional: Lutas dos trabalhadores rurais em Mato Grosso do Sul (1978-1992), 1993.
- DEPRÁ, Giseli. *O lago de Itaipu e a luta dos Avá-Guarani pela terra: representações na imprensa do oeste do Paraná (1976-2000)*. Dourados, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.
- FABRINI, João Edmilsom. *Assentamentos de trabalhadores sem-terra, experiências e lutas no Paraná*. Cascavel: Edunioeste, 2001.
- _____. *A posse da terra e o sem-terra no sul de Mato Grosso do Sul: o caso de Itaquiraí, Presidente Prudente*, 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

- FARIAS, Damião Duque de. *Crise e renovação católica* na cidade de São Paulo: impasses do progressismo e permanências do conservadorismo (1945/1975). 2002. 436 f. Tese (Doutorado em História Social) FFLCH /USP, São Paulo.
- FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. *Acampamento América Rodrigues da Silva: Esperanças e desilusões na memória dos caminhantes que lutam pela terra*. Araraquara, 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Araraquara.
- _____. *Assentamento Sul Bonito: as incertezas da Travessia na Luta pela Terra*. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista. Araraquara.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.
- _____. *Questão Agrária, Pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ Casa Osvaldo Cruz/ CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOWEAKER, Joe. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da Práxis*. 2º Ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- GALETTI, Lylia S. G. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. 2000. 358 f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo.
- GARRIDO, Joan Del Alcázar i. *As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate*. Revista Brasileira de História. ANPUH
- GOHN, M. G. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 4º ed. 2004.
- HALL, Michael M. *História Oral: os riscos da inocência*. In: O direito à memória: Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico, Secretaria Municipal de cultura – DPH/SMC, 1992.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 6º ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- IANNI, Octavio. *Colonização e contra reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979.
- JESUS, Laércio Cardoso. *Erva Mate: o outro lado: a presença dos produtores independentes no antigo sul de Mato Grosso 1870 – 1970*. Dourados, 2004. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Dourados/MS.
- KOSSOI, Boris. *Fotografia & História*. 2ª ed. São Paulo: Editora Ateliê, 2001.
- KUDLAVICZ, Mieczslau. *Usinas hidrelétricas: impacto sócio-ambiental e desagregação de comunidades*. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas Três Lagoas-MS, V 2 – n.º 2 – ano 2, Setembro de 2005.

- LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1986.
- MARIN, Jerri Roberto; VASCONSELOS, Cláudio Alves de (orgs.) *História, Região e Identidades*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003.
- MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar nesse verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. *Caminhada no chão da noite*. Emancipação política e libertação dos movimentos sociais no campo. São Paulo: Ed. Hucitec, 1989.
- _____. *Expropriação e Violência: A questão política no campo*. 3. ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1991.
- _____. *O poder do atraso*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994.
- _____. *A fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997a.
- _____. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997b.
- _____. *Reforma Agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- _____. *O sujeito oculto: Ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003a.
- _____. *Travessias: A vivência da reforma agrária nos assentamentos*. (Org.) Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003b.
- MATOS, Maria Izilda Santos. *Cotidiano e Cultura: História, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- MATTOSO, José. *A escrita da história: teoria e métodos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.
- MEDEIROS, Leonilde. et. al. *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: EdUNESP, 1994.
- MEDEIROS, Leonilde; PALMRIRA, Moacir; et al. *Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo sobre áreas selecionadas*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ - Nuap/PPGAS/UFRRJ -2001- Resumo Executivo.
- MENEGAT, Alzira Salete. *As mudanças no espaço agrário de Mato Grosso do Sul*. In: VI Encontro de História de MS. 2002, Dourados. *Anais*. Campo Grande: UCDB, 2002. p. 268-280.
- _____. *No coração do Pantanal: Assentamentos na lama e na areia*. As contradições entre os projetos do Estado e dos Assentados no Assentamento Taquaral – MS. Tese de Doutorado, UNESP/Araraquara, 2003.
- OLIVEIRA, Benícia Couto de. *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)*. 1999. 243p. Dissertação (Mestrado em História) – FCL/UNESP, Assis.
- OLIVEIRA, José Roberto Rodrigues de. *Terras devolutas de áreas ervateiras do sul de Mato Grosso: a difícil constituição da pequena propriedade (1916-1948)*. 2004. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História). Dourados: UFMS.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: Representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

- _____. A construção do herói no imaginário brasileiro de ontem e hoje. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *História Cultural*; experiências de pesquisa. Porto Alegre: EDUFRGS, 2003. p. 65-81.
- PALMEIRA, Moacir. Burocracia política e reforma agrária. MEDEIROS, Leonilde Servolo. et. al. *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: UNESP, 1994.
- PEBAYLE, Raymond; KOECHLIN, Jean. As frentes pioneiras de Mato Grosso do Sul: abordagem geográfica e ecológica. *Espaço e conjuntura*, São Paulo: USP, 1981.
- PEREIRA, Aline Cerutti. *Representações Franciscanas: O Padroeiro Reformador na Paróquia São Francisco de Assis em Campo Grande - Mato Grosso do Sul (1950 a 1980)*. 2006. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História). Dourados: UFGD.
- PEREIRA de QUEIROZ, Maria Isaura de. *Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”*. CERU/Departamento de Ciências Humanas USP, 1987. p. 272-286.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Escrita, linguagem, objetos: leituras de História Cultural*. Bauru: EDUSC, 2004.
- _____. *História e história cultural*. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- _____. Nação e região: diálogos do “mesmo” e do “outro” (Brasil e Rio Grande do Sul, século XIX). In *História Cultural*; experiências de pesquisa. Porto Alegre: EDUFRGS, 2003. p. 209-244.
- POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento e silêncio*. Rev. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989.
- _____. Memória e identidade social. *Rev. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992.
- QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Breve roteiro das transformações no campo sul-mato-grossense entre 1970 e 1985*. Rev. de Geografia – UFMS. Campo Grande-MS. p.33-40, Jul/Dez., 1998.
- _____. *Temores e esperanças: o antigo sul de Mato Grosso e o Estado nacional brasileiro*. In: MARIN, Jerri R.; VASCONSELOS, Cláudio A. de (org.) *História, Região e Identidades*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003. p. 19-46.
- _____. *Vias de comunicação e articulações econômicas do antigo sul de Mato Grosso (século XIX e XX): Notas para discussão*. Dourados, 2004. 38 p. Digitado.
- SILVA, Cristiane Bereta. *Homens e Mulheres em Movimento: relações de gênero e subjetividades no MST*. Florianópolis: Momento Atual, 2004.
- SILVA, J. Graziano da; BALSADI, O. Valentin; BORIN, M. Rosa; BELIK, Walter. *Transformações tecnológicas e a força de trabalho na agricultura brasileira no período 1990-2000*. São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.nead.org.br>>. Acesso: jul. 2004.
- SILVA, José Graziano da. *O que é questão agrária*. 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- SILVA, Sidartha Sória. *Reforma Sindical, CUT e Neocorporativismo*. 2005. Dissertação de Mestrado – 98 p. Universidade Estadual Paulista/Marília.

SOUZA, Cláudio Freire de. *A terra e o homem: a luta dos sem-terra e a educação nos assentamentos do Sul de Mato Grosso do Sul*. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul UFMS/ Campo Grande.

SOUZA, João Carlos de. *Na luta por habitação, a construção de novos valores*. São Paulo: Educ, 1995.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. *A formação da Classe operária inglesa. A árvore da liberdade. Vol 01*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TURATTI, Maria Cecília Manzoli. *Os filhos da lona preta: Identidade e cotidiano em acampamentos do MST*. São Paulo: Alameda, 2005.

VEIGA, Jose Eli. *O que é Reforma Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1985, 6ª Edição.23

ZORZATO, Osvaldo. *Alicerces da identidade mato-grossense*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, ano 161, p.419-436, jul./set. 2000.

II Fontes impressas

Jornal *O Progresso* (1990; 1991; 1992; 1993; 1994; 1995; 1996; 1997; 1998; 1999; 2000; 2001; 2002; 2003)

Jornal dos trabalhadores rurais Sem Terra, 24.01.2007.

Frei Betto. Assim foi, assim é. *Estado de Minas*. 18 set 2003, p. 10.

Rastilho de pólvora: Invasões e acampamentos promovidos pelo MST se multiplicam na região mais fértil de Mato Grosso do Sul. Revista *Isso é*. 27 ago 1997.

Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no Campo – Brasil*. CPT Nacional, 2002.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos Agropecuários e demográficos – 1975; 1980; 1985; 1995/1996*. Rio de Janeiro: IBGE.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Projetos de Assentamentos no Estado de MS*. Dourados, 2004.

Ouidoria Agrária do Estado de Mato Grosso Do Sul. Poder Judiciário. Atas: 13.12.2001; 01.03.2002; 26.06.2002; 16.08.2002; 20.09.2002; 12.12.2002; 13.03.2003; 08.05.2003; 03.07.2003; 07.08.2003; 28.11.2003; 20.10.2003; 19.01.2004; 31.03.2004.

III Fontes orais

1. Antônio (Borborema) – Trabalhou por dezoito anos em uma única área arrendada em Naviraí com a família. Ingressou ao MST ainda jovem, foi uma das lideranças do acampamento Sul Bonito e organizou a ocupação do acampamento Oito de Março, entre outros. Ainda hoje é militante do movimento. Entrevista realizada dia 22.04.2006, no assentamento Sul Bonito, em Itaquiraí/MS.

2. Antônio e Neuza – Naturais do Estado de São Paulo, viveram no Paraguai por 22 anos de onde retornaram ao município de Mundo Novo para acampar no acampamento Mambaré. O senhor Antônio e a esposa gostavam de viver no Paraguai, mas para que a filha fosse alfabetizada na língua de origem decidiram voltar ao Brasil. Sem alternativa de vida e trabalho a saída foi se mudar para o acampamento. Ao longo dos quatro anos vivendo sob o barraco, o senhor Antônio foi líder sindical e tornou-se coordenador do acampamento. Hoje é assentado na área pleiteada, o Assentamento Pedro Ramalho, onde vive com a família. Entrevista realizada dia 11.10.2006.

3. Celso – Paranaense de Paranaíba. Trabalhou como garimpeiro em Mato Grosso, antes de entrar para a luta pela terra vivia no sítio dos pais em Ivinhema, de onde partia para trabalhos diários nas fazendas da região. Participou da ocupação da fazenda Santo Antônio, em Itaquiraí/MS, e viveu sozinho acampado cerca de um ano e meio. Hoje é assentado no assentamento Santa Rosa, em Itaquiraí/MS. Entrevista realizada dia 15.12.2005.

4. Claudinéia – Natural do Paraná. Foi para a ocupação da fazenda Santo Antônio com a família aos 13 anos de idade, dentro do acampamento casou-se e teve dois filhos, na data da entrevista ainda se encontrava acampada em Itaquiraí/MS. Claudinéia exerce atividades no setor de educação do acampamento. Entrevista realizada dia 14.12.2005.

5. Dércio – Natural de Alto Paraíso-PR. Mudou-se com família para o Mato Grosso do Sul em 1990 em busca de trabalho. Participou do acampamento Oito de Março em 1997 e na data da entrevista ainda vivia acampado. Tornou-se uma das lideranças do

acampamento em que vive com mais 400 famílias no município de Itaquiraí. Entrevista realizada dia 14.12.2005.

6. Edinéia – Natural de Minas Gerais, morou no Paraná e em Mundo Novo/MS, de onde partiu com sua família em 1997 para a ocupação da fazenda Santo Antônio, em Itaquiraí. Na data da entrevista ainda vivia acampada em Itaquiraí. Entrevista realizada dia 14.12.2005.

7. Eleonora – Dona Eleonora mudou-se do Paraná, onde nasceu, para lutar por um pedaço de chão. Migrante, dona Eleonora lembra que *veio vindo, vindo* até chegar ao acampamento Laguna Peru, onde mora com os sete filhos e o marido a cerca de quatro anos. Entrevista realizada dia 11.10.2006.

8. Erondi – Ainda muito Jovem Erondi mudou-se para o Paraguai com os irmãos e a mãe para trabalharem em uma espécie de pousada. De lá retornaram ao Brasil em 1999 e foram morar no acampamento Mambaré, onde viveram por quatro anos até serem assentados no assentamento Pedro Ramalho, em Mundo Novo. Entrevista realizada em 11.10.2006.

9. Irmã Olga – Militante incansável, é uma das fundadoras da CPT no Estado de Mato Grosso do Sul. Ainda hoje exerce trabalho junto à famílias assentadas no Sul do Estado. Entrevista realizada por João Carlos de Souza e Tereza Bressan em 12.03.2006.

10. João – viveu por quadro anos e meio no acampamento Mambaré na cidade de Mundo Novo. Hoje é assentado no Assentamento Pedro Ramalho, onde vive com a família. O senhor João, nascido na Bahia, viveu parte da vida no estado do Paraná, de onde mudou-se para a cidade Mundo Novo/MS, vivia de trabalhos diários em fazendas até 1999, quando mudou-se para o acampamento. Entrevista realizada dia 20.07.2006.

11. João Valdir – Líder sindical de longa data. O senhor Valdir como presidente do Sindicato de Mundo Novo foi um dos principais articuladores do acampamento Mambaré, em 1999. Entrevista realizada dia 30.04.2006.

12. José Mauro (Pipoca) – entrou para o MST em 1991, ajudou a articular a ocupação da fazenda Santo Antônio, entre outras. Ainda hoje é militante do Movimento e está assentado no Assentamento Santa Rosa, em Itaquiraí, onde foi entrevistado dia 03.09.2006.

13. Leonice – Entrou para o MST em 1990, ajudou a fazer o trabalho de base de inúmeros acampamentos, entre eles do Oito de Março, em 1997. Viveu acampada por vários anos. Nunca foi à escola, mas lê e escreve bem. Foi assentada no assentamento Iguazu, onde foi entrevistada, dia 14.12.2005.

14. Lídio – Brasiguai que partiu do nordeste aos 13 anos de idade para trabalhar na construção da estrada de ferro. Morou em Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná, Paraguai e em 1997 retorna ao Brasil envolvido na mobilização que resultou na ocupação da fazenda Santo Antônio – acampamento Oito de Março. Foi ao longo da vida líder sindicalista, membro do Partido Comunista Brasileiro e militante do MST. Viveu sob o barraco de lona neste acampamento cerca de um ano e meio, foi assentado no assentamento Santa Rosa em Itaquiraí. Na data da entrevista aos 73 anos de idade vive sozinho na cidade de Itaquiraí onde foi entrevistado dia 13.12.2005.

15. Luca – Trabalhou a vida toda em uma só fazenda em Eldorado, já com idade avançada comprou um *ranchinho* na cidade onde foi morar com a esposa. Ao ser indagado quanto a sua idade o senhor Luca não conseguia definir exatamente quantos anos tinha, com muito esforço lembrou que nasceu em 1935. Em 2006 ele morava sozinho, há sete anos no barraco de lona na BR-163 (Acampamento Laguna Peru). Guarda ressentimento pela esposa não aceitar sua decisão e nunca ter ido um dia se quer no acampamento, ele a visita esporadicamente na cidade. Entrevista realizada dia 11.10.2006, no acampamento Laguna Peru, BR-167 trecho Itaquiraí/Eldorado/MS.

16. Lúcio – Natural de Paranaíba/PR. De Paranaíba mudou-se para Ivinhema/MS, de onde saiu para participar do acampamento Sul Bonito, em 24 de julho de 1994. No tempo em que ficou acampado tornou-se liderança do acampamento e ajudou a organizar a ocupação da fazenda Santo Antônio, ainda hoje é militante do MST. Mora no assentamento Sul Bonito, onde foi entrevistado, em 09.10.2005.

17. Lurdes – tem 51 anos e mora em conjunto habitacional na cidade de Eldorado, o marido (o senhor Luiz de 60 anos) que vivia do trabalho em ilha do rio Paraná, leva a vida desde 1999 alternando entre o barraco de lona à margem da BR-163 e a casa na cidade. Sem emprego, o casal vive de algumas diárias que seu Luiz consegue fazer e da ajuda de um filho.

18. Nair – Natural de Angélica/MS. Participou do primeiro acampamento aos 14 anos de idade acompanhando os pais na ocupação da fazenda Italsul, em 1992. A partir de então passou a militar pelo MST, entre outros acampamentos ajudou a organizar a ocupação da fazenda Santo Antônio em Itaquiraí/MS no ano de 1997. Foi assentada no assentamento Iguaçu e hoje vive na cidade de Itaquiraí, onde é funcionária pública municipal. Entrevista realizada dia 13.12.2005, na cidade de Itaquiraí/MS.

19. Osmar – Mora no acampamento Laguna Peru a cerca de cinco anos. Nasceu em Eldorado, de onde saiu para o Mato Grosso trabalhar no garimpo. Do garimpo voltou para morar no acampamento a convite do irmão que também é acampado. Osmar tem 32 anos e mora sozinho no barraco. Entrevista realizada dia 11.10.2006, no acampamento Laguna Peru, BR-167, trecho Itaquiraí/Eldorado/MS.

20. Polaco e Rosana – O casal morava como agregados no sítio dos pais em Novo Horizonte/MS, de onde partiram para o acampamento Sul Bonito município de Itaquiraí/MS. Viveram dois anos e oito meses acampados, hoje são assentados no assentamento Sul Bonito. Entrevista realizada dia 10.10.2005, por Alzira Salete Menegatte.

21. Tadeu – Gaúcho, filho de pequenos sitiantes. Morou em Cascavel, no Paraná, de onde mudou para o acampamento Laguna Peru em 1999. Mora na cidade de Eldorado com a família, vive do trabalho que faz com cimento (tanque, churrasqueiras, bancos) e mantinha, naquele momento, o barraco e a atividade de coordenar do acampamento. Entrevista realizada dia 11.10.2006, em Eldorado/MS.

22. Teresinha – Era arrendatária em Ivinhema. Do sítio mudou-se com sua família para uma favela no mesmo município, onde trabalhava como empregada doméstica. O marido, durante o tempo que viveram na cidade, exerceu alguns trabalhos em serrarias, mas a maior parte do tempo viveu desempregado. Participou do acampamento Sul Bonito em Itaquiraí, onde seu esposo ficou acampado por dois anos e oito meses. Entrevista realizada dia 21.04.2006 no assentamento Sul Bonito, por João Carlos de Souza e Tereza Bressan de Souza.

Lideranças estaduais da FETAGRI, do MST e da CUT:

23. Valdinei – Funcionário da FETAGRI/MS. Entrevista realizada dia 22.09.2005, na secretaria estadual da FETAGRI, em Campo Grande/MS.

24. Marcio Bissoli – Coordenador do Setor de Frente de Massa do MST. Entrevista realizada dia 22.09.2005, na secretaria estadual do Movimento, em Campo Grande/MS.

25. Castilho – Vice-presidente da CUT/MS, responsável pelo DTR. Entrevista realizada dia 23.09.2005, na secretaria estadual da CUT, em Campo Grande/MS.